

BNB Conjuntura Econômica

Periódico elaborado pelo Escritório Técnico
de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE

84

Jul/Set 2025



OBRA PUBLICADA PELO



**Banco do
Nordeste**

PRESIDENTE

Paulo Henrique Saraiva Câmara

DIRETORES

Ana Teresa Barbosa de Carvalho,
Antonio Jorge Pontes Guimarães Junior,
José Aldemir Freire,
Leonardo Victor dantas da Cruz,
Luiz Abel Amorim de Andrade e
Wanger Antônio de Alencar Rocha

**ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS
ECONÔMICOS DO NORDESTE – ETENE**

Allisson David de Oliveira Martins
Gerente de Ambiente

Marcos Falcão Gonçalves
**Gerente Executivo – Célula de Estudos e Pesquisas
Macroeconômicas**

CORPO EDITORIAL

Editor-Científico
Rogerio Sobreira Bezerra

Editor-Chefe
Allisson David de Oliveira Martins

Editor-Executivo
Marcos Falcão Gonçalves

EQUIPE TÉCNICA

Nível de Atividade Econômica
Marcos Falcão Gonçalves
Adriano Sarquis Bezerra de Menezes

Produção Agropecuária e Mercado de Trabalho
Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão

Produção Industrial
Liliane Cordeiro Barroso

Intermediação Financeira
Allisson David de Oliveira Martins

Serviços e Comércio
Wellington Santos Damasceno

Turismo e Comércio Exterior
Laura Lúcia Ramos Freire

Finanças Públicas, Índices de Preços e Cesta Básica
Antônio Ricardo de Norões Vidal

Estagiários
Guilherme Miranda Soares
Samuel Alesandro Apolinario Xavier

Diagramação
Gustavo Bezerra Carvalho

Banco do Nordeste do Brasil S/A
**Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste -
ETENE**
Av. Dr. Silas Munguba, 5.700 - Bloco A2 - Térreo Passaré -
60743-902 - Fortaleza (CE) - BRASIL
Telefone: (85) 3251-7177
Cliente Consulta: 0800 728 3030

Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB.
É permitida a reprodução das matérias, desde que seja citada a fonte.

Dados internacionais de catalogação na publicação.

BNB Conjuntura Econômica, n.1, 2004- Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004-
n.

Trimestral

Periodicidade anterior: 2004 mensal; 2005 bimestral até ago.; 2005 – 2013 trimestral; 2014
semestral.

ISSN 18078834

1.Economia- Brasil – Nordeste – Periódicos. 2. Desenvolvimento econômico – Brasil – Nordeste –
Periódicos. I Banco do Nordeste do Brasil.

CDD:330.05

CDU: 33 (812/814) (05)

Sumário

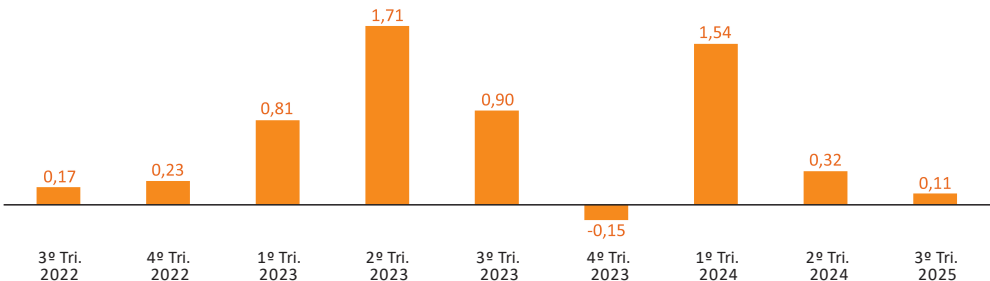
1 Atividade Econômica.....	4
2 Produção Agropecuária no Nordeste	9
3 Atividade Industrial	16
4 Comércio.....	22
5 Serviços	24
6 Turismo	26
7 Comércio Exterior	29
8 Mercado de trabalho formal	37
9 Finanças Públicas	43
10 Intermediação Financeira	53
11 Inflação	57
12 Cesta Básica	63

1 Atividade Econômica

1.1 Produto Interno Bruto

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil subiu 0,1% no terceiro trimestre de 2025 (Gráfico 1.1), comparativamente ao trimestre imediatamente anterior, confirmando as previsões do mercado, de desaceleração da atividade econômica, relativamente ao segundo trimestre deste ano. Na comparação com o mesmo período de 2024, o PIB cresceu 1,8%. Essa redução no ritmo de expansão econômica indica que a política monetária contracionista, representada pelos juros elevados, com vistas a conter a demanda agregada, tem funcionado adequadamente. Na realidade, apesar do cenário bastante favorável, caracterizado por um mercado de trabalho pujante, com ocupação elevada e massa de rendimentos em expansão moderada, sobressaem os efeitos da política contracionista, que vem se mantendo há algum tempo, mesmo em um contexto macroeconômico de expectativas inflacionárias decrescentes, afetando intensamente setores mais sensíveis às condições financeiras, como a indústria de transformação, o comércio e os serviços prestados às famílias.

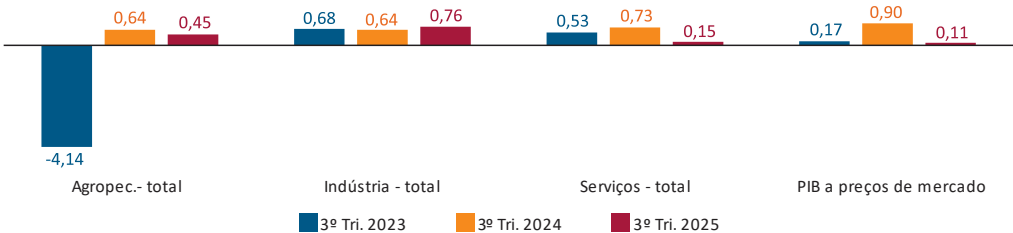
Gráfico 1.1 - Produto Interno Bruto - PIB - Brasil - % em relação ao trimestre anterior - 2023 a 2025*



Fonte: IBGE (2025). Elaboração: ETENE (2026). (*) Com ajuste sazonal.

Dentre os componentes do PIB (Gráfico 1.2), pelo lado da oferta, verifica-se que os serviços, que representam 70% do PIB e é o setor que mais emprega, apresentou um comportamento bastante tímido, com uma leve alta de 0,1%, influenciada pelo desempenho positivo dos segmentos de transportes e armazenagem (expansão de 2,7%) e informação e comunicação (1,5%) e comércio (0,4%). O setor industrial, por sua vez, registrou crescimento de 0,8%, impulsionado pela indústria extrativa (crescimento de 1,7%), decorrente da forte produção de petróleo e minério de ferro, e pelos bons desempenhos dos setores da construção civil e indústria de transformação, os quais, após dois trimestres de desempenho negativo, voltaram a crescer no terceiro trimestre de 2025, com taxas de, respectivamente, 1,3% e 0,3%. Já o setor agropecuário registrou expansão de 0,4% nesse trimestre, acumulando um crescimento de quase 12% ao longo do ano, por conta da safra recorde de grãos. A pesquisa Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) de outubro, mostra que as lavouras de milho, laranja e algodão se destacaram com as principais altas, enquanto a produção de cana-de-açúcar registrou leve redução (-1,0%), influenciando negativamente o desempenho agregado do setor. A pecuária também contribuiu positivamente para o resultado, com aumento na oferta de carnes impulsionado principalmente pelas exportações.

Gráfico 1.2 – Produto Interno Bruto - PIB - Brasil - Oferta - % em relação ao trimestre imediatamente anterior - 2023 a 2025*



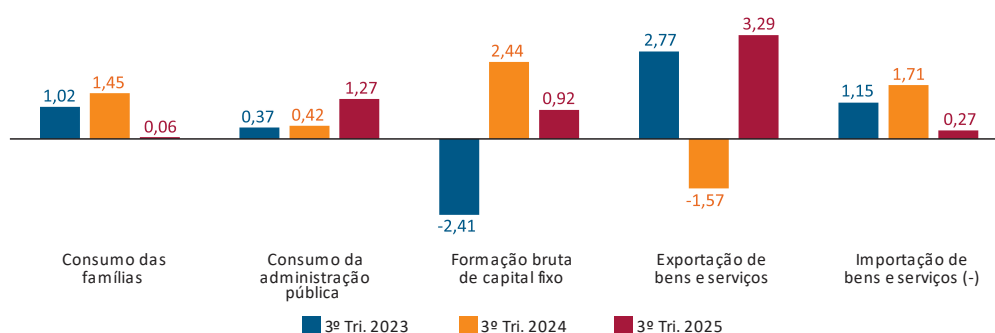
Fonte: IBGE (2025). Elaboração: ETENE (2026)
*Com ajuste sazonal

Muito embora o resultado do terceiro trimestre indique uma desaceleração econômica relativamente ao trimestre anterior, ele demonstra a resiliência da economia em manter um crescimento moderado, cuja projeção para o ano sinaliza para uma taxa acima de 2,3%, reforçando a percepção de que a economia permanece aquecida. Esse desempenho esperado para o ano pode ser atribuído à robustez do mercado de trabalho – apesar dos sinais preliminares de estabilização do emprego – e à política fiscal expansionista. A mediana das expectativas de crescimento para 2025, inseridas no Boletim Focus, do Banco Central, tem se mantido em torno de 2,1% ao longo do último mês do terceiro trimestre. Certamente, esse PIB mais forte, impulsionado especialmente pelo aquecimento da demanda, tende a pressionar a inflação, que ainda permanece acima da meta estabelecida pelo BACEN, fato que poderá influenciar as decisões futuras do Comitê de Política Monetária no sentido de prosseguir com uma política monetária restritiva, o que, certamente, vai influenciar o nível da atividade econômica até o final do ano.

Pelo lado da demanda (Gráfico 1.3), a absorção doméstica, que representa tudo que é consumido ou investido dentro do País segue refletindo os efeitos cumulativos da política monetária contracionista, que tem elevado o custo do crédito e das dívidas, reduzindo a disposição das famílias para consumir. Assim, mesmo com o desemprego em patamar historicamente baixo, o consumo das famílias perdeu ritmo e avançou apenas 0,1% no terceiro trimestre frente aos três meses anteriores, quando tinha crescido 0,6%. Certamente, os juros altos da economia têm comprometido o desempenho geral da economia, mas o aumento da massa salarial e o mercado de trabalho aquecido tem ajudado a amortecer esse impacto. A formação bruta de capital fixo-FBCF, por sua vez, avançou 0,9% no terceiro trimestre de 2025, na comparação com ajuste sazonal, recuperando parcialmente a queda de 1,5% verificada no trimestre anterior. Essa expansão dos investimentos foi influenciada pelo resultado da construção, o impacto positivo das importações de bens de capital – com destaque para a aquisição de plataforma de petróleo no mês de setembro – e o avanço dos investimentos em software e outros ativos intangíveis, que compensaram parcialmente a queda na produção doméstica de máquinas e equipamentos.

Já a despesa de consumo do Governo apresentou alta de 1,3% sobre o segundo trimestre de 2025, contribuindo para sustentar a demanda interna. No setor externo, as Exportações de bens e serviços mesmo com o tarifaço, avançaram 3,3% no terceiro trimestre, impulsionadas pelo maior embarque de petróleo e gás, produtos agropecuários e celulose, além do bom desempenho de veículos. As importações, por sua vez, cresceram apenas 0,3% no período, refletindo a combinação de investimento ainda em expansão, porém em ritmo mais moderado, e desaceleração do consumo doméstico.

Gráfico 1.3 – Produto Interno Bruto – PIB – Brasil – Demanda - % do 3º Trimestre em relação ao trimestre imediatamente anterior – 2023 a 2025*



Fonte: IBGE(2025). Elaboração: ETENE (2026)
*Com ajuste sazonal

A taxa de investimento no terceiro trimestre de 2025 foi de 17,3% do PIB, ligeiramente abaixo dos 17,4% registrados no mesmo trimestre de 2024. Já a taxa de poupança recuou para 14,9%, abaixo dos 15,4% do mesmo trimestre de 2023.

O desempenho do PIB no terceiro trimestre de 2025 indica uma estabilização da atividade econômica, em um cenário marcado por pressões monetárias e incertezas no consumo das famílias e nos investimentos. Apesar da modesta alta, ela foi suficiente para manter a série de crescimento trimestral, mesmo que abaixo das expectativas do mercado. Na comparação com o mesmo trimestre

de 2024, o PIB registrou um crescimento de 1,8%, mostrando que, no acumulado anual, a economia ainda se expande, apesar da perda de ritmo. Um aspecto positivo do atual contexto macroeconômico é que o mercado de trabalho continua aquecido, com o nível de ocupação elevado, com baixa taxa de desemprego, gerando um contexto de altas expressivas do rendimento do trabalho, o que, certamente, vai continuar impulsionando o consumo das famílias.

1.2 Inflação, Juros e Câmbio

O cenário internacional desnuda um quadro ainda muito incerto devido à conjuntura e à política econômica nos EUA, com reflexos nas condições financeiras globais. Além disso, os riscos de longo prazo, como a precificação apropriada de fundamentos e o aumento de gastos fiscais em diversas economias, também continuam presentes. Tal cenário exige cautela por parte de países emergentes, em ambiente marcado por tensão geopolítica. Segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia global deve crescer cerca de 3,0% em 2025 e 3,1% em 2026, sinalizando certa resiliência, mas ainda com ritmo contido devido a choques externos e comércio global mais fraco. De qualquer forma, o que pode ser extraído do quadro internacional é a firme postura dos bancos centrais das principais economias em promover a convergência das taxas de inflação para suas metas, em um ambiente marcado por pressões no mercado de trabalho.

No cenário doméstico, a atividade econômica segue em trajetória de moderação no crescimento, enquanto o mercado de trabalho mostra resiliência. O Produto Interno Bruto (PIB) avançou 0,1% no terceiro trimestre, ritmo menor que o observado no início do ano. A política monetária contracionista permanece limitando a expansão mais elevada da economia, mas, por outro lado, revela o firme compromisso do BACEN não apenas com o controle da inflação, mas também com o lado real da economia, tendo em vista que a estabilidade de preços melhora as expectativas dos agentes econômicos, possibilitando que o País cresça com geração de empregos, além de garantir o poder de compra dos brasileiros, especialmente dos mais pobres.

Segundo o COPOM, O cenário segue sendo marcado por expectativas desancoradas, projeções de inflação elevadas, resiliência na atividade econômica e pressões no mercado de trabalho. Para assegurar a convergência da inflação à meta em ambiente de expectativas desancoradas, exige-se uma política monetária em patamar significativamente contracionista, em patamar que consolide não apenas o processo de desinflação mas, também, a ancoragem das expectativas em torno de suas metas.

Convém salientar que um dos pressupostos para essa atuação do BACEN é que, certamente, vai permitir a distensão da política monetária, tem a ver com a postura do Governo Federal em manter uma política fiscal crível e comprometida com a sustentabilidade da dívida, de forma a contribuir para a ancoragem das expectativas de inflação e para a redução dos prêmios de risco dos ativos financeiros.

A inflação acumulada no terceiro trimestre de 2025, medida pelo IPCA, acumulou alta de cerca de 0,67%. Em setembro de 2025 o IPCA registrou uma alta de 0,48%, revertendo a deflação observada em agosto e refletindo pressões de preços em alguns grupos, como habitação e energia elétrica. A Inflação acumulada em 12 meses até setembro estava em torno de 5,17%, o que indica que os preços estavam subindo em ritmo mais elevado do que a meta anual do Banco Central (alvo central de 3% com intervalo de tolerância de 1,5 a 4,5%).

A mediana das expectativas de inflação da pesquisa Focus para 2025, 2026 e 2027 sinaliza para uma trajetória de declínio, com as projeções indicando uma variação do IPCA acumulado em quatro trimestres, de 4,81% em 2025, 4,28% em 2026 e 3,90% em 2027.

Com relação à taxa Selic, o COPOM manteve a taxa básica de juros (Selic) em 15% ao ano, em resposta às pressões inflacionárias persistentes. No final de julho de 2025, o BACEN decidiu pausar o ciclo de alta dos juros ao redor de 15%, optando por observar melhor os efeitos cumulativos dessa política restritiva sobre a economia antes de considerar qualquer redução. Essa decisão foi baseada em dois fatores importantes, associados com o ritmo relativamente lento de desaceleração da inflação, ainda acima da meta central, juntamente com os sinais de desaceleração da economia, com enfraquecimento da atividade em alguns indicadores.

A trajetória considerada para a taxa Selic no cenário de referência, extraída da pesquisa Focus, é de manutenção nesse patamar de 15% até o final de 2025, caindo para 12,25%, em 2026 e 10,50% em 2027.

Relativamente ao câmbio, observa-se que no terceiro trimestre de 2025 o dólar comercial frente ao real (USD/BRL) oscilou em torno de R\$ 5,30 a R\$ 5,60, com certa tendência de apreciação do real ao longo desse período — ou seja, o real ficou um pouco mais forte em relação ao dólar. Essa valorização relativa do real pode ser atribuída a fatores como a taxa de juros elevada no Brasil, que tende a atrair fluxos de capital estrangeiro em busca de rendimentos mais altos (efeito carry trade), ao ambiente global de menor aversão ao risco, o que favorece mercados emergentes como o brasileiro e as perspectivas de inflação mais controlada e inflação projetada em queda no médio prazo.

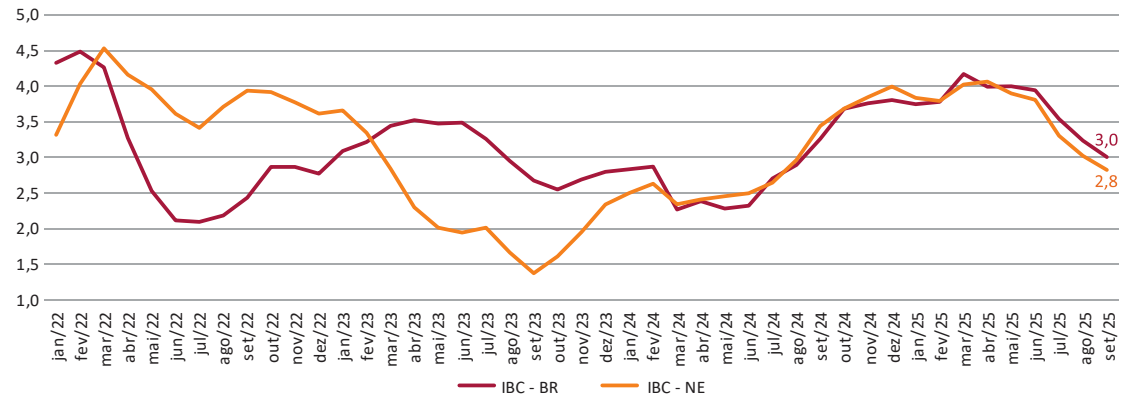
As expectativas do relatório Focus apontam para um câmbio de R\$ 5,48/US\$ ao final de 2025, R\$ 5,58/US\$ em dez./2026 e de R\$ 5,56/US\$ em dez./2027. Como se observa, essas expectativas projetam estabilidade relativa do câmbio, sem retornos a níveis muito mais elevados ou com grandes quedas abruptas — mas com risco de volatilidade em períodos de eventos políticos e decisões de juros. Mas as condições globais do cenário externo — como força do dólar diante de outras moedas, crescimento global e percepção de risco — continuarão sendo referenciais importantes para definir a taxa de câmbio no Brasil

1.3 Com Bahia avançando 3,1%, Nordeste mantém expansão e consolida tendência positiva em 2025

A economia nordestina, medida pelo índice de atividade IBCR-NE do Banco Central, cresceu 3,2% em setembro de 2025, quando comparado com o mesmo mês de 2024. Entre os estados do Nordeste divulgados pelo Bacen, Bahia, Ceará e Pernambuco apresentaram variação de 3,7%, 1,9% e 1,6% no período, respectivamente.

A partir dos dados divulgados referentes ao mês de setembro, a região Nordeste tem crescimento acumulado de 2,8% nos últimos doze meses, muito próximo do valor observado em nível nacional, que é de 3,0% (Gráfico 1.4).

Gráfico 1.4 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central do Brasil – Brasil e Nordeste - Em 12 Meses - % em relação ao ano anterior



Fonte: Banco Central do Brasil (2025). Elaboração: BNB/Etene.

Em 2025, o Nordeste acumula crescimento de 2,1% até o mês de setembro, com destaque para a Bahia, que aponta para elevação de 3,1%, e Ceará, com aumento de 1,6% no mesmo período (Tabela 1.1).

Tabela 1.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central do Brasil – Brasil, Nordeste, Sudeste, Bahia, Ceará, Pernambuco, Espírito Santo e Minas Gerais - % Crescimento Anual - 2020 a 2025*

	2020	2021	2022	2023	2024	2025*
Brasil	-4,0	4,2	2,8	2,7	3,8	2,6
Nordeste	-4,1	2,8	3,6	2,4	3,9	2,1
Bahia	-3,1	2,7	3,4	3,0	3,0	3,1
Ceará	-4,4	3,6	2,8	1,1	5,4	1,6
Pernambuco	-3,1	4,7	2,2	2,8	4,4	0,1
Sudeste	-3,2	4,0	3,1	2,8	3,3	1,6
Espírito Santo	-6,2	6,7	-1,4	3,4	2,8	4,1
Minas Gerais	-1,9	5,1	3,2	4,0	3,1	1,9

Fonte: Banco Central do Brasil, 2025. Elaboração: BNB/Etene. *Ano de 2025 se refere ao acumulado do ano, terminado em setembro.

O desempenho da Bahia pode ser atribuído ao dinamismo do setor de serviços, sustentado pela geração de empregos formais, do papel estrutural do agronegócio e da recuperação seletiva da indústria. Apesar do ambiente nacional de juros elevados, que limita a expansão de segmentos industriais mais dependentes de crédito, o Estado tem se beneficiado de uma matriz produtiva diversificada, da resiliência do consumo interno e do avanço contínuo dos investimentos públicos e privados.

O Ceará apresenta desempenho econômico modesto, porém consistente. A expansão é sustentada principalmente pelos serviços, pela construção civil e pela agenda de investimentos em energias renováveis e infraestrutura logística, especialmente no Complexo do Pecém. A indústria de transformação opera com volatilidade, limitando a aceleração do ciclo econômico, enquanto a agropecuária, sujeita às condições climáticas, exerce contribuição moderada. O mercado de trabalho se expande, mas em ritmo inferior à média regional, resultando em consumo mais contido.

Pernambuco reflete uma combinação de fatores estruturais e conjunturais adversos: a Indústria permanece frágil, com quedas em segmentos-chave; Serviços e Comércio crescem menos do que a média do Nordeste. A política monetária restritiva impacta de forma mais intensa a economia pernambucana, altamente dependente de setores sensíveis ao crédito.

Minas Gerais e Espírito Santo, que possuem parte de seus territórios integrando a área de atuação do Banco do Nordeste, apresentam variação acumulada nos últimos 12 meses de 2,6% e 3,3%, respectivamente.

O Nordeste deve encerrar 2025 com crescimento moderado, entre 2,2% e 2,5%, sustentado pelo dinamismo da Bahia, pela resiliência do Ceará e pela forte geração de empregos formais. A atividade é puxada por serviços, construção e polos agroindustriais, enquanto a indústria regional avança de forma desigual. A política monetária restritiva, a fragilidade da infraestrutura regional e a falta de tração da indústria tradicional impedem um crescimento maior. Ainda assim, os investimentos em energias renováveis e logística consolidam uma base favorável ao desempenho futuro, mantendo o Nordeste alinhado ao crescimento nacional no fechamento de 2025.

2 Produção Agropecuária no Nordeste

2.1 Agricultura

Segundo o IBGE, a estimativa da produção nacional de grãos deverá alcançar 346,0 milhões de toneladas, na Safra 2025, crescimento de +18,2% em relação à Safra passada. O resultado para a atual Safra será devido, principalmente, às estimativas de crescimento dos cultivos de soja (+14,6%) e milho (+23,6%), que deverão incrementar 21,1 milhões de toneladas de soja e 27,0 milhões de toneladas de milho. Desta forma, soja e milho participam com 48,0% e 41,0% da produção nacional de grãos na Safra de 2025, nesta ordem, segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola do IBGE (Tabela 2.1).

Entre os principais fatores para o bom desenvolvimento dos grãos, principalmente nas safras de verão, estão as condições climáticas que no geral permanecem favoráveis (No Nordeste, nas áreas na costa leste, desde a Bahia até o Rio Grande do Norte e no noroeste do Maranhão). No entanto, algumas áreas apresentarão clima seco e quente, onde as chuvas estarão abaixo do observado do normal, podendo comprometer os níveis de umidades do solo não foram adequadas para o desenvolvimento das culturas (Nas áreas do centro-norte da Bahia, além do oeste de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte).

Tabela 2.1 – Brasil, Nordeste e Estados selecionados: Safra de grãos (toneladas) - 2024 e 2025

Brasil e Grandes Regiões	Safra 2024		Safra 2025		Variação das Safras 2025 e 2024	
	Produção (t)	Part. (%)	Produção (t)	Part. (%)	Absoluta	Relativa (%)
Norte	18.187.566	6,2	22.311.415	6,4	4.123.849	22,7%
Nordeste	25.792.907	8,8	27.744.033	8,0	1.951.126	7,6%
Maranhão	6.635.556	2,3	7.462.343	2,2	826.787	12,5%
Piauí	5.780.393	2,0	5.664.321	1,6	-116.072	-2,0%
Ceará	518.070	0,2	383.447	0,1	-134.623	-26,0%
Rio Grande do Norte	36.134	0,0	20.529	0,0	-15.605	-43,2%
Paraíba	73.170	0,0	29.003	0,0	-44.167	-60,4%
Pernambuco	183.890	0,1	71.836	0,0	-112.054	-60,9%
Alagoas	134.975	0,0	166.162	0,0	31.187	23,1%
Sergipe	1.049.624	0,4	1.106.815	0,3	57.191	5,4%
Bahia	11.381.095	3,9	12.839.577	3,7	1.458.482	12,8%
Sudeste	25.816.536	8,8	31.105.103	9,0	5.288.567	20,5%
Sul	78.342.460	26,8	86.296.876	24,9	7.954.416	10,2%
Centro-Oeste	144.566.392	49,4	178.641.397	51,6	34.075.005	23,6%
Brasil	292.705.861	100,0	346.098.824	100,0	53.392.963	18,2%

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2025). Nota (1): Participação das regiões e estados em relação ao País.

Regionalmente, Centro-Oeste apresenta maior ganho na Safra 2025, devido aos pacotes tecnológicos alinhados às boas condições climáticas, assim, resultando aumento na produção de grãos em 34,0 milhões de toneladas de grãos, avanço de 23,6% frente à safra anterior. Em seguida, registra-se também aumento da produção de grãos no Sul (+7,9 milhões t), Sudeste (+5,2 milhões t), Norte (+4,1 milhões de toneladas) e Nordeste (+1,9 milhão t).

Em termos de participação, Centro-Oeste permanece como maior produtor nacional de grãos, atingindo 178,6 milhões de toneladas de grãos, cerca de 51,6% do total produzido no País. Na sequência, o Sul, com produção de 86,2 milhões de toneladas, participa com 24,9% da produção nacional em 2025; Sudeste atingiu produção de 31,1 milhões de toneladas (9,0%); Nordeste registra 27,7 milhões de toneladas (8,0% do total) e Norte, com produção de 22,3 milhões de toneladas de grãos, participará com 6,4% do total de grãos produzidos no Brasil.

Quanto à produção de grãos no País, os resultados para a Safra 2025 são bastante promissores para as culturas, praticamente todas as culturas de grãos deverão registrar crescimento da produção. Destacam-

se em crescimento as produções de amendoim (+56,2%), sorgo (+35,5%), milho (+23,6%), arroz (+19,4%), soja (+14,6%) e algodão (+11,4%).

Para os demais produtos agrícolas, no País, destacam-se em crescimento a produção das culturas do fumo (+29,8%), laranja (+28,4%), uva (+25,3%), banana (+4,9%), mandioca (+3,9%), cacau (+2,5%), tomate (+1,9%) e batata-inglesa (+1,6%), conforme dados da Tabela 2.2.

Tabela 2.2 – Principais produtos da Safra no Brasil e Nordeste (Em mil toneladas) – 2024 e 2025

Principais Lavouras	Brasil			Nordeste			Part. (%) NE / BR
	Safra 2024	Safra 2025	Var. (%)	Safra 2024	Safra 2025	Var. (%)	
Cereais, leguminosas...	292.705.861	346.098.824	18,2	25.792.907	27.744.033	7,6	8,0
Algodão	8.866.378	9.880.470	11,4	2.012.913	2.089.184	3,8	21,1
Amendoim	793.832	1.240.240	56,2	11.707	12.132	3,6	1,0
Arroz	10.591.604	12.651.251	19,4	348.968	337.737	-3,2	2,7
Feijão	3.099.161	3.014.620	-2,7	493.101	381.499	-22,6	12,7
Mamona	31.717	33.503	5,6	29.947	31.348	4,7	93,6
Milho	114.703.192	141.734.445	23,6	8.003.100	8.607.096	7,5	6,1
Soja	144.946.662	166.054.076	14,6	15.349.839	16.634.331	8,4	10,0
Sorgo	3.985.503	5.399.877	35,5	293.549	430.844	46,8	8,0
Trigo	7.530.249	7.806.842	3,7	34.818	34.644	-0,5	0,4
Banana	6.995.034	7.337.462	4,9	2.567.222	2.676.862	4,3	36,5
Batata - inglesa	4.507.809	4.577.847	1,6	334.587	340.117	1,7	7,4
Cacau	287.784	294.842	2,5	111.288	119.063	7,0	40,4
Café	3.425.399	3.452.409	0,8	249.891	262.614	5,1	7,6
Cana-de-açúcar	706.720.425	702.951.752	-0,5	58.917.874	55.016.183	-6,6	7,8
Castanha-de-caju	161.014	124.979	-22,4	160.373	124.254	-22,5	99,4
Fumo	626.649	813.158	29,8	24.673	47.328	91,8	5,8
Laranja	12.216.934	15.682.304	28,4	1.113.469	1.148.152	3,1	7,3
Mandioca	19.059.194	19.809.620	3,9	4.236.317	4.656.886	9,9	23,5
Tomate	4.666.924	4.755.782	1,9	729.910	563.348	-22,8	11,8
Uva	1.763.397	2.209.104	25,3	812.762	974.299	19,9	44,1

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2025). Nota: (1) Estão incluídos algodão herbáceo, amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, mamona, milho, soja, girassol, sorgo, trigo e triticale.

Na Região Nordeste, a Safra de 2025 deverá atingir 27,7 milhões de toneladas, crescimento de +7,6%, aumento em +1,9 milhão de toneladas frente à safra de 2024. Destacam-se nos aumentos Bahia (+1,4 milhão t), Maranhão (+826,7 mil t), seguidos por Sergipe (+57,1 mil t) e Alagoas (+31,1 mil t), vide Tabela 2.1.

Na Safra 2025, Bahia deverá permanecer como o maior produtor de grãos regional, produzindo 12,8 milhões de toneladas, cerca de 46,3% da produção regional de grãos; na sequência, Maranhão com previsão de produção de 7,4 milhões de toneladas de grãos, aproximadamente 26,8% da produção regional e Piauí, com produção de 5,6 milhões de toneladas (20,4%).

No Nordeste, as estimativas das produções de soja e milho serão de 16,6 e 8,6 milhões de toneladas para a Safra de 2025, respectivamente. As culturas deverão impulsionar a produção regional de grãos na Região, devendo apresentar incremento de 1.284,4 e 603,9 mil toneladas, relativos à safra passada.

Quanto ao crescimento da produção de grãos no Nordeste, soja deverá apresentar o maior crescimento, avanço em 8,4% frente à safra passada. Na sequência, milho (+7,5%), mamona (+4,7%), algodão (+3,8%) e amendoim (+3,6%), vide Tabela 2.2.

Na produção de soja, Bahia permanecerá como maior produtor de soja do Nordeste, com projeção de 8,6 milhões de toneladas, (51,7% da produção regional de soja), e em sétimo lugar no País em 2025.

Regionalmente, Maranhão continua como o segundo maior produtor (4.4 milhões t, com participação de 26,6%) e Piauí em terceira posição (3,5 milhões t, 21,5%).

Na produção de milho, Bahia deverá seguir na liderança da produção regional, com estimativa de 2,73 milhões de toneladas de milho (31,8% da produção regional de milho) e oitavo maior produtor nacional de milho. O Estado da Maranhão permanecerá como o segundo maior produtor regional de milho, com produção de 2,71 milhões de toneladas (31,5% da produção regional de milho).

No Nordeste, as demais lavouras, tanto temporárias quanto as permanentes, se destacam em crescimento na produção de fumo (+91,8%), uva (+19,9%), mandioca (+9,9%), cacau (+7,0%), café (+5,1%, apesar de ser um ano de bienalidade negativa), banana (+4,3%), laranja (+3,1%) e batata-inglesa (+1,7%), Tabela 2.2.

Em 2024, diversos problemas climáticos afetaram as principais lavouras e importantes áreas produtoras do País. No entanto, as condições climáticas estão favorecendo na Safra 2025, principalmente nas lavouras de soja e milho. Com o clima mais chuvoso nesta safra que deverá propiciar um bom desenvolvimento das lavouras, assim devendo registrar crescimentos significativos, com produções recordes para soja e milho.

Além do fator clima, as negociações de soja e milho estão mais intensas, com o aumento da demanda externa e preocupações com estoques curtos.

Quanto ao Consumo global de soja, tende a se voltar para o Brasil diante da disponibilidade elevada no País. No entanto, requer cautela, pois o ambiente é de oferta de soja nacional recorde e de aumento na oferta de soja na Argentina.

Vale ressaltar que a expectativa de vendas externas de soja é alta para os próximos meses. No 3º trimestre de 2025, o Brasil exportou 35,54 milhões de toneladas da cadeia de soja (grão, farelo e óleo), crescimento de 11,78% sobre o mesmo volume do ano anterior, de acordo com a Secex. No acumulado do ano, foram escoados 93 milhões de toneladas do grão de soja, registrando recorde na série histórica. Como consequência, os produtores nacionais deverão aproveitar a valorização da commodity para intensificar as vendas no spot nacional.

2.2 Pecuária

Bovinos

No País, a quantidade de bovinos abatidos no 3º trimestre de 2025 cresceu 7,4%, frente ao mesmo trimestre do ano anterior, conforme dados do IBGE. Foram abatidos, em média, 11,28 milhões de cabeças de bovinas no País, recorde de acordo com a série histórica iniciada em 1997 (Tabela 2.3).

Segundo a Secretaria de Comércio Exterior, entre janeiro e setembro de 2025, o Brasil exportou 2,44 milhões de toneladas de carne bovina, computando alta de 16,0%, frente ao mesmo período de 2024. Assim, gerando uma receita de U\$ 12,4 bilhões no período em análise. O aumento da quantidade de bovinos abatidos foi induzido principalmente pela aquecida demanda internacional por carne bovina do Brasil, que elevou os investimentos.

Tabela 2.3 – Número de animais abatidos e peso das carcaças de bovinos, suínos e frangos e produção de ovos de galinha - Brasil e Nordeste - 3º trimestre de 2024 e 2025

Abate de Animais, Aquisição de Leite, Aquisição de Couro Cru e Produção de Ovos de Galinha	3º trimestre de 2025			3º trimestre de 2024			Variação (%) 3º trimestre 2025 / 2024	
	Brasil	Nordeste	% NE/Br	Brasil	Nordeste	% NE/Br	Brasil	Nordeste
Número de animais abatidos (Número de cabeças ou carcaças)								
Bovinos	10.500.586	910.359	8,7	11.278.984	974.306	8,6	7,4	7,0
Suínos	15.013.900	168.005	1,1	15.814.335	187.700	1,2	5,3	11,7
Frangos	1.642.263.570	70.429.929	4,3	1.689.266.739	73.829.019	4,4	2,9	4,8
Peso das carcaças (Toneladas)								
Bovinos	2.784.341	233.485	8,4	2.965.547	244.611	8,2	6,5	4,8
Suínos	1.402.998	13.823	1,0	1.489.007	15.421	1,0	6,1	11,6
Frangos	3.488.655	160.794	4,6	3.595.455	164.820	4,6	3,1	2,5
Leite (Mil litros)								
Adquirido	6.358.355	525.936	8,3	7.009.022	633.054	9,0	10,2	20,4
Industrializado	6.352.285	525.272	8,3	7.002.063	632.679	9,0	10,2	20,4
Ovos (Mil dúzias)								
Produção	1.205.391	206.004	17,1	1.236.668	216.359	17,5	2,6	5,0

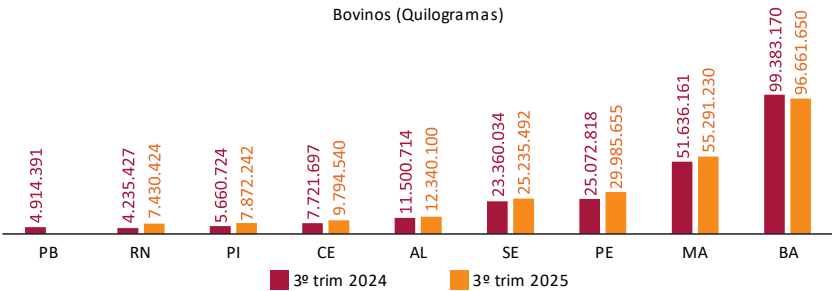
Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2025). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, Pesquisa Trimestral do Leite, Pesquisa Trimestral do Couro e Produção de Ovos de Galinha.

Na Região Nordeste, que representa 8,6% do quantitativo de bovinos abatidos no País, chegando a abater cerca de 974,3 mil cabeças de bovinos. Em comparação ao 3º trimestre de 2024, registrou considerável acréscimo de +7,0%. Nesse período, Rio Grande do Norte (+74,4%) destaca-se em crescimento, seguido por Piauí (+38,3%) e Ceará (+28,1%).

Em relação ao 3º trimestre de 2024, foram abatidos 63,9 mil bovinos a mais no Nordeste, com destaque para Pernambuco (+18,2 mil cabeças de bovinos), seguido por Rio Grande do Norte (+14,2 mil cabeças de bovinos) e Maranhão (+13,9 mil cabeças de bovinos).

Desta forma, em participação, Bahia (438,2%) marca como o maior abatedor de bovinos na Região; na sequência, Maranhão (23,0%), Pernambuco (11,4%) e Sergipe (9,6%).

Gráfico 2.1 – Peso das carcaças de bovinos- Estados do Nordeste - 3º trimestre de 2024 e 2025



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2025). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, Pesquisa Trimestral do Leite, Pesquisa Trimestral da Produção de Ovos de Galinha.

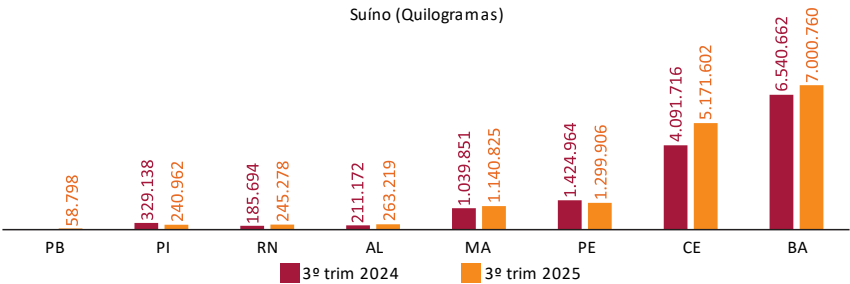
Suínos

No País (+5,3%), o quantitativo de suínos abatidos apresentou crescimento nos comparativos entre o terceiro trimestre de 2025 e 2024. Com maior demanda por carne suína nos mercados interno e externo, a oferta não acompanhou o ritmo; assim, registraram-se aumentos pontuais nos preços da carne suína. De acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior, o acumulado de janeiro a setembro de 2025,

registrou aumento do volume exportado de carne suína de 14,28%, frente ao mesmo período de 2024. Desta forma, foram embarcadas 985 mil toneladas de carne no acumulado do ano.

Para produção de Suínos, o Nordeste registrou crescimento de 11,6% no quantitativo de suínos abatidos, frente ao mesmo trimestre do ano anterior, variação superior à média do País, de 6,1%. Este fato deriva pelo aumento da demanda por carne suína, diante da crescente inflação dos preços da carne bovina.

Gráfico 2.2 – Peso das carcaças de suínos - Estados do Nordeste - 3º trimestre de 2024 e 2025



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2025). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, Pesquisa Trimestral do Leite, Pesquisa Trimestral da Produção de Ovos de Galinha.

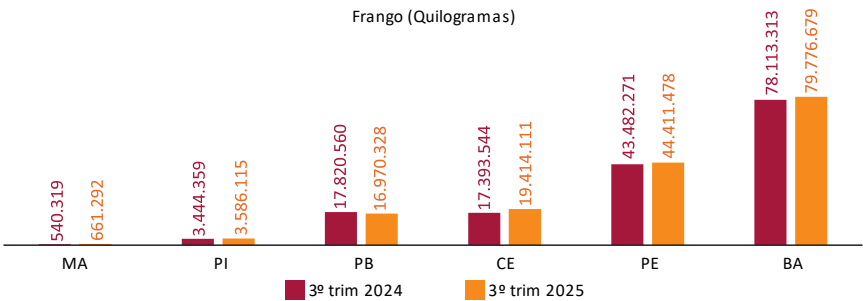
No 3º trimestre de 2025, entre os produtores dos abates suínos na Região, Bahia desponta com o maior rebanho (peso regional de 39,3%), em seguida, Ceará (peso regional de 34,3%) e Pernambuco (11,2% do peso regional). Quanto ao crescimento, Ceará registra maior acréscimo do número de animais abatidos (+16,5 mil suínos abatidos, +34,8%, frente ao mesmo período anterior).

Frangos

No 3º trimestre de 2025, o total de frangos abatidos no País correspondeu a 3,5 milhões de toneladas, ampliação em +3,1%, comparado ao mesmo período do ano anterior. Este fato se deve ao aumento da demanda doméstica. No mercado internacional, acumulado até setembro de 2025, as exportações de carne de frango registraram leve queda de 3,7%, frente ao mesmo período anterior, atingindo 3,6 milhões de toneladas, enfrentando desafios após gripe aviária em maio de 2025 (Secex/ME). Ainda assim, o Brasil responde por quase 35% das vendas mundiais da carne de frango (USDA).

Para o Nordeste, o cenário apresentou-se favorável no abate de frangos para o 3º trimestre de 2025, com acréscimo no total do peso das carcaças de frango de +2,56%, aumento de 4,0 mil toneladas, frente ao mesmo período do ano anterior. O quantitativo do peso das carcaças de frangos abatidos chegou em 164,8 mil toneladas, resultado fortemente determinado pelo crescimento do abate de frangos no Ceará e na Bahia, acréscimo de 2,0 mil e 1,66 mil toneladas de frango, respectivamente.

Gráfico 2.3 – Peso das carcaças de frangos- Estados do Nordeste - 3º trimestre de 2024 e 2025



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2025). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, Pesquisa Trimestral do Leite, Pesquisa Trimestral da Produção de Ovos de Galinha.

Na Bahia, o maior produtor de frangos da Região, com preso regional em 48,4%, registrou crescimento na produção de frangos em 1,6 mil toneladas no 3º trimestre de 2025 frente ao mesmo trimestre do ano anterior, chegando a produzir 79,7 mil toneladas de frango.

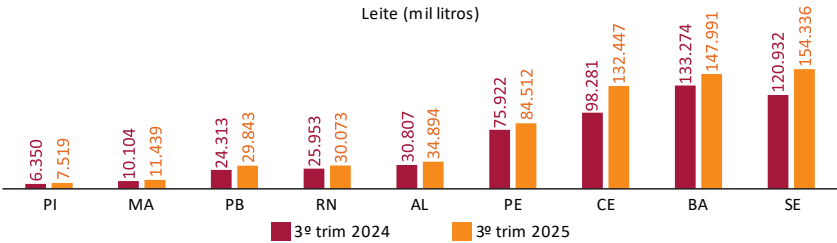
Em Pernambuco, o abate de frango obteve acréscimo de 929 toneladas, ou seja, crescimento de +2,1% frente ao 3º trimestre de 2024, chegando a produzir 44,4 mil toneladas de frango. Além de permanecer como o segundo maior produtor de carne de frango da Região, produzindo cerca de 26,9% do total do abate de frango.

Produção de Leite

Quanto à produção de leite no País, verificou-se aumento da aquisição tanto para o leite cru quanto para o industrializado de 10,2% cada, frente ao 3º trimestre de 2024. A aquisição nacional de leite foi positivamente impactada sobretudo devido à alta procura e valorização do produto no mercado interno.

No Nordeste, que representa 9,0% da produção nacional, foram captados cerca de 633,0 milhões de litros de leite cru, com crescimento de 20,4%, resultado superior à média nacional (+10,2%). Assim, na Região, a produção de leite gerou acréscimo de 107,1 milhões de leite no 3º trimestre de 2025.

Gráfico 2.4 - Produção de leite - Estados do Nordeste - 3º trimestre de 2024 e 2025



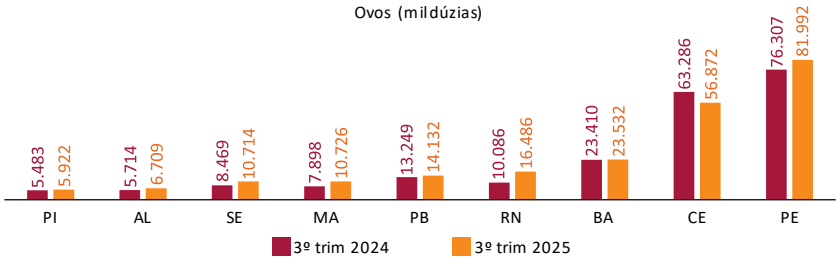
Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2025). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, Pesquisa Trimestral do Leite, Pesquisa Trimestral da Produção de Ovos de Galinha.

Entre os Estados da Região, se destacam no crescimento na produção de lei cru: Ceará (+34,1 milhões de litros), Sergipe (+33,4 milhões de litros) e Bahia (+14,7 milhões de litros). Em termos de participação do total regional, Sergipe passa Bahia e lidera na produção de leite regional, assim, participam com 24,4% e 23,4%, respectivamente.

Produção de Ovos

A produção de ovos de galinha no País foi de 1,23 bilhão de dúzias, no 3º trimestre de 2025. No Nordeste, a produção chegou em 216,3 milhões de dúzias de ovos, crescimento de +5,0% ante ao 3º trimestre do ano anterior, valor superior à média nacional, que foi de +2,6%, no período em análise.

Gráfico 2.5 – Produção de ovos de galinha - Estados do Nordeste - 3º trimestre de 2024 e 2025



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2025). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, Pesquisa Trimestral do Leite, Pesquisa Trimestral da Produção de Ovos de Galinha.

Na Região, embora o setor continue sendo impactado pela alta dos custos de produção, a demanda regional por ovos de galinha segue aquecida.

Entre os Estados, Rio Grande do Norte (+6,4 milhões de dúzias de ovos) apresentou significativo acréscimo na produção de ovos de galinha, em relação ao 3º trimestre de 2024. Neste cenário, Pernambuco continua como maior produtor de ovos da Região, com produção de 81,9 milhões de dúzias, cerca de 37,9% da produção regional de ovos de galinha, seguido por Ceará, com produção de 56,8 milhões de dúzias de ovos, cerca de 26,3% da produção de ovos de galinha no Nordeste.

3 Atividade Industrial

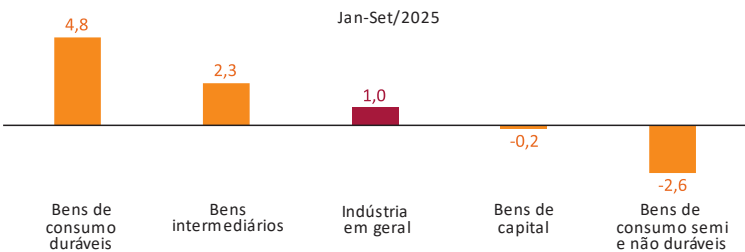
3.1 Atividade Industrial Brasil

A produção industrial recuou (-0,4%) em setembro de 2025, frente ao mês anterior, após registrar avanço de 0,7% em agosto e relativa estabilidade (-0,1%) em julho. Conforme dados do IBGE, com esse resultado, a indústria produziu 2,3% acima do nível pré-pandemia (fevereiro de 2020), mas ainda 14,8% abaixo do nível recorde da série histórica, de maio de 2011.

Frente a iguais períodos do ano anterior, observou-se crescimento de 2,0% em setembro de 2025, após oscilar, com recuo em agosto (-0,7%) e avanço em julho (0,3%). Estes dados propiciaram taxas acumuladas positivas até este momento do ano: 0,5% no terceiro trimestre; 1,0% na taxa acumulada até setembro e 1,5% na taxa anualizada encerrada em setembro.

A taxa acumulada de janeiro a setembro (1,0%) refletiu o avanço em apenas 2 das 4 grandes categorias econômicas (Gráfico 3.1): bens de consumo duráveis (4,8%), bens intermediários (2,3%), bens de capital (-0,2%) e bens de consumo semi e não duráveis (-2,6%). O maior dinamismo dos bens duráveis (4,8%) foi impulsionado pela produção de automóveis (5,6%), e o dos bens intermediários, por óleos brutos de petróleo. Cabe destacar o arrefecimento nos bens de capital que passaram de um crescimento de 7,5% no acumulado de jan-set de 2024 para uma redução (-0,2%) em igual período de 2025. O recuo (-0,2%) pode ser explicado pela elevada base de comparação (7,5%, em 2024), mas merece destaque, diante da sua importância como um termômetro das expectativas da economia. Direcionado à ampliação e modernização da capacidade produtiva nacional, o desempenho desta categoria reflete o planejamento para aumentar a oferta produtiva do País, gerando emprego e renda, e contribuindo para um maior equilíbrio nos preços. Porém, quando negativo, aponta para uma menor perspectiva de investimento no país e seus efeitos adversos.

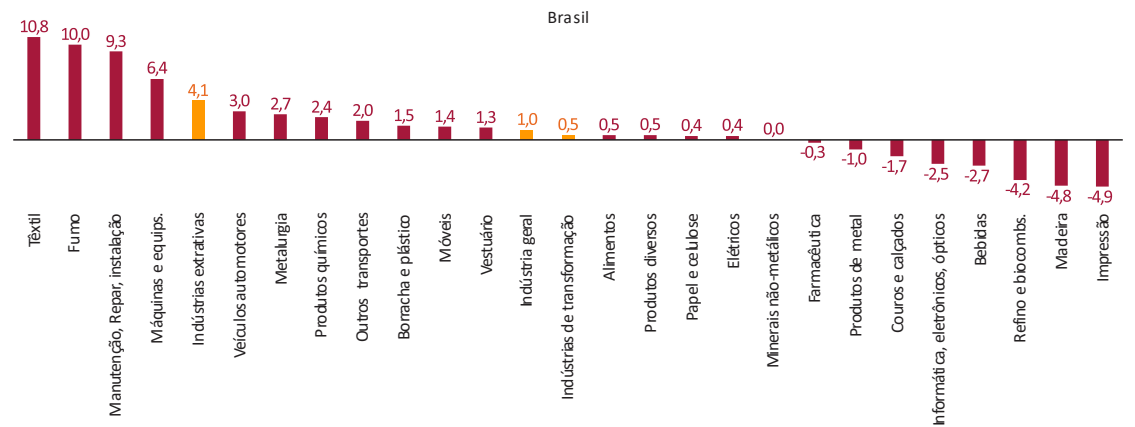
Gráfico 3.1 – Taxa de crescimento da produção industrial, por grandes categorias econômicas (%) – Brasil –Acumulado de Jan-Set de 2025 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: IBGE (2025). Elaboração BNB/Etene.

Quanto ao desempenho dos setores e atividades no acumulado do ano (1,0%), houve crescimento tanto na indústria extrativa (4,1%) – maior influência positiva no período –, quanto na de transformação (0,5%), que apresentou disseminação de resultados positivos, alcançando 15 de suas 24 atividades (Gráfico 3.2). Destaque para máquinas e equipamentos (6,4%), veículos automotores, reboques e carrocerias (3,0%) e produtos químicos (2,4%). Dentre os registros negativos, derivados do petróleo e biocombustíveis (-4,2%) exerceu a maior influência na formação da média da indústria, pressionados, principalmente, pela menor produção de álcool etílico.

Gráfico 3.2 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) - Brasil – Acumulado de Jan-Set de 2025 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: IBGE (2025). Elaboração BNB/Etene.

Análise e perspectiva

Embora as taxas acumuladas ao longo do ano, nas diversas possibilidades de análise, se mostrem positivas até setembro, estas são menos intensas do que as do ano passado, sinalizando para perda de dinamismo da indústria nacional em 2025 (Tabela 3.1).

Tabela 3.1 – Taxa de crescimento da produção industrial até setembro (%) – indicadores acumulados de 2024 e 2025 – Brasil (Base: igual período do ano anterior)

Indicadores	2024	2025
1º Tri	2,0	2,0
2º Tri	3,3	0,6
3º Tri	3,9	0,5
4º Tri	3,2	-
Jan-Set	3,1	1,0
12 meses	2,6	1,5

Fonte: IBGE (2025). Elaboração BNB/Etene.

O menor dinamismo, no acumulado até setembro de 2025, também se mostrou disseminado e foi puxado pelo arrefecimento em bens de consumo duráveis (que passou de 8,6%, em 2024, para 4,8%, em 2025), bens de capital (de 7,5% para -0,2%, respectivamente) e bens de consumo semi e não-duráveis (de 3,3% para -2,6%, respectivamente). Apenas os bens intermediários mantiveram o nível de produção na comparação anual (2,4% e 2,3%, respectivamente).

A pesquisa Sondagem Industrial da CNI corrobora com a análise de perda de ritmo e de queda de demanda. Apontou que, em setembro de 2025, frente a agosto, o setor apresentou redução no número de empregados e estabilidade na utilização da capacidade instalada (UCI) que se manteve em 70%. Este percentual, contudo, é menor do que o visto em setembro de 2024 (72%).

No entanto, embora os empresários ainda relatem insatisfação com as condições financeiras das empresas, ela se mostrou menos intensa e disseminada, na passagem do segundo para o terceiro trimestre de 2025. Também diminuiu a insatisfação com o lucro operacional e a dificuldade de acesso ao crédito. Adicionalmente, na percepção dos empresários, houve aumento no preço dos insumos e matérias-primas no terceiro trimestre, mas a queda do índice na comparação com o segundo trimestre de 2025, mostra uma alta de preços menos intensa e menos disseminada.

Dentre os problemas enfrentados no terceiro trimestre, os mais apontados pelos empresários foram os mesmos do trimestre anterior, com mudança apenas de ordem: altos valores da carga tributária, mantendo a

primeira colocação; demanda interna insuficiente, que passou da terceira para a segunda posição, e elevada taxa de juros. Logo em seguida, apontou-se a falta ou alto custo de trabalhador qualificado. Destaca-se que o percentual de assinalações desse problema vem crescendo consistentemente desde 2020.

Quanto às expectativas dos industriais para os próximos seis meses, espera-se crescimento mais moderado na demanda dos consumidores e nas compras de matérias-primas, porém, redução nas exportações e no número de empregados. A expectativa arrefecida influenciou o índice de intenção de investimento que, embora tenha avançado na passagem de setembro para outubro de 2025, apresenta tendência de queda ao longo do ano após ter alcançado um pico em dezembro de 2024. A pesquisa aponta ainda que apesar de permanecer acima da média histórica, o índice de intenção de investimento acumula retração de 4,0 pontos entre dezembro de 2024 (58,8 pontos) e outubro de 2025 (54,8 pontos). Todos estes aspectos, embora mostrando desaceleração, apontam para a possibilidade de aumento da produção industrial no fechamento do ano de 2025.

Previsões de mercado têm sinalizado para novo crescimento na indústria brasileira em 2025, em torno de 1,0%, reduzindo o ritmo observado em 2024 (3,1%). As “Projeções da Macrométrica”, por exemplo, indicam crescimento de 0,49% para a indústria de transformação e de 6,79% para a extrativa no fechamento do ano. Em relação às 4 grandes categorias econômicas, projetam taxas positivas para bens de consumo duráveis (4,96%), bens de capital (2,09%) e bens intermediários (0,90%), mas recuo para bens de consumo não duráveis (-2,33%).

3.2 Atividade Industrial Nordeste

No mês de setembro, a indústria do Nordeste superou o desempenho nacional (Tabela 3.2), tanto em relação ao mês anterior (-0,1%, ante -0,4%), quanto em relação a setembro de 2024 (2,8%, ante 2,0%). Estes avanços propiciaram, à indústria regional, a primeira taxa trimestral positiva do ano (1,4% no 3º trimestre que superou a média nacional, de 0,5%). Porém, tanto no acumulado dos nove primeiros meses (-1,0%), quanto na taxa anualizada (0,4%), o desempenho do Nordeste ficou aquém da indústria do país (1,0% e 1,5%, respectivamente).

Tabela 3.2 – Taxa de crescimento da produção industrial (%) – Brasil e Nordeste – Mês de referência: setembro de 2025 (Base: várias bases de comparação)

Locais	Set 2025/ Ago 2025	Set 2025/ Set 2024	1T/25	2T/25	3T/25	Acumulado Jan-Set	Acumulado 12 Meses
Brasil	-0,4	2,0	2,0	0,6	0,5	1,0	1,5
Nordeste	-0,1	2,8	-4,3	-0,2	1,4	-1,0	0,4

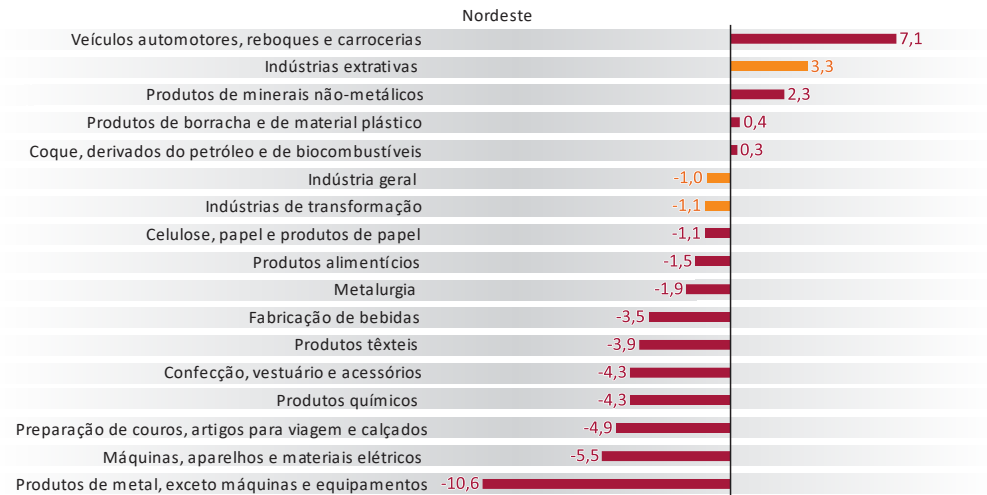
Fonte: IBGE (2025). Elaboração BNB/Etene.

Comparando com a dinâmica exatamente anterior à pandemia (fevereiro de 2020), a defasagem da indústria da Região ainda se mostrou intensa em setembro de 2025: produziu 15,7% a menos do que a realizada antes da crise sanitária. Já em âmbito nacional, a produção superou o patamar mencionado, produzindo 2,3% a mais do que o observado em fevereiro de 2020. Estes dados de defasagem podem ser emblemáticos para ilustrar o baixo ritmo da atividade industrial do Nordeste frente a nacional. Esta, no mínimo, recuperou seu nível de produção pré-crise, enquanto a indústria local continua longe de seu potencial.

Cabe destacar que a maioria dos locais pesquisados pelo IBGE ficaram no positivo no acumulado do ano até setembro (10 dos 18 locais divulgados pela pesquisa). Dentre os locais divulgados da Região, apenas a Bahia (1,0%) figurou nesse grupo. O recuo no Nordeste (-1,0%) representou a sétima menor taxa do país e refletiu o baixo dinamismo da maioria de seus estados individuais.

Dentre as seções e atividades regionais (Gráfico 3.3), houve crescimento na indústria extrativa (3,3%), mas disseminação de resultados negativos na indústria de transformação (-1,1%), atingindo 10 das 14 atividades pesquisadas. Destacaram-se: produtos químicos (-4,3%), alimentos (-1,5%) e couro e calçados (-4,9%). O avanço mais expressivo foi observado em veículos automotores (7,1%).

Gráfico 3.3 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) – Nordeste – Acumulado janeiro-setembro de 2025 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: IBGE (2025). Elaboração BNB/Etene.

Análise e perspectiva

Os dados da pesquisa Sondagem Industrial da CNI auxiliam a complementar a percepção sobre a indústria local. Na passagem de agosto para setembro de 2025 - com um índice muito próximo à linha divisória dos 50 pontos - houve certa estabilidade no número de empregados na indústria regional. Por outro lado, a utilização da capacidade instalada (UCI) da indústria do Nordeste subiu 3 p.p., de 70% para 73%, na passagem mensal.

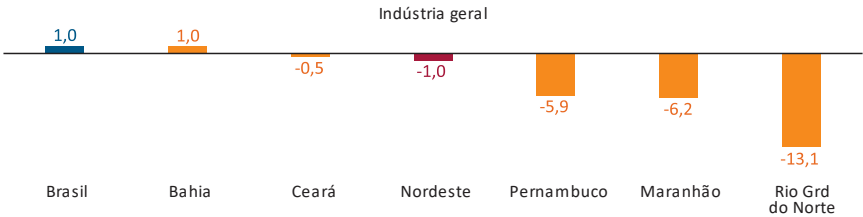
Na avaliação trimestral, os empresários da Região mantiveram-se insatisfeitos com a situação financeira, porém com menor intensidade do que no 2º trimestre, já que, no 3º trimestre, o índice se aproximou da linha dos 50 pontos (49,2 pontos). Também se reduziram as insatisfações com o lucro operacional e com a dificuldade de acesso ao crédito, contudo ambas permaneceram intensas. Quanto a percepção dos empresários sobre o preço dos insumos e matérias-primas, a queda do índice, embora ainda acima dos 50 pontos, aponta para uma alta de preços menos intensa e disseminada do que no trimestre anterior.

Para os próximos 6 meses, todas as expectativas dos empresários do Nordeste expressaram otimismo em outubro de 2025 (acima dos 50 pontos), com ganhos de intensidade em praticamente todas os índices avaliados, como em demanda, exportação e compras de matérias-primas. Ficou menos otimista a expectativa de número de empregados. A intenção de investimento, ainda positiva, perdeu força, passando de 61,5 pontos para 60,6 pontos, entre setembro e outubro, mas ainda bem acima da média da série histórica (54,4 pontos).

3.3 Atividade Industrial nos Estados do Nordeste

No acumulado dos nove primeiros meses de 2025, a indústria nacional registrou aumento em 10 dos 18 locais pesquisados pelo IBGE. Dentre os 5 estados do Nordeste divulgados pela pesquisa, apenas Bahia (1,0%) avançou (Gráfico 3.4). Além deste, somente o Ceará (-0,5%) superou a média da Região (-1,0%) que foi puxada por Pernambuco (-5,9%), Maranhão (-6,2%) e Rio Grande do Norte (-13,1%) que figuraram entre as quatro menores taxas do País.

Gráfico 3.4 – Taxa de crescimento da produção industrial (%) – Brasil, Nordeste e estados do Nordeste – Acumulado janeiro-setembro de 2025 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: IBGE (2025). Elaboração BNB/Etene.

Avaliando o dinamismo das atividades industriais em cada estado, cabe destacar que, assim como na média regional, o desempenho do setor de refino e biocombustível teve papel crucial nos resultados estaduais, seja positivo, seja negativamente.

O Ceará (-0,5%) vem chamando atenção pelas variações setoriais intensas (Tabela 3). No acumulado até setembro, além de refino e biocombustível (-14,8%), foi principalmente impactado por máquinas e aparelhos elétricos (-36,6%) e vestuário (-10,6%). Estes foram relativamente compensados pelos avanços em produtos químicos (36,1%), metalurgia (27,9%) e alimentos (5,0%).

A indústria de Pernambuco recuou de jan-set de 2025 (-5,9%) com disseminação de resultados negativos. Com dados divulgados apenas para a indústria de transformação (-5,9%), teve 9 de suas 12 atividades pesquisadas atingidas (Tabela 3.3), porém foi fortemente impactada pela redução em refino e biocombustíveis (-18,6%) e outros transportes (-68,0%). Por outro lado, cabe destacar o desempenho positivo do setor de veículos automotores que cresceu 5,7% e representou a principal influência positiva no acumulado do ano.

Tabela 3.3 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades – Brasil, Nordeste e Estados do Nordeste – Acumulado de janeiro-setembro de 2025 (Base: igual período do ano anterior).

	Brasil	Nordeste	Maranhão	Ceará	Rio Grd do Norte	Pernambuco	Bahia
Indústria geral	1,0	-1,0	-6,2	-0,5	-13,1	-5,9	1,0
Indústrias extrativas	4,1	3,3	-55,8	-	14,1	-	-3,7
Indústrias de transformação	0,5	-1,1	-0,5	-0,5	-14,7	-5,9	1,3
Produtos alimentícios	0,5	-1,5	5,0	5,0	5,6	-0,6	-2,3
Bebidas	-2,7	-3,5	-6,8	-5,1	-	-0,8	-2,3
Produção de fumo	10,0	-	-	-	-	-	-
Produtos têxteis	10,8	-3,9	-	-6,9	-	-	-
Confeção de vestuário e acessórios	1,3	-4,3	-	-10,6	31,2	-	-
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	-1,7	-4,9	-	3,6	-	-	-11,8
Celulose, papel e produtos de papel	-4,8	-1,1	-5,5	-	-	4,4	0,3
Coque, derivados do petróleo e de biocombustíveis	0,4	0,3	-	-14,8	-23,4	-18,6	7,4
Produtos químicos	-4,9	-4,3	-	36,1	-	-8,5	-6,7
Produtos de borracha e de material plástico	-4,2	0,4	-	-	-	-4,0	-4,0
Produtos de minerais não metálicos	2,4	2,3	-1,3	-0,1	-	-5,5	7,0
Metalurgia	-0,3	-1,9	1,0	27,9	-	-2,3	-0,9
Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	1,5	-10,6	-	0,4	-	-16,3	-
Máquinas, aparelhos, materiais elétricos	0,0	-5,5	-	-36,6	-	3,5	22,4
Máquinas e equipamentos	2,7	-	-	-	-	-	-
Veículos automotores, reboques e carrocerias	-1,0	7,1	-	-	-	5,7	-
Outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	-2,5	-	-	-	-	-68,0	-

Fonte: IBGE (2025). Elaboração BNB/Etene.

Por outro lado, o setor de refino e biocombustível foi também o principal impulsionador do único resultado estadual positivo da Região, no acumulado do ano (Tabela 3.3). A indústria da Bahia (1,0%) avançou graças à forte influência positiva desse setor (7,4%), já que registrou taxa negativa em 6 das 10 atividades de sua indústria de transformação (1,3%), incluindo importantes segmentos de sua estrutura produtiva: produtos químicos (-6,7%), alimentos (-2,3%) e couro e calçados (-11,8%).

Na indústria do Rio Grande do Norte (-13,1%), o segmento de derivados do petróleo (-23,4%) foi também o principal responsável pela retração, já que registrou crescimento em todas as demais atividades na taxa acumulada (Tabela 3): Indústria extrativa (14,1%), alimentos (5,6%) e confecção (31,2%).

A indústria do Maranhão (-6,2%) assinalou recuo na indústria de transformação (-0,5%), sob influência de papel e celulose (-5,5%) e bebidas (-6,8%), mas foi principalmente impactada pela indústria extrativa (-55,8%).

Análise e perspectiva

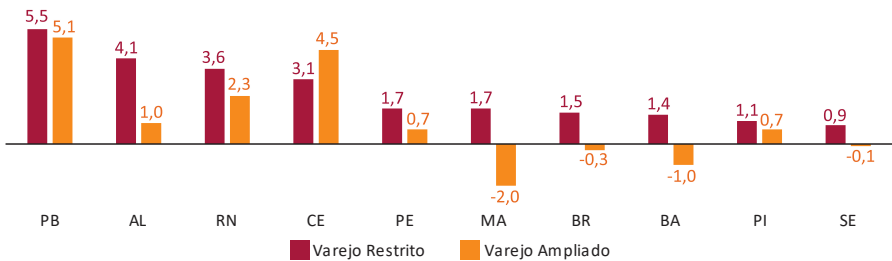
A indústria em geral do Nordeste apresentou disseminação de resultados setoriais negativos no acumulado de 2025, comportamento observado também nos seus estados individuais. Na verdade, a indústria da Região, pouco diversificada e dependente de segmentos tradicionais como refino e alimentos, não tem alcançado avanços expressivos e se mantém muito aquém do seu potencial. Conforme mencionado, sua produção em setembro de 2025 foi 15,7% menor do que a realizada em fevereiro de 2020 (mês anterior à pandemia). Nesta avaliação, apenas Pernambuco se destaca positivamente, produzindo 5,3% a mais, enquanto este percentual foi de -7,0% no Ceará, e -21,4% na Bahia. Na mesma comparação, a média do país foi 2,3% superior.

Previsões para o desempenho industrial, no fechamento de 2025, refletem uma expectativa de baixo dinamismo, alinhada aos dados apresentados até o momento. Projeções da Macrométrica, disponíveis para alguns desses estados, indicam crescimento apenas para a Bahia (0,12%), enquanto Ceará (-0,58%) e Pernambuco (-5,33%) devem recuar.

4 Comércio

O volume de vendas do Comércio Varejista restrito no Brasil cresceu 1,5% no acumulado do terceiro trimestre de 2025 na comparação com o mesmo período do ano anterior, segundo dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conforme observado no Gráfico 4.1.

Gráfico 4.1 – Variação (%) do volume de varejo restrito e ampliado – Brasil e Área de Atuação do Banco do Nordeste – 3º Trimestre 2025/2024



Fonte: IBGE – PMC (2025). Elaboração BNB/Etene.

No Comércio Varejista Ampliado que, além das atividades do varejo restrito, inclui as atividades de Veículos, motos, partes e peças, Material de construção e Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo, o volume de vendas apresentou queda de -0,3% na mesma comparação.

Dentre os grupos de atividades pesquisadas e analisadas para o Brasil, os maiores crescimentos foram verificados em eletrodomésticos (+6,9%) e tecidos, vestuários e calçados (+3,3%) (Tabela 4.1).

Tabela 4.1 – Variação (%) do volume de vendas do comércio e atividades - Brasil e Estados selecionados 3º Trimestre de 2025/2024.

Comércio e atividades	Brasil	Ceará	Pernambuco	Bahia
Comércio varejista	1,5	3,1	1,7	1,4
Combustíveis e lubrificantes	0,6	6,4	-3,4	0,8
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	0,9	0,4	1,7	2,0
Hipermercados e supermercados	1,3	1,0	0,7	3,5
Tecidos, vestuário e calçados	3,3	6,3	1,3	-1,5
Móveis e eletrodomésticos	4,2	-0,4	11,3	2,6
Móveis	-4,4	0,9	3,4	-2,8
Eletrodomésticos	6,9	0,2	13,7	7,9
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	3,5	10,1	-1,5	8,8
Livros, jornais, revistas e papelaria	-1,6	-1,3	2,5	-18,5
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-0,5	-12,9	-9,6	-16,6
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	2,2	7,1	6,0	-0,6
Comércio varejista ampliado	-0,3	4,5	0,7	-1,0
Veículos, motocicletas, partes e peças	-2,8	5,3	-4,1	7,8
Material de construção	0,6	5,2	0,4	-1,5
Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo	-4,5	8,7	4,8	-19,5

Fonte: IBGE – PMC (2025). Elaboração BNB/Etene.

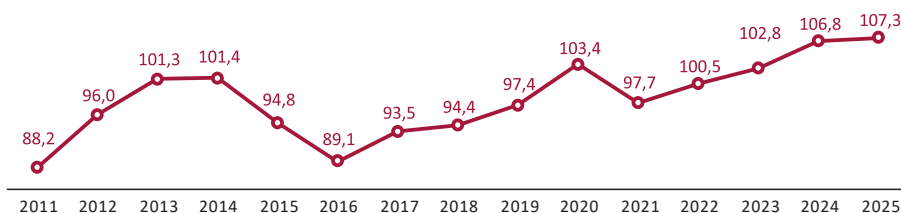
Considerando os estados pertencentes ao Nordeste, todas as unidades registraram crescimento no volume de vendas no comércio varejista restrito no acumulado do terceiro trimestre de 2025 na comparação com o mesmo período do ano anterior: Paraíba (+5,5%), Alagoas (+4,1%), Rio Grande do Norte (+3,6%), Ceará (+3,1%), Pernambuco (+1,7%), Maranhão (+1,7%), Bahia (+1,4%), Piauí (1,1%) e Sergipe (+0,9%).

Dentre os três estados pertencentes a área de atuação do Banco do Nordeste no qual são analisadas as atividades, os destaques positivos foram em Eletrodomésticos (+13,7%) em Pernambuco e Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos no Ceará com (+10,1%).

A última atualização da Pesquisa Mensal do Comércio ocorreu em 2017 tendo como referência a pesquisa Anual do Comércio de 2014. Na ocasião, segundo o IBGE, foram selecionadas 6157 empresas. Nos anos seguintes foram identificadas necessidades por novas informações decorrentes de mudanças na economia e defasagem das bases amostrais. No setor de comércio, foi identificada pelo Instituto a necessidade de ampliação do âmbito da pesquisa para englobar informações referentes ao segmento de Atacado de produtos alimentícios, bebidas e fumo, os atacarejos. Até então não eram investigadas as receitas dos supermercados classificados como comércio atacadista e uma parte importante de vendas nesse segmento não era identificada.

O comércio varejista com o resultado índice de 107,3 em setembro de 2025 (Gráfico 4.2), abre o quarto ano consecutivo com ganhos e desempenho superior a 2021, pós pandemia. Na análise da série histórica do número índice de setembro (2011-2025), o ano de 2025 continua com trajetória ascendente. Tal situação é resultado de um crescimento sustentado considerando que 2023 foi o ano com completa reabertura da economia e suspensão quase que total das barreiras sanitárias devido a pandemia do Covid-19. Em 2024 o crescimento foi sustentado pelo aumento do crédito, da renda e altos níveis de emprego.

Gráfico 4.2 – Variação (%) acumulada do volume de vendas do Comércio Varejista - Brasil – Número índice setembro 2011 a 2025.



Fonte: IBGE – PMC (2025). Elaboração BNB/Etene.

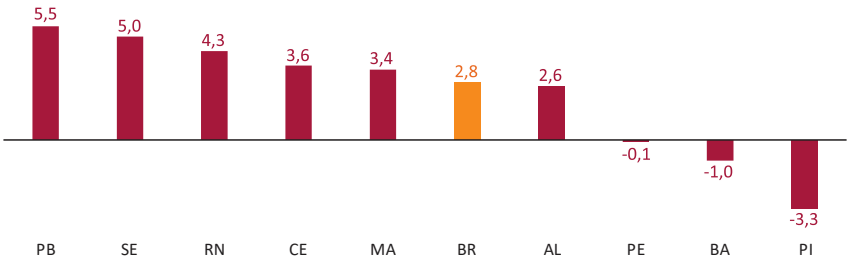
Contudo, esse crescimento perdeu força em 2025 na comparação com os três anos anteriores em função do aumento das taxas de juros justificada pelo Banco Central para a contenção da inflação e pelas incertezas geopolíticas.

Observou-se uma mudança de foco de consumo nos últimos meses que passa de um cenário de orçamento mais restrito, concentrado em produtos básicos, para um momento com mais espaço para que haja consumo de outros tipos de produtos. Tal cenário em 2024 teve relação com o aumento do crédito, assim como crescimento da massa de rendimento real e da população ocupada. Com o aumento dos juros e da inflação, esses fatores parecem serem moderadores do crescimento em 2025.

5 Serviços

O volume de serviços no Brasil registrou crescimento de 2,8% na comparação do acumulado do 3º trimestre de 2025 com o mesmo período do ano anterior, conforme Gráfico 5.1. O resultado foi divulgado pelo IBGE por meio da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS).

Gráfico 5.1 – Variação (%) do volume de serviços – Brasil e Estados selecionados – acumulado 3º Trimestre 2025/2024



Fonte: IBGE – PMS (2025). Elaboração BNB/Etene.

O resultado foi influenciado pelo crescimento verificado em todos os grupos pesquisados, são eles: Serviços prestados às famílias (+1,2%), Serviços de informação e comunicação (+5,5%), Serviços profissionais, administrativos e complementares (+2,4%), Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (+2,8%), com exceção de Outros serviços que teve resultado negativo (-1,6%) na mesma comparação.

Em relação às subatividades (Tabela 5.1), a maioria das atividades registrou variação nacional positiva, com exceção de Outros serviços prestados às famílias (-3,2%), por exemplo.

Tabela 5.1 - Variação (%) do volume de serviços, atividades e subatividades – Brasil e Estados selecionados ⁽¹⁾

Atividades e Subatividades *	Brasil	Ceará	Pernambuco	Bahia
Serviços prestados às famílias	1,2	3,5	-1,7	-1,0
Serviços de alojamento e alimentação	1,9	-	-	-
Outros serviços prestados às famílias	-3,2	-	-	-
Serviços de informação e comunicação	5,5	2,5	0,0	-0,6
Serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC)	6,3	-	-	-
Telecomunicações	0,5	-	-	-
Serviços de Tecnologia da Informação	12,5	-	-	-
Serviços audiovisuais, de edição e agências de notícias	-0,6	-	-	-
Serviços profissionais, administrativos e complementares	2,4	-3,5	-3,5	1,1
Serviços técnico-profissionais	3,5	-	-	-
Serviços administrativos e complementares	1,6	-	-	-
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	2,8	8,0	2,5	-2,7
Transporte terrestre	0,4	-	-	-
Transporte aquaviário	1,8	-	-	-
Transporte aéreo	19,8	-	-	-
Armazenagem, serviços auxiliares aos transportes e correio	2,7	-	-	-
Outros serviços	-1,6	19,2	0,0	9,3
Total	2,8	3,6	-0,1	-0,9

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE. Notas (1): Variação % do acumulado 3º Trimestre de 2025/2024. O IBGE não divulga as variações do volume de serviços para as subatividades estaduais.

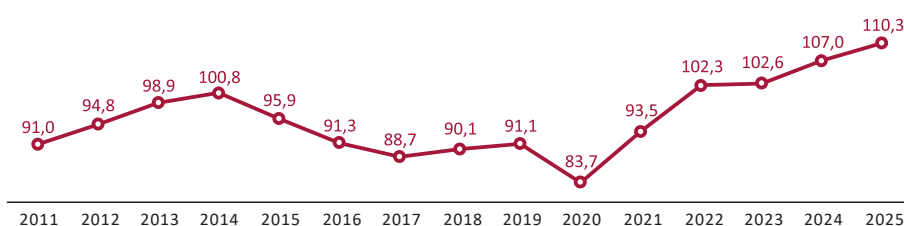
Na análise estadual, registrou-se crescimento acima do resultado nacional (+2,8%) em cinco dos estados da área de atuação do Banco do Nordeste, a saber: Paraíba (+5,5%), Sergipe (+5,0%), Rio Grande

do Norte (+4,3%), Ceará (3,6%) e Maranhão (+3,4%). Ainda com resultados positivo tem-se Alagoas (+2,6%). Os estados com resultado negativo sob a mesma comparação foram: Pernambuco (-0,1%), Bahia (-1,0) e Piauí (-3,3%).

O IBGE analisa o desempenho das atividades apenas em três, dentre os nove estados pertencentes à área de atuação do BNB, onde os destaques positivos foram verificados em Outros Serviços no Ceará (+19,2%) e na Bahia com (+9,3%) de crescimento.

Conforme o Gráfico 5.2, o Setor de Serviços apresenta crescimento desde 2020 com o pico da série em 2025, mas com perda de força comparado com 2021 e 2022. A tendência mostra crescimento mais suave com preocupações sobre o cenário internacional e indicadores econômicos nacionais a exemplo da inflação, que fez com que o Banco central elevasse a taxa básica de juros. O setor continua com níveis acima do período pré e pós pandemia, demonstrando que o efeito desta já foi diluído no tempo.

Gráfico 5.2 – Índice do Volume de Serviços – Brasil – setembro 2011 a 2025 (2022=100).



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE. Pesquisa Mensal de Serviços - 2025.

6 Turismo

O setor de turismo internacional registrou incremento no número de chegadas de turistas de 5%, nos nove primeiros meses de 2025 ante mesmo período de 2024, segundo dados divulgados na publicação Barômetro Mundial do Turismo (World Tourism Barometer), da ONU Turismo. Mais de 1,1 bilhão de turistas viajaram para o exterior, incremento de 50 milhões de turistas, no período. Segundo a publicação, esses resultados refletem a demanda sustentada por viagens ao longo do ano, apesar da alta inflação nos serviços turísticos e da cautela dos viajantes devido às tensões geopolíticas e comerciais.

Por região, a África registrou um aumento de 10% no número de chegadas de turistas, nos primeiros nove meses de 2025, relativamente a mesmo período de 2024. A Europa registrou crescimento de 4%, o Oriente Médio de 2%. Nas Américas, o incremento foi de 2%, tendo as sub-regiões apresentado os seguintes resultados: América do Sul (+9%), América do Norte (-1%) e América Central (+ 3%). Vale ressaltar que o Brasil registrou crescimento do turismo internacional superior aos dos principais destinos mundiais.

Segundo dados da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur), 7,10 milhões de turistas internacionais desembarcaram em destinos brasileiros no acumulado até setembro de 2025 (Tabela 6.1), um aumento expressivo de 45,0% em relação ao acumulado até setembro de 2024. A Argentina lidera como principal emissor de turistas ao Brasil (com mais 2,7 milhões de argentinos), seguida do Chile (604,8 mil visitantes) e dos Estados Unidos (564,2 mil turistas).

Tabela 6.1 - Chegadas internacionais de turistas - Brasil e Estados selecionados – Jan – set/2025

"Unidade Territorial (portão de entrada)"	Acumulado no ano		Variação (%)
	jan-set/2024	jan-set/2025	
Brasil	4.897.671	7.099.237	45,0
Alagoas	8.819	12.584	42,7
Bahia	94.703	149.648	58,0
Ceará	61.700	79.164	28,3
Maranhão	3	30	900,0
Paraíba	264	780	195,5
Pernambuco	42.337	70.959	67,6
Rio Grande do Norte	18.016	23.906	32,7

Fonte: Embratur. Disponível em: <https://embratur.com.br/para-o-trader/inteligencia-de-dados/paineis-de-dados/chegadas-internacionais/>. Acesso em: 11 nov. 2025. Elaboração: BNB/ETENE/CGIE.

São Paulo liderou a recepção de turistas estrangeiros com 2,02 milhões de visitantes, seguido do Rio de Janeiro (1,63 milhão de turistas) e Rio Grande do Sul (1,33 milhão de turistas). No Nordeste, os destaques foram nos estados da Bahia (149.648 turistas), Ceará (79.164) e Pernambuco (70.959) que registraram crescimento de 58,0%, 28,3% e 67,6%, respectivamente, no número de visitantes estrangeiros.

Com relação a receita do turismo internacional, no acumulado até setembro, os turistas injetaram US\$ 6,04 bilhões no País, segundo dados do Banco Central do Brasil (Bacen), em despesas como hospedagem, alimentação, transporte, lazer e compras, crescimento de 11,7%, nesse período comparativo (Tabela 6.2).

Tabela 6.2 – Brasil - Receitas turísticas nominais mensais (em milhões de dólares) – 2024 e 2025

Mês	Ano	
	2024	2025
Janeiro	800,6	805,0
Fevereiro	673,2	823,1
Março	591,7	772,6
Abril	619,6	693,3
Maiο	522,8	553,2
Junho	500,3	539,3
Julho	614,7	696,4
Agosto	555,2	564,6
Setembro	530,3	595,6

Fonte: Embratur. Disponível em: <https://embratur.com.br/para-o-trader/inteligencia-de-dados/paineis-de-dados/receitas-turisticas/>. Acesso em: 11 nov. 2025. Elaboração: BNB/ETENE/CGIE.

Segundo dados divulgados pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), o desembarque de turistas internacionais e domésticos nos aeroportos brasileiros alcançou 84,82 milhões de passageiros, crescimento de 9,0%, no período em análise (Tabela 6.3).

Tabela 6.3 – Desembarque de passageiros em aeroportos, por natureza - Brasil e Regiões - Jan-set/2025/2024

"Unidade Territorial (aeroporto de destino) "	Doméstico			Internacional		
	jan-set/2024	jan-set/2025	Variação (%)	jan-set/2024	jan-set/2025	Variação (%)
Brasil	68.711.694	74.327.469	8,2	9.140.529	10.493.702	14,8
Centro-oeste	8.341.792	8.928.281	7,0	255.550	325.809	27,5
Nordeste	13.647.663	14.208.290	4,1	467.735	596.988	27,6
Norte	3.883.197	4.001.865	3,1	118.407	125.160	5,7
Sudeste	35.126.427	38.109.136	8,5	7.821.874	8.760.023	12,0
Sul	7.712.615	9.079.897	17,7	476.963	685.722	43,8

Fonte: ANAC. Disponível em: <https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/dados-e-estatisticas/dados-estatisticos/dados-estatisticos>. Acesso em: 11 nov. 2025. Elaboração: BNB/ETENE/CGIE.
Nota: Os dados de desembarques de passageiros internacionais incluem residentes e não-residentes no Brasil e conexões.

A movimentação doméstica representou 84,8% do total (74,33 milhões de passageiros), registrando crescimento de 8,2%, no período de janeiro a setembro/2025 ante a janeiro a setembro/2024. Destes, a região Sudeste respondeu por 51,3% (38,11 milhões de passageiros), aumento de 8,5% no número de desembarque de passageiros domésticos. Já o Nordeste respondeu por 19,1% (14,21 milhões de passageiros) do total dos desembarques doméstico, aumento de 4,1%, nesse período (Tabela 6.4). Bahia (27,9%), Pernambuco (25,9%) e Ceará (16,2%) responderam por 70,1% do total dos desembarques domésticos na Região.

Já o número de chegadas internacionais (10,49 milhões de passageiros) nos aeroportos brasileiros apresentou crescimento mais expressivo de 14,8%. A região Sudeste concentrou 83,5% (8,76 milhões de turistas) do desembarque, incremento de 12,0% no período. No Nordeste, o desembarque internacional aumentou 27,6%, recebendo 597,0 mil passageiros (5,7% do total), no período em foco. Bahia (35,9%), Pernambuco (28,5%) e Ceará (26,5%) responderam por 91,0% deste total, registrando crescimento de 38,2%, 37,8% e 11,8%, respectivamente.

Tabela 6.4 – Desembarque de passageiros em aeroportos, por natureza - Nordeste e Estados -Jan-set/2025/2024

"Unidade Territorial (aeroporto de destino) "	Doméstico			Internacional		
	jan-set/2024	jan-set/2025	Variação (%)	jan-set/2024	jan-set/2025	Variação (%)
Nordeste	13.647.663	14.208.290	4,1	467.735	596.988	27,6
Alagoas	928.481	1.033.430	11,3	14.648	16.900	15,4
Bahia	3.810.916	3.967.682	4,1	155.133	214.318	38,2
Ceará	2.151.466	2.308.005	7,3	141.652	158.350	11,8
Maranhão	715.746	801.930	12,0	0	0	-
Paraíba	666.607	722.365	8,4	142	912	542,3
Pernambuco	3.692.521	3.682.889	-0,3	123.656	170.421	37,8
Piauí	405.551	397.946	-1,9			-
Rio Grande do Norte	830.529	813.244	-2,1	32.504	36.087	11,0
Sergipe	445.846	480.799	7,8			-

Fonte: ANAC. Disponível em: <https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/dados-e-estatisticas/dados-estatisticos/dados-estatisticos>. Acesso em: 11 nov. 2025. Elaboração: BNB/ETENE/CGIE.
Notas: (...) Estado não recebeu voo internacional. Os dados de desembarques de passageiros internacionais incluem residentes e não-residentes no Brasil e conexões.

O setor turismo também pode ser analisado pelo volume das atividades turísticas, medido pelo Índice de Atividades Turísticas (IATUR), divulgado na Pesquisa Mensal de Serviços realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O índice de atividades turísticas (Iatur) no Brasil apresentou variação positiva de 4,6%, em setembro de 2025 ante setembro de 2024. No comparativo setembro frente a agosto de 2025, o índice de volume registrou expansão de 0,1%, segundo resultado positivo seguido (Tabela 6.5).

Tabela 6.5 – Indicadores de volume das atividades turísticas - Brasil e Estados selecionados – Jan-set/2025 - Variação (%)

Unidade Territorial	Mês/mês anterior 1			Mês/mesmo mês do ano anterior			Acumulado no ano 2		
	jul/2025	ago/2025	set/2025	jul/2025	ago/2025	set/2025	jul/2025	ago/2025	set/2025
Brasil	-0,8	1,0	0,1	3,2	4,5	4,6	6,1	5,9	5,7
Alagoas	2,2	3,1	-2,5	-3,8	2,8	4,8	-0,6	-0,2	0,3
Bahia	-2,2	1,7	-0,2	3,4	4,5	7,2	8,4	7,9	7,8
Ceará	0,0	0,9	-3,2	6,9	8,8	11,4	8,0	8,1	8,4
Pernambuco	1,1	0,2	0,1	5,4	5,9	8,8	3,1	3,4	4,0
Rio Grande do Norte	-3,6	6,3	-0,1	0,5	6,2	5,3	5,5	5,6	5,5

Fonte: IBGE/PMS. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/8694>. Acesso em: 12 nov. 2025. Elaboração: BNB/ETENE/CGIE.
Notas: ¹ com ajuste sazonal; ² em relação ao mesmo período do ano anterior; ³ em relação ao período anterior de 12 meses.
Observação: O Índice de Atividades Turísticas – Iatur é construído através do agrupamento das seguintes atividades: Alojamento e alimentação; Serviços culturais, desportivos, de recreação e lazer; Locação de automóveis sem condutor; Agências de viagens e operadoras turísticas; Transportes turísticos (Transporte rodoviário de passageiros em linhas regulares intermunicipais, interestaduais e internacionais; Trens turísticos, teleféricos e similares; Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares; Outros transportes aquaviários e Transporte aéreo de passageiros).

No acumulado até setembro/2025, o volume das atividades turísticas do País aumentou 5,7%, comparativamente ao acumulado até setembro de 2024. Segundo o IBGE, esse resultado foi devido, sobretudo, aos aumentos de receita obtidos por empresas dos ramos de transporte aéreo de passageiros; serviços de reservas relacionados a hospedagens; hotéis; serviços de bufê; e restaurantes.

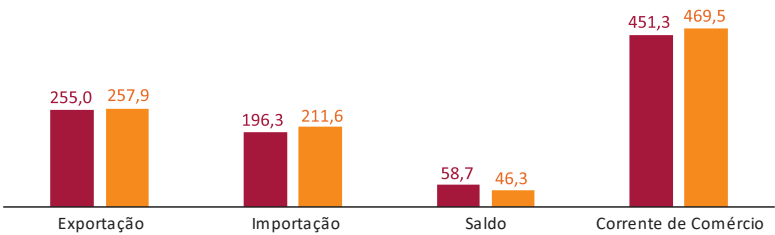
Nos estados pesquisados pelo IBGE da Região Nordeste, Ceará (+8,4%), Bahia (+7,8%), Rio Grande do Norte (+5,5%), Pernambuco (+4,0%) e Alagoas (+0,3%) apresentaram desempenhos positivos, nesse período.

7 Comércio Exterior

7.1 Balança comercial do Brasil

A balança comercial brasileira acumulou superavit de US\$ 46,30 bilhões, no período de janeiro a setembro de 2025, queda de 21,1% face a mesmo período de 2024 (US\$ 58,70 bilhões), segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Secex/MDIC). As exportações do País somaram US\$ 257,89 bilhões, registrando leve acréscimo de 1,1%. As importações totalizaram US\$ 211,59 bilhões, aumento de 7,8%, nesse período comparativo (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Brasil - Exportações, importações, saldo da balança comercial e corrente de comércio – jan-set/2025/2024 - US\$ bilhões



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 10/02/2026). Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

A decomposição das exportações brasileiras por setores de atividades econômicas (Tabela 1) mostra que, no acumulado até setembro de 2025, o setor Agropecuário, responsável por 23,1% (US\$ 59,54 bilhões) das vendas externas, registrou aumento de 2,0% (+US\$ 1,15 bilhão), comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Os principais produtos do setor foram: Soja (62,7% de participação), Café não torrado (17,3%), Milho (8,1%), Algodão em bruto (5,2%) e Animais vivos, não incluído pescados ou crustáceos (1,4%). Juntos respondem por 94,8% das vendas do setor. As exportações de Soja (-4,2%, -US\$ 1,62 bilhão), Algodão em bruto (-11,1%, -US\$ 0,39 bilhão) e as de Milho (-3,4%, -US\$ 0,17 bilhão) decresceram devido à queda nos preços internacionais comercializados. Por outro lado, as vendas de Café não torrado e de Animais vivos registraram crescimento de 34,7% (+US\$ 2,66 bilhões) e 32,7% (+US\$ 0,21 bilhão).

A Indústria Extrativa, com 22,8% (US\$ 58,71 bilhões) de participação nas exportações totais do País, registrou retração nas vendas de 5,4% (-US\$ 3,35 bilhões), nesse período comparativo. Os principais produtos do setor, Óleos brutos de petróleo (56,9% do total) e Minério de ferro e seus concentrados (35,0%) registraram queda de 3,2% (-US\$ 1,10 bilhão) e 11,0% (-US\$ 2,53 bilhões).

As exportações dos produtos da Indústria de Transformação somaram US\$ 138,20 bilhões (53,6% do total), no período, apresentando crescimento de 3,7% (+US\$ 4,90 bilhões). Registraram crescimento, dentre outros, Carne bovina fresca, refrigerada ou congelada (+37,2%, +US\$ 3,09 bilhões), Ouro, não monetário (+60,4%, +US\$ 1,17 bilhão), Veículos automotores de passageiros (+60,6%, +US\$ 1,79 bilhão), Ouro, não monetário (+66,8%, +US\$ 1,77 bilhões) e Alumina (+19,5%, +US\$ 0,44 bilhão). Por outro lado, decresceram as exportações de Açúcares e melaços (-26,8%, -US\$ 3,72 bilhões), Farelos de soja e outros alimentos para animais (-17,7%, -US\$ 1,39 bilhão), Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (-12,4%, -US\$ 1,12 bilhão), etc.

Tabela 1 – Brasil - Exportação por setor de atividades econômicas - jan-set/2025/2024 - US\$ bilhões FOB

Atividade Econômica	Jan-set/25		Jan-set/24		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Agropecuária	59,5	23,1	58,4	22,9	2,0
Indústria Extrativa	58,7	22,8	62,1	24,3	-5,4
Indústria de Transformação	138,2	53,6	133,3	52,3	3,7
Outros Produtos	1,4	0,6	1,2	0,5	15,4
TOTAL	257,9	100,0	255,0	100,0	1,1

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 10/02/2026). Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

Os três principais mercados de destino dos produtos brasileiros absorveram 46,2% do total das vendas externas, no acumulado até setembro de 2025: China (29,3%), Estados Unidos (11,4%) e Argentina (5,5%). Relativamente a mesmo período de 2024, a China reduziu suas aquisições em 1,1% (-US\$ 840,4 milhões). As exportações para os Estados Unidos permaneceram praticamente no mesmo nível (-0,03%, -US\$ 8,0 milhões) e as vendas para a Argentina cresceram (47,1%, +US\$ 4.550,3 milhões).

Do lado das importações nordestinas, apenas a categoria Combustíveis e lubrificantes (9,6% do total, US\$ 20,22 bilhões) apresentou retração nas aquisições, no período em análise (Tabela 2). A queda de 13,7% (-US\$ 3,21 bilhões) nesse período, foi motivada pela redução, principalmente, nas aquisições de Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (-23,4%, -US\$ 1.576,0 milhões), Gás natural, liquefeito ou não (-19,2%, -US\$ 505,3 milhões) e Carvão, mesmo em pó, mas não aglomerado (-30,3%, -US\$ 762,1 milhões).

As importações de Bens de Capital participaram com 15,8% da pauta, no acumulado até setembro de 2025, somando US\$ 33,39 bilhões. Comparativamente ao mesmo período de 2024, cresceram 26,5% (+US\$ 7,00 bilhões). Esse desempenho é explicado, em parte, pela importação de duas plataformas flutuantes para extração de petróleo no valor de US\$ 5,24 bilhões. Entretanto, vale ressaltar, também, o incremento nas vendas de Instrumentos e aparelhos de medição, verificação, análise e controle (+14,0%, +US\$ 292,1 milhões), Outras máquinas e equipamentos especializados para determinadas indústrias e suas partes (+10,9%, +US\$ 174,4 milhões) e Equipamento mecânico para manuseio, elevação, guinchos e suas partes (+16,0%, +US\$ 156,1 milhões).

As aquisições de Bens de intermediários (US\$ 126,43 bilhões), representaram 59,8% do total importado, registrando crescimento de 8,9% (+US\$ 10,32 bilhões), no período comparativo em foco. Os maiores incrementos, em termos de valor, foram nas importações de Motores e máquinas não elétricos, e suas partes (+35,8%, +US\$ 2.164,8 milhões), Adubos ou fertilizantes químicos (exceto fertilizantes brutos (+17,5%, +US\$ 1.719,1 milhões), Compostos organo-inorgânicos, compostos heterocíclicos, ácidos nucléicos e seus sais (+22,2%, +US\$ 1.118,3 milhões) e Partes e acessórios dos veículos automotivos (+12,6%, +US\$ 758,3 milhões).

As aquisições de Bens de consumo (14,9% do total) somaram US\$ 31,49 bilhões, crescimento de 3,9% (+US\$ 1,18 bilhão), com destaque para as importações de Outros medicamentos, incluindo veterinários (+22,1%, +US\$ 1.019,9 milhões), Medicamentos e produtos farmacêuticos, exceto veterinários (+8,6%, +US\$ 287,0 milhões), Outros artigos manufaturados diversos (+16,7%, +US\$ 131,4 milhões) e Inseticidas, rodenticidas, fungicidas, herbicidas, reguladores de crescimento para plantas, desinfetantes e semelhantes (+21,9%, +US\$ 148,0 milhões), dentre outros. Por outro lado, decaíram as aquisições de Veículos automotivos de passageiros (-18,2%, -US\$ 1.182,3 milhões).

Tabela 2 – Brasil - Importação por grandes categorias econômicas - jan-set/2025/2024- US\$ bilhões

Grandes categorias econômicas	Jan-set/25		Jan-set/24		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Bens de capital	33,4	15,8	26,4	13,4	26,5
Bens intermediários	126,4	59,8	116,1	59,2	8,9
Bens de consumo	31,5	14,9	30,3	15,4	3,9
Combustíveis e lubrificantes	20,2	9,6	23,4	11,9	-13,7
Bens não especificados anteriormente	0,1	0,0	0,1	0,0	3,8
TOTAL	211,6	100,0	196,3	100,0	7,8

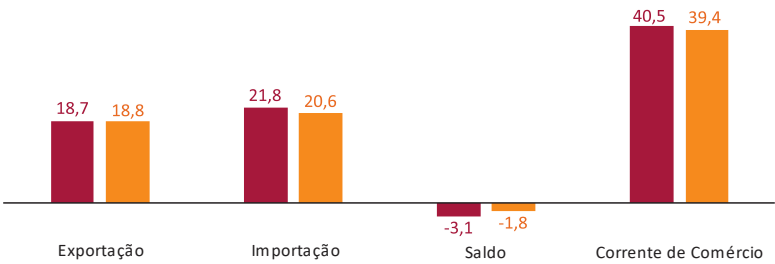
Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 10/02/2026). Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

Os principais países de origem das importações brasileiras, no período de janeiro a setembro de 2025, foram responsáveis por 46,5% das aquisições brasileiras: China (25,2% do total), Estados Unidos (16,2%) e Alemanha (5,1%). Frente a mesmo período de 2024, as aquisições oriundas da China (+15,2%, +US\$ 7,05 bilhões), Estados Unidos (+11,5%, +US\$ 3,53 bilhões) e da Alemanha (+3,0%, +US\$ 0,32 bilhão) registraram crescimento.

7.2 Balança comercial do Nordeste

As exportações nordestinas totalizaram US\$ 18.820,6 milhões, no acumulado até setembro de 2025, aumento de 0,6% (+US\$ 107,9 milhões), relativamente a igual período de 2024 (Gráfico 2). Por outro lado, as importações recuaram 5,4% (-US\$ 1.175,3 milhões), somando US\$ 20.619,3 milhões, nesse intervalo. A balança comercial nordestina, portanto, registrou déficit de US\$ 1.798,6 milhões, bem menor do que o registrado em mesmo período de 2024 (-US\$ 3.081,9 milhões). A corrente de comércio atingiu US\$ 39.439,9 milhões (-2,6%, -US\$ 1.067,4 milhões).

Gráfico2 – Nordeste: Exportações, importações, saldo da balança comercial e corrente de comércio – jan-set/2025/2024- US\$ bilhões



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 10/02/2026). Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

A análise das exportações nordestinas por setores de atividades econômicas mostra que a Agropecuária registrou queda de 3,9% (-US\$ 247,6 milhões), acumulando receita de US\$ 6.026,4 milhões (32,0% do total), nos primeiros nove meses de 2025, ante mesmo período de 2024 (Tabela 3). Decresceram as vendas de Soja (-8,2%, -US\$ 377,4 milhões), Milho (-55,5%, -US\$ 112,5 milhões) e Algodão em bruto (-2,2%, -US\$ 14,7 milhões), dentre outros. Por outro lado, vale destacar o crescimento das exportações de Café não torrado (+55,7%, +US\$ 106,8 milhões), Especiarias (+184,1%, +US\$ 51,3 milhões) e Frutas e nozes não oleaginosas (+19,0%, +US\$ 91,0 milhões)

Já na Indústria Extrativa, as exportações dos produtos do setor decresceram 11,6% (-US\$ 137,7 milhões), atingindo US\$ 1.047,0 milhões (5,6% das vendas externas totais), no período em análise, devido, principalmente, à redução nas vendas de Minério de ferro (-58,3%, -, -US\$ 164,1 milhões) e de Minério de cobre (-7,3%, -US\$ 30,0 milhões).

As exportações dos produtos da Indústria de Transformação somaram US\$ 11.704,6 milhões, no período de janeiro a setembro de 2025, representando 62,2% da pauta da Região. Relativamente ao mesmo período do ano passado, registraram crescimento de 4,4% (+US\$ 488,4 milhões). Dos principais produtos do setor exportados, destacam-se o bom desempenho das vendas de Produtos semiacabados, lingotes e outras formas primárias de ferro ou aço (+63,2%, +US\$ 335,3 milhões), Alumina (óxido de alumínio), exceto corindo artificial (+10,3%, +US\$ 100,7 milhões), Veículos automotores de passageiros (+79,4%, +US\$ 244,0 milhões), Ouro, não monetário (excluindo minérios de ouro e seus concentrados) (+45,6%, +US\$ 287,1 milhões) e Cacau em pó, manteiga ou pasta de cacau (+38,6%, +US\$ 119,2 milhões), dentre outros. Compensando a queda registrada em Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) (-10,6%, -US\$ 264,4 milhões), Celulose (-16,5%, -US\$ 302,1 milhões), Açúcares e melaços (-8,6%, -US\$ 71,3 milhões) e Farelos de soja e outros alimentos para animais (-17,3%, -US\$ 81,3 milhões).

Tabela 3 – Nordeste - Exportação por setor de atividades econômicas - jan-set/2025/2024- US\$ milhões FOB

Atividade Econômica	Jan-set/25		Jan-set/24		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Agropecuária	6.026,4	32,0	6.274,1	33,5	-3,9
Indústria Extrativa	1.047,0	5,6	1.184,7	6,3	-11,6
Indústria de Transformação	11.704,6	62,2	11.216,2	59,9	4,4
Outros Produtos	42,5	0,2	37,7	0,2	12,9
TOTAL	18.820,6	100,0	18.712,7	100,0	0,6

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 10/02/2026). Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

Os três principais parceiros comerciais do Nordeste absorveram 47,0% das vendas externas da Região, no período de janeiro a setembro de 2025: China (24,2%), Estados Unidos (12,6%) e Canadá (10,2%). Comparativamente a janeiro a setembro de 2024, registraram queda as vendas com destino à China (-4,2%, -US\$ 201,7 milhões) enquanto para os Estados Unidos (+12,4%, +US\$ 262,2 milhões) e Canadá (+23,8%, +US\$ 367,6 milhões), as exportações aumentaram.

Segundo as grandes categorias econômicas, as importações registraram, no período em foco, crescimento em Bens de capital (+11,5%, +US\$ 159,4 milhões) e Bens intermediários (+0,8%, +US\$ 84,2 milhões). Por outro lado, as aquisições de Bens de Consumo e Combustíveis e lubrificantes decresceram 7,9% (-US\$ 130,1 milhões) e 16,1% (-US\$ 1.295,0 milhões).

As importações de Bens de Capital alcançaram US\$ 1.539,7 milhões (7,5% da pauta). Cresceram as importações de Outras máquinas e equipamentos especializados para determinadas indústrias e suas partes (+32,6%, +US\$ 43,1 milhões), Equipamento mecânico para manuseio, elevação, guinchos e suas partes (+80,0%, +US\$ 35,3 milhões), Instrumentos e aparelhos de medição, verificação, análise e controle (+44,2%, +US\$ 29,7 milhões) e Geradores elétricos giratórios e suas partes (+30,1%, +US\$ 22,2 milhões) enquanto decresceram as de Veículos para transporte de mercadorias e usos especiais (-9,6%, -US\$ 13,5 milhões) e Máquinas de energia elétrica e suas partes (-20,0%, -US\$ 30,2 milhões), dentre outros.

Nas importações de Bens Intermediários (US\$ 10.809,4 milhões), 52,4% do total das aquisições, os destaques foram o crescimento nas aquisições de Adubos ou fertilizantes químicos (+14,7%, +US\$ 232,6 milhões), Cacau em bruto ou torrado (+314,8%, +US\$ 319,9 milhões), Partes e acessórios dos veículos automotivos (+31,0%, +US\$ 136,9 milhões) e Gorduras e óleos vegetais, em bruto, refinados ou fracionados (+50,0%, +US\$ 117,3 milhões). Entretanto, regrediram as compras de Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) (-42,1%, -US\$ 765,2 milhões) e Válvulas e tubos termiônicas, de cátodo frio ou foto-cátodo, diodos, transistores (-33,5%, -US\$ 155,3 milhões), dentre outros.

Já as compras de produtos da categoria Combustíveis e lubrificantes (32,7% do total) atingiram US\$ 6.744,5 milhões. As importações de Óleos combustíveis de petróleo (+5,6%, +US\$ 189,2 milhões) registraram crescimento. Por outro lado, decresceram as aquisições de Óleos brutos de petróleo (-30,0%, -US\$ 709,9

milhões), Gás natural, liquefeito ou não (-44,8%, -US\$ 611,9 milhões), Carvão, mesmo em pó, mas não aglomerado (-21,7%, -US\$ 86,4 milhões) e Propano e butano liquefeito (-14,2%, -US\$ 72,6 milhões).

As aquisições de Bens de consumo totalizaram US\$ 1.516,5 milhões (7,4% da pauta). O principal produto da categoria importado, Veículos automóveis de passageiros, registrou queda nas importações de 48,3% (-US\$ 292,7 milhões).

Tabela 4 – Nordeste - Importação por grandes categorias econômicas - jan-set/2025/2024- US\$ milhões

Grandes categorias econômicas	Jan-set/25		Jan-set/24		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Bens de capital	1.539,7	7,5	1.380,4	6,3	11,5
Bens intermediários	10.809,4	52,4	10.725,2	49,2	0,8
Bens de consumo	1.516,5	7,4	1.646,6	7,6	-7,9
Combustíveis e lubrificantes	6.744,5	32,7	8.039,5	36,9	-16,1
Bens não especificados anteriormente	9,1	0,0	2,8	0,0	222,2
TOTAL	20.619,3	100,0	21.794,6	100,0	-5,4

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 10/02/2026). Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

Os principais países de origem das importações nordestinas, no acumulado de janeiro/setembro 2025, foram: Estados Unidos (27,2%), China (18,6%) e Rússia (6,2%) que responderam por 52,0% do total. Frente a mesmo período de 2024, apresentaram aumento nas aquisições oriundas dos Estados Unidos (+21,9%, +US\$ 1.005,6 milhões). Já as importações oriundas da China (-4,1%, -US\$ 165,1 milhões) e da Rússia (-24,9%, -US\$ 425,1 milhões) decresceram

7.3 Balança comercial dos estados nordestinos

Bahia (+US\$ 1.235,4 milhões), Piauí (+US\$ 676,6 milhões), Maranhão (+US\$ 650,6 milhões), Rio Grande do Norte (+US\$ 451,4 milhões) e Sergipe (+US\$ 87,1 milhões) registraram saldo positivo na balança comercial, no acumulado até setembro de 2025. Os demais apresentaram déficits: Pernambuco (-US\$ 3.590,3 milhões), Paraíba (-US\$ 737,7 milhões), Ceará (-US\$ 378,5 milhões) e Alagoas (+US\$ 193,3 milhões).

Tabela 5 – Nordeste e Estados - Exportação, Importação e Saldo da Balança Comercial - jan-set/2025/2024- US\$ milhões FOB

Estados	Exportação			Importação			Saldo
	Valor	Part. (%)	Var. % jan-set/2025/2024	Valor	Part. (%)	Var. % jan-set/2025/2024	
Maranhão	4.007,5	21,3	-9,5	3.356,9	16,3	11,3	650,6
Piauí	929,2	4,9	-21,9	252,6	1,2	24,8	676,6
Ceará	1.666,0	8,9	40,4	2.044,5	9,9	-12,6	-378,5
R G do Norte	775,8	4,1	1,3	324,5	1,6	-18,5	451,4
Paraíba	121,9	0,6	12,9	859,6	4,2	-10,3	-737,7
Pernambuco	1.869,4	9,9	28,1	5.459,7	26,5	-2,8	-3.590,3
Alagoas	592,6	3,1	-1,1	785,9	3,8	29,5	-193,3
Sergipe	319,2	1,7	7,0	232,0	1,1	-29,8	87,1
Bahia	8.539,0	45,4	-1,6	7.303,7	35,4	-12,3	1.235,4
Nordeste	18.820,6	100,0	0,6	20.619,3	100,0	-5,4	-1.798,6

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 10/02/2026). Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

No Maranhão, as exportações totalizaram US\$ 4.007,5 milhões, no acumulado até setembro de 2025, queda de 9,5% (-US\$ 421,9 milhões), ante o acumulado até setembro 2024. As vendas dos produtos da Agropecuária (47,1% do total), da Indústria Extrativa (2,0% da pauta) e da Indústria de Transformação (50,9%) recuaram 7,4%, 68,6% e 4,4%, respectivamente, com destaque para Soja (-2,0%), Milho (-63,4%), Minério de ferro (-68,9%), Celulose (-24,5%) e Alumínio (-61,1%). Por outro lado, as importações (US\$ 3.356,9 milhões) cresceram 11,3% (+US\$ 341,7 milhões), devido, sobretudo, ao aumento nas aquisições de Bens Intermediários (+18,6%) e de Combustíveis e Lubrificantes (+16,0%) que representaram 35,4% e 62,4% da pauta, respectivamente.

O Estado do Piauí registrou exportações no valor de US\$ 929,2 milhões, queda de 21,9% (-US\$ 260,3 milhões), nesse período comparativo. Todos os setores econômicos registraram desempenho negativo: Agropecuária (-20,4%), Indústria Extrativa (-36,6%) e Indústria de Transformação (-33,9%) que responderam por 91,3%, 2,0% e 6,7%, respectivamente da pauta de exportação do Estado. Esse desempenho foi devido, principalmente, a redução nas vendas de Soja (-21,5%), Mel natural (-12,6%), Minério de ferro e seus concentrados (-37,3%) e Farelos de soja e outros alimentos para animais (-65,3%). As importações aumentaram 24,8% (+US\$ 50,2 milhões), alcançando US\$ 252,6 milhões, devido, principalmente, a alta nas aquisições de Bens de Capital (+107,6%), Bens Intermediários (+8,5%) e Bens de Consumo (+67,7%) que representaram 25,8%, 72,5% e 1,4% do total.

No Estado do Ceará, as exportações atingiram o valor de US\$ 1.666,0 milhões, incremento de 40,4% (+US\$ 479,2 milhões), devido, principalmente, ao acréscimo de 36,7% nas vendas dos produtos da Indústria de Transformação (86,9% da pauta) com o aumento de 64,4% dos Produtos ferro ou aço. Vale ressaltar, também, o aumento das exportações da Agropecuária (8,3% da pauta) e da Indústria Extrativa (4,5%) de 59,0% e 106,8% com o acréscimo nas exportações de Frutas e nozes não oleaginosas, frescas ou secas (+56,4%), Mel natural (+102,5%) e Outros minerais em bruto (+117,3%), dentre outros. As importações somaram US\$ 2.044,5 milhões, queda de 12,6% (-US\$ 294,9 milhões), com a redução nas aquisições de Bens de Capital (-25,9%), Bens Intermediários (-8,0%) e de Combustíveis e Lubrificantes (-20,9%) que participaram com 8,6%, 65,5% e 22,4% do total.

No Rio Grande do Norte, as exportações alcançaram US\$ 775,8 milhões, aumento 1,3% (+US\$ 10,1 milhões), devido ao aumento de 40,6% das vendas dos produtos da Agropecuária (21,2% da pauta) impulsionadas por Frutas e nozes não oleaginosas, frescas ou secas (+40,9%). Por outro lado, houve retração de 6,5% das vendas dos produtos da Indústria de Transformação (75,5% da pauta) e de 5,5% dos da Indústria Extrativa (3,0%) com destaque para Óleos combustíveis de petróleo (-14,5%) e para Outros minerais em bruto (-11,4%). As importações (US\$ 324,5 milhões) decresceram 18,5% (-US\$ 73,5 milhões), devido à redução de 25,9% nas compras de Bens Intermediários (51,5% do total) e de 35,7% nas de Combustíveis e Lubrificantes (19,9%).

As exportações da Paraíba somaram US\$ 121,9 milhões, aumento de 12,9% (+US\$ 13,9 milhões), no período em análise. Nesse período, todos os setores registraram desempenho positivo: Agropecuária (+39,2%), Indústria Extrativa (+42,8%) e Indústria de Transformação (+9,0%) contribuindo com 4,2%, 10,2% e 85,4%, respectivamente, para a pauta de exportação paraibana. Os destaques foram as vendas de Frutas e nozes não oleaginosas, frescas ou secas (+4,0%), Outros minerais em bruto (+23,9%), Calçados (+7,5%) e Sucos de frutas (+145,8%). As importações (US\$ 859,6 milhões) decresceram 10,3% (-US\$ 98,7 milhões), motivada pela queda de 36,0% nas aquisições de Bens Intermediários (51,1% da pauta) apesar do aumento de 77,4% das compras de Combustíveis e Lubrificantes (39,3%).

Em Pernambuco, as exportações totalizaram US\$ 1.869,4 milhões, no período de janeiro a setembro de 2025, valor 28,1% (+US\$ 410,6 milhões) superior ao registrado em mesmo período de 2024. Os produtos da Indústria de Transformação (89,7%) registraram acréscimo de 30,5% com as exportações Veículos automotores de passageiros (+79,4%), Veículos automotores para transporte de mercadorias e usos especiais (+80,1%), Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) (+20,8%) e Produtos residuais de petróleo e materiais relacionados (+80,2%), dentre outros. As importações totais, US\$ 5.459,7 milhões, recuaram 2,8% (-US\$ 156,9 milhões), com a redução de Bens de Consumo (-27,2%) e Combustíveis e Lubrificantes (-0,8%), enquanto as aquisições de Bens Intermediários (+4,9%) e Bens de Capital (+5,8%) cresceram.

Em Alagoas, as exportações alcançaram US\$ 592,6 milhões, registrando ligeira queda de 1,1% (-US\$ 6,4 milhões). As vendas dos produtos da Agropecuária (1,2% da pauta) e da Indústria de Transformação (73,8%) decresceram 16,0% e 1,3%, com destaque para Tabaco em bruto (-23,3%), Materiais de construção de argila e materiais de construção refratários (-39,2%) e Açúcares e melaços (-1,8%). Já as importações (US\$ 785,9 milhões) cresceram de 29,5% (+US\$ 179,1 milhões), com o aumento nas aquisições de Bens de Capital (+35,7%), Bens Consumo (+21,8%), de Bens Intermediários (+28,7%) e de Combustíveis e Lubrificantes (+12055%).

Sergipe exportou US\$ 319,2 milhões, registrando crescimento de 7,0% (+US\$ 20,9 milhões). Esse resultado decorreu, principalmente, do aumento nas vendas de Óleos brutos de petróleo (+10,8%) da Indústria Extrativa (60,5% da pauta). As importações (US\$ 232,0 milhões) regrediram 29,8% (-US\$ 98,3 milhões), devido principalmente à queda nas aquisições de Bens Intermediários (-12,0%) e de Combustíveis e Lubrificantes (-64,2%) que contribuíram com 60,3% e 26,2% do total das compras externas.

Na Bahia, as exportações alcançaram US\$ 8.539,0 milhões, queda de 1,6% (-US\$ 138,2 milhões), devido, principalmente, à redução de 2,5% nas vendas da Indústria de Transformação (61,2% da pauta) e de 2,7% da Indústria Extrativa (5,8%), com destaque para Óleos combustíveis de petróleo (-10,8%), Celulose (-11,3%), Minérios de cobre e seus concentrados (-10,7%) e Minérios de níquel e seus concentrados (-4,1%). As importações (US\$ 7.303,7 milhões) recuaram 12,3% (-US\$ 1.024,0 milhões), devido à redução nas compras de Combustíveis e lubrificantes (-40,5%) que representaram 30,4% do total.

Os principais produtos exportados e importados, bem como os principais países de destino e de origem das exportações e importações por estado da Região, nos nove primeiros meses de 2025, estão discriminados nas tabelas a seguir.

Tabela 6 – Nordeste e Estados - Principais produtos exportados e importados- - Em %– jan-set/2025

Estados/ Nordeste/ Brasil	Principais Produtos Exportados	Principais Produtos Importados
Maranhão	Soja (44,0%), Alumina (óxido de alumínio), exceto corindo artificial (26,8%), Celulose (13,5%)	Óleos combustíveis de petróleo, exceto óleos brutos (61,2%), Adubos ou fertilizantes químicos, exc fertilizantes brutos (26,4%), Elementos químicos inorgânicos, óxidos e sais de halogêneos (3,5%)
Piauí	Soja (84,0%), Algodão em bruto (3,0%), Outras gorduras e óleos animais ou vegetais, processados, ceras, misturas ou preparações não alimentícias (2,9%)	Válvulas e tubos termiônicas, de cátodo frio ou foto-cátodo, diodos, transistores (24,8%), Produtos laminados planos de ferro ou aço não ligado, não folheados (17,1%), Máquinas de energia elétrica e suas partes (10,8%)
Ceará	Produtos semi-acabados, lingotes e outras formas primárias de ferro ou aço (51,7%), Calçados (8,5%), Frutas e nozes não oleaginosas, frescas ou secas (7,4%)	Carvão, mesmo em pó, mas não aglomerado (13,2%), Trigo e centeio, não moídos (8,8%), Compostos organo-inorgânicos, compostos heterocíclicos, ácidos nucleicos e seus sais, e sulfonamidas (8,7%)
Rio Grande do Norte	Óleos combustíveis de petróleo, exceto óleos brutos (58,4%), Frutas e nozes não oleaginosas, frescas ou secas (19,5%), Ouro, não monetário (excluindo minérios de ouro e seus concentrados) (5,1%)	Óleos combustíveis de petróleo (exceto óleos brutos) (18,3%), , Trigo e centeio, não moídos (12,8%), Válvulas e tubos termiônicas, de cátodo frio ou foto-cátodo, diodos, transistores (7,3%)
Paraíba	Calçados (30,0%), Açúcares e melaços (29,7), Sucos de frutas ou de vegetais (19,6%)	Óleos brutos de petróleo (35,5%), Produtos residuais de petróleo e materiais relacionados (16,1%), Preparações e cereais, de farinhas, ou amido de frutas ou vegetais (4,7%)
Pernambuco	Veículos automóveis de passageiros (29,5%), Açúcares e melaços (14,6%), Veículos automóveis para transporte de mercadorias e usos especiais (14,4%)	Óleos combustíveis de petróleo, exceto óleos brutos (19,4%), Partes e acessórios dos veículos automotivos (10,6%), Propano e butano liquefeito (8,0%)

Estados/ Nordeste/ Brasil	Principais Produtos Exportados	Principais Produtos Importados
Alagoas	Açúcares e melaços (71,7%), Minérios de cobre e seus concentrados (24,7%), Tabaco em bruto (1,0%)	Adubos ou fertilizantes químicos (exceto fertilizantes brutos) (4,6%), Equipamentos de telecomunicações, incluindo peças e acessórios (4,6%), Malas, pastas, estojos e sacos de viagem; bolsas e artefatos semelhantes (4,0%)
Sergipe	Óleos brutos de petróleo (60,5%), Sucos de frutas ou de vegetais (30,8%), Óleos essenciais, matérias de perfume e sabor (2,1%)	Gás natural, liquefeito ou não (26,2%), Adubos ou fertilizantes químicos, exceto fertilizantes brutos (18,1%), Trigo e centeio, não moídos (7,5%)
Bahia	Soja (19,7%), Óleos combustíveis de petróleo, exceto óleos brutos (18,2%), Celulose (11,6%)	Óleos brutos de petróleo (18,5%), Óleos combustíveis de petróleo, exceto óleos brutos (16,5%), Adubos ou fertilizantes químicos (exceto fertilizantes brutos) (10,3%)
NORDESTE	Soja (22,4%), Óleos combustíveis de petróleo, exceto óleos brutos (11,8%), Celulose (8,2%)	Óleos combustíveis de petróleo, exceto óleos brutos (22,3%), Adubos ou fertilizantes químicos, exceto fertilizantes brutos (8,8%), Óleos brutos de petróleo (8,0%)
BRASIL	Soja (14,5%), Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (13,0%), Minério de ferro e seus concentrados (8,0%)	Adubos ou fertilizantes químicos (5,5%), Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (5,3%), Motores e máquinas não elétricos, e suas partes (3,9%)

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 10/02/2026). Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

Tabela 7 – Nordeste e Estados - Principais países de destino das exportações e de origem das importações – Em %– jan-set/2025

Estados/ Nordeste/ Brasil	Principais Países de Destinos das Exportações	Principais Países de Origens das Importações
Maranhão	China (36,1%), Canadá (23,8%), Estados Unidos (12,7%)	Estados Unidos (45,9%), Rússia (17,9%), Índia (6,7%)
Piauí	China (69,6%), Espanha (5,2%),Tailândia (4,4%)	China (71,0%), Egito (9,9%), Estados Unidos (3,1%)
Ceará	Estados Unidos (50,3%), México (5,8%), França (4,0%)	China (33,8%), Estados Unidos (15,2%), Argentina (5,8%)
Rio Grande do Norte	Panamá (49,5%), Países Baixos (Holanda) (12,1%), Estados Unidos (9,8%)	China (30,9%), Estados Unidos (13,1%), Argentina (12,7%)
Paraíba	Estados Unidos (18,3%), Países Baixos (Holanda) (9,2%), Espanha (8,8%)	Estados Unidos (38,5%), China (14,4%) Países Baixos (Holanda)(10,8%)
Pernambuco	Argentina (40,3%), Singapura (7,9%), México (5,5%)	Estados Unidos (20,8%), China (16,9%), Argentina (11,5%)
Alagoas	Canadá (17,1%), China (13,9%), Argélia (11,3%)	China (57,8%), Estados Unidos (6,9%), Rússia (4,0%)
Sergipe	Estados Unidos (28,8%), Países Baixos (Holanda) (28,6%), Espanha (10,9%)	Estados Unidos (23,3%), China (20,0%), Camarões (12,8%)
Bahia	China (26,1%), Canadá (9,2%), Singapura (9,2%)	Estados Unidos (29,1%), China (15,3%), Costa do Marfim (7,4%)
Nordeste	China (24,2%), Estados Unidos (12,6%), Canadá (10,2%)	Estados Unidos (27,2%), China (18,6%), Rússia (6,2%)
Brasil	China (29,3%), Estados Unidos (11,4%), Argentina (5,5%)	China (25,2%), Estados Unidos (16,2%), Alemanha (5,1%)

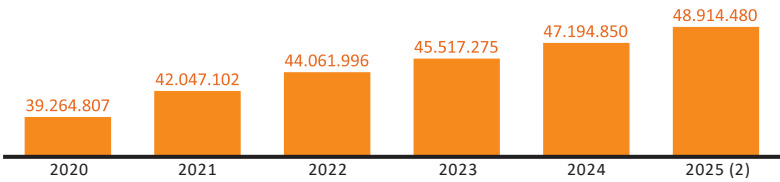
Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 10/02/2026). Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

8 Mercado de trabalho formal

De acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), os principais indicadores do mercado de trabalho formal vêm paulatinamente mostrando recuperação e estabilidade no País e em todas as cinco regiões brasileiras no período a partir de 2021, como também no decorrer de todo os primeiros nove meses do ano de 2025.

O Gráfico 8.1 traz um conjunto de dados referente ao estoque de emprego formal, revelando um padrão de crescimento mais vigoroso do mercado de trabalho a partir do ano de 2021. No atual cenário, até setembro de 2025, até então, está sendo marcado com a expansão expressiva do mercado de trabalho.

Gráfico 8.1 – Brasil: Evolução do Estoque de emprego1 - 2020 a 2025(2)



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged (2025). Nota (1): A variável estoque de emprego pode sofrer ajustes conforme atualização de dados pelo Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE); (2) Dados disponíveis até setembro de 2025.

Quanto à movimentação do emprego no País, as contratações superaram as demissões, gerando saldo de emprego em +1.729.630 novos postos de trabalho, no acumulado até setembro de 2025. Este resultado foi obtido da movimentação de 20.802.717 admissões e dos 19.073.087 desligamentos, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Assim, o nível de emprego celetista no Brasil contabilizou 48,9 milhões de vínculos celetistas ativos, no fim de setembro de 2025. Desta forma, o nível de emprego obteve expansão de +3,64%.

Regionalmente, nota-se que a expansão do número de novos postos de trabalho formal vem ocorrendo de forma generalizada, abrangendo todas as regiões do País. No acumulado de 2025, o Sudeste (+768.975) e Nordeste (+336.767) foram as regiões com maior saldo de empregos. Neste período, o Nordeste configura a segunda região que mais emprega. Vale enfatizar que o Nordeste se estabelece como a segunda região brasileira que mais gerou empregos no ano de 2024.

Tabela 8.1 - Brasil e Regiões: Evolução do saldo de emprego – 2020 a 2025⁽¹⁾

Brasil e Regiões	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Norte	52.410	165.504	118.573	106.749	113.050	110.107
Nordeste	-13.405	505.258	379.590	293.465	327.232	336.767
Sudeste	-276.878	1.326.862	978.159	737.380	770.561	768.975
Sul	24.989	491.224	309.136	196.026	297.456	295.250
Centro-Oeste	17.828	281.776	230.897	152.450	136.047	208.209
Não identificado	5.663	11.671	-1.461	-791	33.229	322
Brasil	-189.393	2.782.295	2.014.894	1.485.279	1.677.575	1.719.630

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged (2025). (1) Nota: Dados disponíveis até setembro de 2025.

Desta forma, Sudeste e Nordeste foram responsáveis por 44,5% e 19,5% do saldo de empregos gerados no País no acumulado até setembro de 2025, nesta ordem. A Região Sul obteve participação de 17,1% do total do saldo de empregos gerados no País, seguido pelo Centro-Oeste (12,6%) e Norte (6,4%).

Tabela 8.2 – Brasil: Movimentação do emprego, por Grande Região e Estados – Acumulado de 2025

Brasil / Regiões / Unidades Federativas	Admitidos (a)	Desligados (b)	Saldo de empregos		Estoque de Empregos		
			Total (a-b)	Participação no Brasil (%)	Total	Variação Relativa (%) ⁽¹⁾	Participação no Brasil (%)
Norte	1.019.750	909.643	110.107	6,4%	2.490.332	4,63	5,1%
Rondônia	137.025	125.021	12.004	0,7%	306.716	4,07	0,6%
Acre	45.044	39.280	5.764	0,3%	116.273	5,22	0,2%
Amazonas	241.877	219.461	22.416	1,3%	573.043	4,07	1,2%
Roraima	39.032	35.813	3.219	0,2%	85.839	3,90	0,2%
Pará	402.655	355.730	46.925	2,7%	1.034.606	4,75	2,1%
Amapá	41.831	34.187	7.644	0,4%	103.105	8,01	0,2%
Tocantins	112.286	100.151	12.135	0,7%	270.750	4,69	0,6%
Nordeste	2.921.386	2.584.619	336.767	19,5%	8.280.433	4,24	16,9%
Maranhão	226.106	195.427	30.679	1,8%	689.455	4,66	1,4%
Piauí	131.290	109.632	21.658	1,3%	383.320	5,99	0,8%
Ceará	520.487	469.770	50.717	2,9%	1.459.557	3,60	3,0%
Rio Grande do Norte	201.467	183.070	18.397	1,1%	554.474	3,43	1,1%
Paraíba	208.699	182.077	26.622	1,5%	541.494	5,17	1,1%
Pernambuco	537.485	475.621	61.864	3,6%	1.578.599	4,08	3,2%
Alagoas	164.332	152.525	11.807	0,7%	478.056	2,53	1,0%
Sergipe	121.798	107.055	14.743	0,9%	357.429	4,30	0,7%
Bahia	809.722	709.442	100.280	5,8%	2.238.049	4,69	4,6%
Sudeste	10.548.759	9.779.784	768.975	44,5%	24.785.945	3,20	50,7%
Minas Gerais	2.233.803	2.068.971	164.832	9,5%	5.074.931	3,36	10,4%
Espírito Santo	455.086	432.098	22.988	1,3%	932.368	2,53	1,9%
Rio de Janeiro	1.324.965	1.228.426	96.539	5,6%	3.977.876	2,49	8,1%
São Paulo	6.534.905	6.050.289	484.616	28,0%	14.800.770	3,39	30,3%
Sul	4.247.156	3.951.906	295.250	17,1%	8.916.684	3,42	18,2%
Paraná	1.607.854	1.486.152	121.702	7,0%	3.340.309	3,78	6,8%
Santa Catarina	1.359.108	1.263.904	95.204	5,5%	2.663.972	3,71	5,4%
Rio Grande do Sul	1.280.194	1.201.850	78.344	4,5%	2.912.403	2,76	6,0%
Centro-Oeste	2.062.997	1.844.788	218.209	12,6%	4.407.253	4,96	9,0%
Mato Grosso do Sul	333.089	301.995	31.094	1,8%	701.289	4,64	1,4%
Mato Grosso	538.006	479.655	58.351	3,4%	1.002.342	6,18	2,0%
Goiás	809.760	729.943	79.817	4,6%	1.654.208	5,07	3,4%
Distrito Federal	382.142	333.195	48.947	2,8%	1.049.414	3,85	2,1%
Não identificado	2.669	2.347	322	0,0%	33.833	0,96	0,1%
Brasil	20.802.717	19.073.087	1.729.630	100,0%	48.914.480	3,64	100,0%

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged (2025). Nota 1: variação em relação mês de dezembro de 2024.

Quanto ao estoque de emprego, todas as regiões apresentaram crescimento no decorrer do ano. Neste período, o Nordeste computou 8.280.433 vínculos ativos, configurando como a terceira região com maior estoque de empregos formais, com participação de 16,9% do estoque de emprego do País, ficando atrás apenas do Sudeste (24.785.945 vínculos ativos), com 50,7% do estoque de empregos nacional e do Sul (8.916.684 vínculos ativos, com 18,2%).

No País, todos os cinco grupos dos setores econômicos apresentaram saldo de emprego positivo para os primeiros nove meses de 2025. Neste período, Serviços (+879.464) obteve maior fechamento líquido de postos de trabalho, com destaque em Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (+326.936), Educação (+128.854) e Saúde humana e Serviços sociais (+125.920), vide Tabela 8.3.

Tabela 8.3 – Brasil e Regiões: Saldo de empregos, por setor econômico – Acumulado de 2025⁽¹⁾

Setores Econômicos	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Agropecuária	686	16.580	62.446	4.507	27.401	111.648
Indústria geral	19.767	49.013	134.373	84.495	28.511	316.157
Construção	13.268	56.143	88.197	27.687	32.268	217.846
Comércio	22.379	39.598	82.107	30.662	19.778	194.528
Serviços	54.004	175.446	401.864	147.886	100.254	879.464
Não identificado	3	-13	-12	13	-3	-13
Total	110.107	336.767	768.975	295.250	208.209	1.719.630

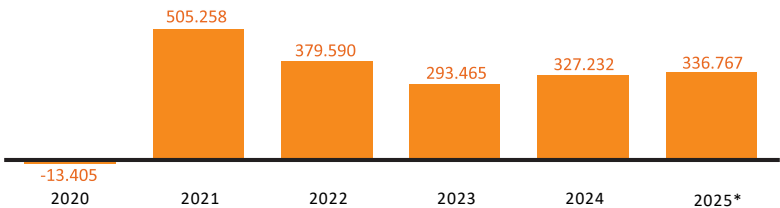
Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged (2025). Nota (1): Dados acumulados de janeiro a setembro de 2025.

Para o ano de 2025, numa perspectiva de cenário otimista, tanto a nível nacional quanto regional, a estimativa do estoque de emprego seguirá tendência de crescimento, em razão, principalmente, da recuperação econômica dos setores de Serviços e Comércio, além de deterem maior parcela do estoque de empregos, e, como também, do crescimento acelerado do setor da Construção, que vem apresentando crescimento médio de 8,0% a.a., nos últimos 4 anos.

8.1 Mercado de trabalho formal no Nordeste

No acumulado de janeiro a setembro de 2025, o resultado líquido de empregos formais no Nordeste foi de +316.157 novos postos de trabalho. De acordo com o Gráfico 8.2, o fechamento líquido dos anos 2021 a 2024 deriva, principalmente da recuperação econômica pós-Covid-19, com efeito significativo na geração de renda e empregos direto e indireto na Região.

Gráfico 8.2 - Nordeste: Evolução do saldo de emprego – 2020 a 2025 ⁽¹⁾

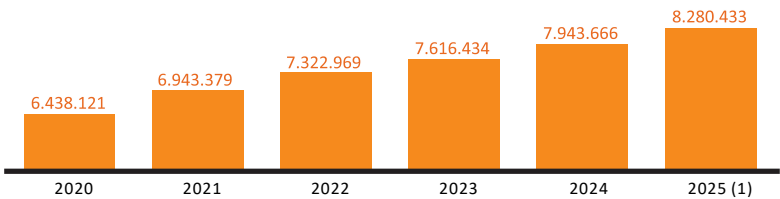


Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged (2025). Nota (1): Dados disponíveis até setembro de 2025.

No Gráficos 8.3, tem-se a trajetória do estoque de empregos dos anos de 2020 a 2025. Neste período, verificou-se crescimento sustentável no nível do estoque do emprego com carteira assinada na Região Nordeste a partir do ano de 2021. Desde então, vem consolidando tendência de recuperação com registros de saldos de empregos positivos até o cenário atual.

Desta forma, o estoque de emprego no Nordeste alcançou 8.280.433 vínculos ativos, o que representa 16,9% do estoque nacional de empregos. O estoque apresentou variação de +4,24% em relação ao estoque do mês de dezembro de 2024. As informações são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (2024).

Gráfico 8.3 – Nordeste: Evolução do Estoque de Emprego - 2020 a 2024 ⁽¹⁾



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged (2025). Nota (1): Dados disponíveis até setembro de 2025.

De acordo com dados da Tabela 8.3, verifica-se que o resultado do emprego na Região Nordeste foi impactado positivamente, de forma significativa, pela combinação do retorno de investimentos nos setores de Serviços e Construção, que lideraram na geração de empregos no Nordeste, para os dados do acumulado de janeiro a setembro de 2025.

Neste período, Serviços foi o setor que mais gerou postos de emprego no Nordeste, formação de +175.446 vagas de trabalho. Entre os segmentos, Atividades Administrativas (+70.697), Saúde humana e Serviços Sociais (+28.354) e Educação (+24.918) se sobressaíram na ampliação do quadro de funcionários. Entre as Regiões, Serviços se destacou no Sudeste (+401.864), Nordeste (+175.446) e Sul (+147.886), vide Tabela 8.3.

Construção registrou +56.143 novas contratações no Nordeste, no acumulado de 2025. Na Região, a subatividade Construção de Edifícios (+34.695) obteve significativo resultado na geração de novos empregos formais, seguido por Obras de Infraestrutura (+12.285) e Serviços Especializados em Construção (+9.163). O setor da Construção apresentou saldo de empregos positivo em todas as Regiões do País, com ênfase no Sudeste (+88.197), seguido pelas Regiões Nordeste (+56.143) e Centro-Oeste (+32.268), de acordo com dados da Tabela 8.5.

A Indústria na Região Nordeste ampliou 49.013 postos de trabalho no acumulado de 2025. Neste período, todas as quatro subatividades registraram saldo de emprego positivo na Região, com destaque para Indústrias de transformação (+39.944) e Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (+6.716). No País, o Sudeste (+134.373) foi a Região que mais gerou empregos no setor da Indústria Geral, seguida pelo Sul (+84.495) e Nordeste (+49.013), conforme dados da Tabela 8.3.

Comércio ampliou quadro de pessoal em +39.598 postos no Nordeste, no acumulado de 2025. Entre as três subatividades, Comércio varejista (+21.123) obteve maior ampliação do nível do estoque de emprego, seguido por Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (+9.337) e Comércio por Atacado (+9.138). Regionalmente, o Comércio gerou empregos com maior proporção no Sudeste (+82.107), Nordeste (+39.598) e Sul (+30.662).

Na Agropecuária (+16.580) no Nordeste, o saldo de emprego foi negativo em dois dos três agrupamentos. A ampliação do quadro de empregos foi dada na Agricultura e Pecuária (+16.618) e Pesca e Aquicultura (+64). Apenas Produção Florestal (-102) contabilizou saldo negativo. A geração de emprego foi mais intensa na criação de aves (+1620) e nos cultivos de uva (+3.561), manga (+2.961), melão (+1.907) e soja (+943). Entre as Regiões, Sudeste (+62.446) foi a que mais gerou postos de trabalho no setor, seguido pelo Centro-Oeste (+27.401) e Nordeste (+16.580).

8.2 Mercado de trabalho formal nas Unidades Federativas do Nordeste

O mercado de trabalho formal no Nordeste assegurou tendência de crescimento no acumulado de 2025. Esse crescimento do mercado de trabalho se refletiu na maioria de seus estados, com efeito significativo sobre a recuperação econômica da Região.

De acordo com o Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), oito estados do Nordeste apresentaram saldo de empregos positivo no acumulado de 2025, conforme dados da Tabela 8.4. Entre estes, Bahia despontou com maior saldo de empregos na Região, com geração de +100.280, seguido por Pernambuco (+61.864), Ceará (+50.717), Maranhão (+30.679) e Piauí (+21.658).

Tabela 8.4 – Nordeste e Estados: Saldo e Estoque do Emprego Formal – Acumulado de 2025 ⁽¹⁾

Estados	Acumulado de janeiro a setembro de 2025			Estoque do emprego formal - 2025		
	Admitidos	Desligados	Saldo de Emprego Formal	Estoque	Participação (%)	Variação (%) ⁽²⁾
Maranhão	226.106	195.427	30.679	689.455	8,3%	4,66
Piauí	131.290	109.632	21.658	383.320	4,6%	5,99
Ceará	520.487	469.770	50.717	1.459.557	17,6%	3,60
Rio Grande do Norte	201.467	183.070	18.397	554.474	6,7%	3,43
Paraíba	208.699	182.077	26.622	541.494	6,5%	5,17
Pernambuco	537.485	475.621	61.864	1.578.599	19,1%	4,08
Alagoas	164.332	152.525	11.807	478.056	5,8%	2,53
Sergipe	121.798	107.055	14.743	357.429	4,3%	4,30
Bahia	809.722	709.442	100.280	2.238.049	27,0%	4,69
Nordeste	2.921.386	2.584.619	336.767	8.280.433	100,0%	4,29

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged (2025). Nota: (1) Dados acumulados de janeiro a setembro de 2025; (2) Variação percentual do estoque de emprego em relação ao mês de dezembro de 2024.

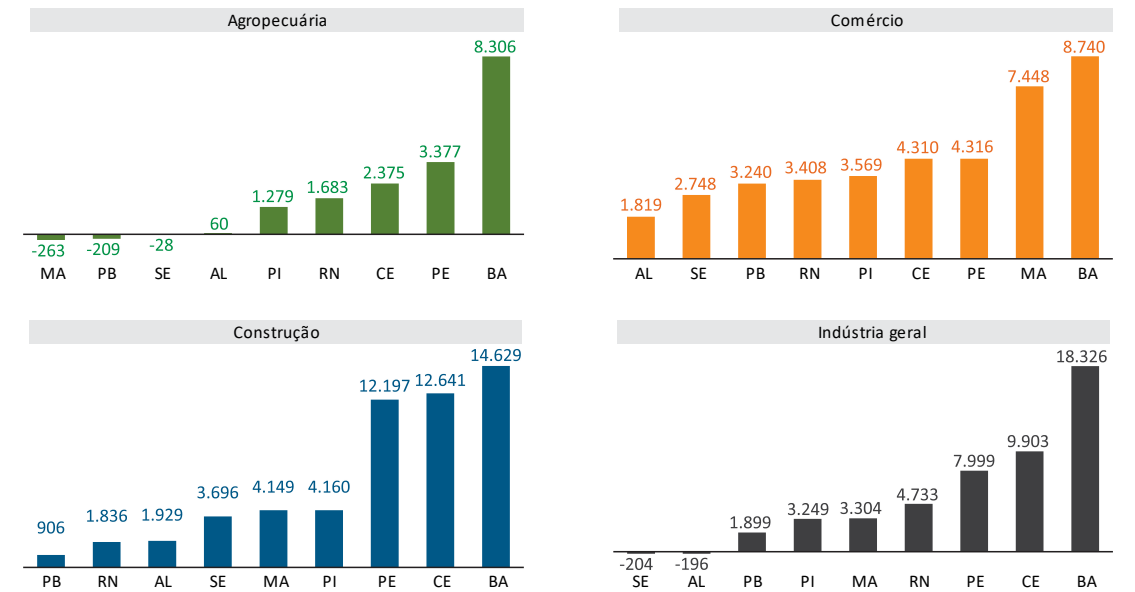
Bahia registrou o sexto maior saldo de empregos do País, com formação de 100.280 novos postos de trabalho, no acumulado de 2025. Neste período, todos os cinco agrupamentos da atividade econômica apresentaram saldo de empregos positivo, contribuindo para o maior saldo de empregos da Região. A geração de emprego foi fomentada principalmente por Serviços (+50.283) e Indústria (+18.326).

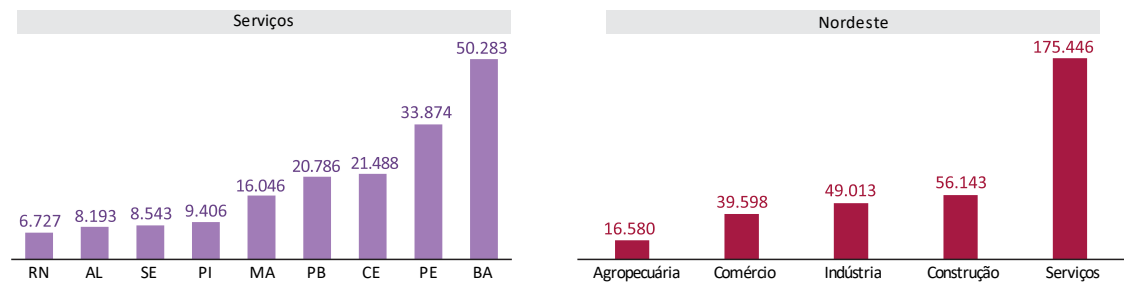
Por atividade econômica, vale enfatizar que Serviços (+75.446) e Construção (+56.143) foram os setores que mais ampliaram o número de postos de trabalho na Região, no acumulado de 2025.

Em Serviços, destacam-se os estados da Bahia (+50.283), Pernambuco (33.974), Ceará (+21.488) e Paraíba (+20.786), conforme dados do Gráfico 8.4.

Nesse período, a Construção se sobressai na geração de empregos nos estados da Bahia (+14.629) e Ceará (+12.641), impulsionados pela Construção de Edifícios, com formação de 8.992 e 7.489 novos empregos formais, respectivamente.

Gráfico 8.4 – Nordeste: Saldo de emprego, por setor econômico – Acumulado de 2025 ⁽¹⁾



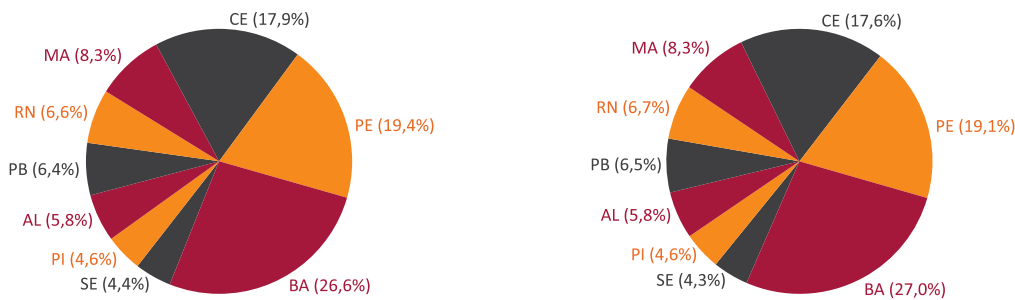


Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged (2025). Nota: (1) Dados acumulados de janeiro a setembro de 2025.

Em relação ao crescimento do estoque de empregos, nos estados da Região, Piauí obteve aumento de +5,99% frente ao estoque de empregos do mês anterior, crescimento superior ao registrado no País (+3,64%) e no Nordeste (+4,24%). Paraíba (+5,17%) e Bahia (+4,69%) também apresentaram crescimento do estoque de empregos superior à média regional.

Assim, para o acumulado de janeiro a setembro de 2025, a distribuição do estoque de empregos entre os estados da Região ficou da seguinte forma: Bahia atingiu 2.238.049 empregos formais de provimento, aproximadamente 27,0% do total regional; por sequência, Pernambuco (1.578.599, com 19,1%), Ceará (1.459.557, participa com 17,6%) e Maranhão (689.455, com 8,3%). Os quatro estados detêm cerca de 72,0% do emprego formal da Região Nordeste, de acordo com dados do Gráfico 8.5.

Gráfico 8.5 – Estados do Nordeste: Estoque de Emprego Formal - 2020 e 2025 (1)



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged (2025). Nota: (1) Estoque de emprego atualizado até setembro de 2025.

9 Finanças Públicas

O texto de Finanças Públicas trata das Transferências Constitucionais, Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Agências Oficiais de fomento e Grau de Endividamento dos Estados e Capitais. Deveria tratar, também, da Arrecadação do Imposto de Circulação de Bens e Serviços (ICMS). No entanto, os dados de 2024 e 2025, ainda não foram divulgados pelo Confaz.

A primeira parte do trabalho analisa a evolução dos Fundos Constitucionais para o Nordeste (FPE e FPM), comparando o primeiro semestre de 2025, com o mesmo período do ano anterior. Indiretamente, ao discutir as transferências dos fundos constitucionais (FPE e FPM), trata-se, também, da Arrecadação Federal, mais especificamente do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industriais (IPI), que são a base das Transferências Constitucionais, ou seja, quando se analisa a variação ocorrida nestas, se está avaliando, também, o que ocorreu na base do cálculo.

Após a análise da evolução das transferências constitucionais, o capítulo trata do índice de endividamento (GRE) dos estados e capitais da Federação, com ênfase na Região Nordeste, no primeiro quadrimestre de 2025. Olha-se a distribuição da Dívida Consolida Líquida (DCL) e da Receita Corrente Líquida (RCL) entre as cinco regiões da federação, com ênfase no Nordeste. Em seguida, acompanha-se, principalmente, as aplicações da Agências de fomento Oficiais (AFO), mais precisamente o Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, na região.

9.1 Transferências Constitucionais

As Transferências Constitucionais (FPE + FPM) para os Estados do Nordeste, até setembro de 2025, somaram aproximadamente R\$ 113,4 bilhões (Tabela 9.1), um crescimento real de +5,3% (FPE, +4,0% e FPM, +6,9%), comparado com o mesmo período de 2024. O crescimento no Brasil foi de +5,3%.

O valor do FPE para o Nordeste foi de R\$ 62,5 bilhões, que representa 51,7% do total distribuído. Todos os Estados nordestinos tiveram variações reais. Os maiores crescimentos, na Região se encontram no Rio Grande do Norte (+6,8% - R\$ 317 milhões), Sergipe (+6,6% - R\$ 310 milhões), Pernambuco (+5,0% - R\$ 290 milhões), Ceará (+3,9% - R\$ 320 milhões) e Bahia (+3,6% - R\$ 387 milhões). A menor variação é da Paraíba (+2,9% - R\$ 157 milhões) e Piauí (+2,9% - R\$ 146 milhões).

Tabela 9.1 – FPE + FPM - Brasil, Regiões e Estados do Nordeste – até setembro de 2024 e 2025 – R\$ Milhões ⁽¹⁾

Estado/Região	FPE		FPM		FPM CAPITAIS	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025
Alagoas	4.800	5.210	2.848	3.258	502	620
Bahia	10.218	11.137	11.703	13.126	1.004	1.116
Ceará	7.874	8.603	6.350	7.119	1.116	1.240
Maranhão	7.821	8.493	5.353	5.997	697	775
Paraíba	5.209	5.637	4.191	4.701	558	620
Pernambuco	7.627	8.353	6.269	7.112	703	781
Piauí	4.737	5.130	3.390	3.814	697	775
Rio Grande do Norte	4.433	4.981	3.164	3.549	402	446
Sergipe	4.438	4.978	1.962	2.199	446	496
Nordeste	57.157	62.522	45.230	50.875	6.125	6.870
Espírito Santo	1.763	2.038	2.250	2.549	201	248
Minas Gerais	5.226	5.388	16.614	18.824	558	744
Brasil	110.862	120.993	127.639	143.610	12.764	14.361

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN (2025). Elaboração: BNB/Etene. Nota: (1) Valores transferidos de janeiro a setembro de cada ano.

As duas maiores variações, Rio Grande do Norte e Sergipe, tem sua explicação na mudança dos coeficientes de distribuição. O coeficiente do Rio grande do Norte cresceu 11,8% e o de Sergipe, 10,7%.

Esses coeficientes são definidos conforme a Lei Complementar 62/1989, alterada pela LC 143/2013, e seguem critérios constitucionais para promover equilíbrio socioeconômico entre os estados. A cada exercício, o TCU recalcula os coeficientes com base em dois fatores principais: População do estado (dados do IBGE, referência 31/07/2022) e Renda domiciliar per capita (dados do IBGE, referência 2023). Esses fatores entram em uma fórmula que: Aplica pesos para população e renda per capita. Usa o inverso da renda per capita (quanto menor a renda, maior o peso). Impõe limites (travas) para evitar distorções: coeficiente mínimo (0,012) e máximo (0,07) por estado. Assim, estados com crescimento populacional ou redução relativa da renda per capita ganham participação maior no FPE. Já estados com renda mais alta ou crescimento populacional menor tendem a perder participação. O Rio Grande do Norte: apresentou queda relativa na renda domiciliar per capita frente à média nacional e manteve população estável ou com leve crescimento. Isso aumentou seu fator de vulnerabilidade no cálculo. Sergipe apresentou situação semelhante, com renda per capita relativamente baixa e sem redução populacional significativa, elevando seu peso no rateio.

O valor do FPM para a Região foi de R\$ 50,9 bilhões, que representa 35,4% do total distribuído. Todos os Estados também tiveram ganhos reais. A maioria dos estados tiveram crescimento real de entre +6,5% e +6,9%, à exceção de Alagoas (+8,7% - R\$ 262 milhões), Pernambuco (+7,8% - R\$ 517 milhões) e Piauí (+6,9% - R\$ 247 milhões). As razões para essa diferenciação na distribuição para os três estados citados acima, são: Alagoas, beneficiou-se da inclusão do adicional de 1% do FPM em setembro, aprovado pela PEC 391/2017, que entrou em vigor de forma plena em 2025. Esse adicional reforçou os repasses para todos os municípios, mas tem impacto maior em estados com predominância de municípios pequenos, como Alagoas. Apesar do crescimento populacional baixo (0,02%), a legislação que escalona perdas evitou quedas bruscas, mantendo coeficientes estáveis para municípios que poderiam perder faixa.

Pernambuco, Teve crescimento populacional significativo (5,3%) desde o Censo 2022, segundo estimativas do IBGE. Isso elevou os coeficientes de vários municípios, especialmente os maiores (Recife, Jaboatão, Caruaru, Petrolina). A Lei Complementar nº 198/2022 congelou coeficientes para municípios que perderiam recursos, garantindo transição suave e evitando reduções.

O Piauí, assim como Alagoas, Piauí tem alta proporção de municípios pequenos, que se beneficiam do adicional de 1% do FPM e da regra de escalonamento de perdas. Além disso, a PEC 391/2017 foi relatada por deputado piauiense, reforçando a articulação para garantir maior participação do estado no fundo.

As capitais da Região receberam R\$ 6,9 bilhões até setembro de 2025, que representa 47,8% do total transferido para as capitais do país. O FPM distribuído para as capitais nordestinas, que também impactam no FPM da Região teve um crescimento real de +6,6%, um pouco abaixo do FPM capitais-total (+6,9%). O aumento de todas as capitais, exceto Maceió, foi de +5,7%. Aquela foi +17,4%. O ganho real em valor, para Maceió foi de R\$ 92 milhões. Fortaleza ficou com R\$ 66 milhões, Salvador, com R\$ 60 milhões, Recife, R\$ 42 milhões, São Luís e Teresina, ficaram com R\$ 41 milhões, cada, enquanto João Pessoa, ficou com R\$ 33 milhões, Rio Grande do Norte, R\$ 24 milhões e Aracaju, R\$ 27 milhões.

Com relação a variação de Maceió, A LC 198/2022 congelou perdas para municípios que cairiam de faixa, mas não limitou ganhos para quem sobe. Assim, Maceió pôde absorver integralmente o aumento do coeficiente sem restrições. Em setembro, entrou em vigor o adicional de 1% previsto pela PEC 391/2017, beneficiando todas as capitais, mas com impacto proporcional ao coeficiente. Como Maceió teve aumento de coeficiente, esse adicional reforçou ainda mais o crescimento. A maioria manteve coeficientes estáveis porque não houve mudança de faixa populacional relevante. Capitais grandes (Salvador, Recife, Fortaleza) já estão em faixas superiores, onde variações populacionais não alteram o coeficiente.

A Tabela 9.2 apresenta as projeções para transferências do FPE e FPM em 2025, baseados na previsão de arrecadação dos impostos correspondentes, conforme a Lei Orçamentária Anual 2025, ajustada pela arrecadação já realizada no ano, Relatório de Arrecadação de Receitas e Despesas Primárias do 2º bimestre de 2025.

Tabela 9.2 – Projeção das Transferências Constitucionais (FPE + FPM) – Brasil, Nordeste e Estados Selecionados – 2025 – R\$ milhões

Estado/Região	FPE		FPM		FPM CAPITAIS	
	2024	2025 ¹	2024	2025 ¹	2024	2025 ¹
Alagoas	6.502	7.068	3.951	4.507	696	858
Bahia	13.794	15.107	16.232	18.156	1.393	1.544
Ceará	10.621	11.671	8.807	9.848	1.548	1.715
Maranhão	10.556	11.521	7.424	8.295	967	1.072
Paraíba	7.032	7.646	5.812	6.503	774	858
Pernambuco	10.306	11.331	8.695	9.838	975	1.081
Piauí	6.398	6.958	4.702	5.275	967	1.072
Rio Grande do Norte	5.976	6.757	4.388	4.910	557	618
Sergipe	5.984	6.753	2.721	3.041	619	686
Nordeste	77.170	84.812	62.732	70.373	8.496	9.504
Espírito Santo	2.390	2.765	3.120	3.526	279	343
Minas Gerais	7.086	7.309	23.043	26.039	774	1.029
Brasil	149.831	164.135	177.034	198.648	17.703	19.865

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN (2025). Elaboração: BNB/Etene. Nota: 1. 2024, valores reais. 2025: até setembro, dados reais e previsões para o 4º trimestre de 2025, do Tesouro Nacional.

A expectativa é um crescimento nominal para o ano, no Brasil, com relação a 2024, em torno dos +9,5% (FPE) e +12,2% (FPM).

9.2 Grau de Endividamento (GRE)

O quadro financeiro das Unidades Federativas e Cidades brasileiras tem se constituído em um dos importantes temas para os formuladores de políticas públicas no Brasil. Os entes federados só podem tomar operações de crédito se seu GRE, constituído pela relação entre a Dívida Consolidada Líquida (DCL) e a Receita Corrente Líquida (RCL), for menor que 2.

O índice de endividamento nacional saiu de 0,88 (2021), para 0,77 (2022), 0,79 em 2023, e 0,78 em 2024. Enquanto isso, o índice nordestino era 0,31 em 2022, permaneceu o mesmo em 2023 e, em 2024 subiu para 0,32. A relação entre o GRE do Nordeste e do Brasil, caiu até 2023, 42,9% (2022), 39,4 (2023). Em 2024 passou para 40,3% (2024).

O nível de endividamento das capitais representava 22,6% do Endividamento dos Estados (2021). Após uma queda para 9,0% em 2022, subiu para 11,6% em 2023, e para 21,4% em 2024. A participação é muito baixa, e sinaliza que as capitais têm autonomia e recursos para bancarem suas ações, enquanto fica para o Estado a obrigação de atuação em todos os outros municípios, principalmente em saúde, e infraestrutura. As capitais da Região Nordeste é que têm o maior nível de endividamento (0,21), seguida pelo Sudeste (0,20), Norte (0,17) e o Centro-Oeste (0,14), mas, mesmo assim, é muito baixo. No Nordeste, a relação entre os endividamentos das Capitais e Estados, saiu de 34,5% (2021), para 28,4% (2022), 33,0% em 2023, e chegou a 65,0% em 2024. Antes de avaliar o índice de endividamento no segundo quadrimestre de 2025, é interessante olhar o comportamento da DCL e da RCL.

Tabela 9.3 – Dívida Consolidada Líquida e Receita Corrente Líquida – 2024 e 2º quadrimestre de 2025 – R\$ milhões

Estado/ Região/País	Dívida consolidada Líquida				Receita Corrente Líquida			
	2024	2º Quadrimestre 2025	Relação(%)¹	Var. %	2024	2º Quadrimestre 2025	Relação(%)¹	Var. %
Alagoas	12.826	12.870	1,5	0,3	16.921	17.840	1,5	5,4
Bahia	24.083	21.585	2,5	-10,4	64.906	65.133	5,3	0,4
Ceará	12.003	9.932	1,1	-17,3	36.309	38.075	3,1	4,9
Maranhão	893	-3.742	-0,4	-518,9	29.531	31.306	2,6	6
Paraíba	-449	-1.679	-0,2	-274,1	18.905	20.293	1,7	7,3
Pernambuco	13.167	10.119	1,2	-23,1	43.791	44.064	3,6	0,6
Piauí	10.753	10.936	1,3	1,7	17.143	17.926	1,5	4,6
Rio Grande do Norte	6.922	5.632	0,6	-18,6	17.255	18.648	1,5	8,1
Sergipe	1.764	308	0	-82,5	15.259	16.885	1,4	10,7
Nordeste	81.962	65.961	7,6	-19,5	260.020	270.171	22,2	3,9
Norte	14.714	9.820	1,1	-33,3	123.209	130.170	10,7	5,7
Sudeste	676.298	664.816	76,5	-1,7	473.541	497.176	40,8	5,0
Espirito Santo	-2.565	-16.798	-1,9	-555	26.287	27.946	2,3	6,3
Minas Gerais	168.246	163.685	18,8	-2,7	103.477	109.319	9,0	5,6
Sul	120.550	115.304	13,3	-4,4	172.564	182.138	14,9	5,5
Centro-Oeste	15.256	12.733	1,5	-16,5	131.476	139.355	11,4	6,0
Brasil	908.779	868.634	100	-4,4	1.160.809	1.219.010	100	5,0

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN (2025). Elaboração: BNB/Etene. Notas: 1. Relação entre o valor estadual com o valor nacional, no 2º primeiro quadrimestre de 2025. 2. Quando a DCL é negativa, quer dizer que o Estado tinha recurso em caixa acima de sua dívida. 3. A RCL é calculada somando-se as receitas correntes arrecadadas em um período de 12 meses, incluindo o mês atual e os 11 meses anteriores.

A DCL da Região, representava apenas 9,0% do total brasileiro, e caiu, no segundo quadrimestre de 2025, para 7,6%, uma variação de -19,5%. Por sua vez, a RCL do Nordeste representava 22,4% do total, em 2024, e caiu um pouco (22,2%) em 2025.

Em termos da DCL, a Bahia tem a maior dívida entre os estados nordestinos. Pernambuco, que tinha a segunda maior dívida em 2024 (R\$ 13.167 milhões), passou para a quarta posição no 2º quadrimestre de 2025 (R\$ 10.119 milhões). Apenas dois estados tiveram aumentos em suas dívidas, Alagoas (+0,3%) e Piauí (+1,7). O feito mais notável foi no caso do Maranhão, com uma dívida de R\$ 893 milhões em 2024, no segundo quadrimestre de 2025, os recursos em caixa superaram suas dívidas, no valor de R\$ 3.742 milhões. Quando a DCL é negativa, significa que o Estado tem ativos financeiros (disponibilidades de caixa, aplicações, créditos a receber) maiores que suas dívidas consolidadas. Outro estado que superou as expectativas é a Paraíba, que tinha uma DCL negativa de -R\$ 449 milhões no final de 2024, e aumentou para -R\$ 1,7 bilhão no final de agosto de 2025.

No caso do Maranhão, o estado liderou a redução da dívida entre os estados brasileiros em 2025, com queda de 14% nos primeiros meses do ano. Realizou, também, acordos diretos para pagamento antecipado de precatórios, com descontos que variaram de 10% a 40%, liberando obrigações futuras e reduzindo o estoque da dívida. Foram destinados mais de R\$ 73 milhões para esses acordos, além de rodadas adicionais ao longo do ano, e lançou programas de Refis para ICMS, IPVA e ITCD, com descontos de até 95% em multas e juros e parcelamentos facilitados. Isso aumentou a arrecadação e reduziu passivos inscritos em dívida ativa, fortalecendo o caixa estadual. Até junho, mais de R\$ 15 milhões foram recuperados apenas com ICMS.

A Paraíba, está entre os sete estados brasileiros com superávit nas contas públicas, mantendo recursos em caixa superiores às dívidas, reflexo de disciplina fiscal e controle de gastos. O Estado lidera o Nordeste em competitividade e equilíbrio fiscal, segundo ranking nacional, o que reforça a confiança de investidores e atrai crédito para projetos estratégicos. A arrecadação foi reforçada por medidas de regularização fiscal

e combate à inadimplência O governo lançou um Refis ampliado, com descontos de até 99% em multas e juros e parcelamentos em até 60 vezes, abrangendo dívidas tributárias (ICMS) e não tributárias. Essa iniciativa trouxe receitas extraordinárias e reduziu o estoque de dívida ativa, fortalecendo o caixa estadual. A Paraíba manteve operações de crédito sob controle (apenas 4,1% da RCL), bem abaixo do limite legal, evitando aumento da dívida contratual. Apesar de ter um passivo relevante de precatórios (cerca de 7% da RCL), houve liberação e pagamento de valores pela Justiça Federal (R\$ 46 milhões em RPVs), reduzindo obrigações futuras.

A RCL nordestina, tanto em 2024, quanto no primeiro quadrimestre de 2025, têm seus principais geradores nos principais estados, Bahia (R\$ 63,9 bilhões), seguido por Pernambuco (R\$ 43,1 bilhões), Ceará (R\$ 36,4 bilhões) e Maranhão (R\$ 28,5 bilhões), que representam 63,6% da RCL regional. Os dois maiores crescimentos da RCL no período, são de Sergipe (+10,7%) e Rio Grande do Norte (+8,1%).

O crescimento da RCL de Sergipe não se deveu a aumento de impostos, mas sim à combinação de maior eficiência na arrecadação, incremento nos repasses federais, receitas extraordinárias com concessões e gestão fiscal responsável. Esses resultados decorreram de ações para combater a sonegação fiscal, modernizar a legislação tributária e melhorar a relação com os contribuintes, sem aumento de alíquotas. Os principais pontos: A arrecadação própria (ICMS, IPVA e ITCMD) cresceu cerca de 9,7% até agosto de 2025, atingindo R\$ 4,39 bilhões, com destaque para: ICMS: R\$ 4 bilhões (+9,86% em relação a 2024); IPVA: R\$ 372,3 milhões (+7,1%); ITCMD: R\$ 25,8 milhões (+13,8%). Esse aumento foi impulsionado pelo aquecimento da economia local, com expansão do consumo, fiscalização mais eficiente e combate à sonegação, com uso de tecnologia e cruzamento de dados e modernização da legislação tributária, sem aumento de alíquotas. O Fundo de Participação dos Estados (FPE) continua sendo a principal fonte de receita, representando cerca de 50% da RCL, em 2025, os repasses tiveram bom desempenho, com crescimento próximo de 18,9% em relação a 2024, reforçando o caixa estadual. A concessão da Companhia de Saneamento (Deso) e outras operações geraram ingressos relevantes em 2024 e continuaram impactando 2025. No 1º quadrimestre de 2025, Sergipe recebeu R\$ 693,4 milhões de empréstimos (principalmente do Banco Mundial) para reestruturação da dívida, o que aumentou a disponibilidade de recursos. Sergipe é produtor de gás natural e petróleo, e os royalties cresceram 24,4% no primeiro semestre de 2025, acumulando cerca de R\$ 42,4 milhões até junho, reforçando a receita corrente. Reforçando os fatores citados acima, pode-se ainda citar a expansão de setores estratégicos, como gás natural e serviços e os investimentos públicos em infraestrutura, atraindo empresas e gerando empregos, o que aumenta a base tributária.

No Rio Grande do Norte, em março de 2025, o estado aumentou a alíquota do ICMS de 18% para 20%, visando reforçar a arrecadação estadual. Esse ajuste representou um incremento estimado de 13,9% na arrecadação do imposto, impactando diretamente a RCL. Diferente de Sergipe, o RN enfrentou queda nos royalties em 2024 (-12%), mas em 2025 houve estabilização, sem impacto significativo no crescimento da RCL. Ou seja, o aumento da RCL não veio dessa fonte, mas sim da tributação e transferências.

Quatro Estados (MG, RJ, SP e RS), representavam 86,9% da DCL (dívida consolidada líquida) do País em 2024, e 43,7% da RCL (receita corrente líquida). No segundo quadrimestre de 2025, passaram para 91,3% e 43,7%, respectivamente. O crescimento na DCL dos quatro maiores estados em endividamento, com relação ao Brasil, se dá por que sua DCL subiu +0,4%, e a brasileira caiu -4,4%. O crescimento da RCL nos quatro estados, +4,9%, foi muito parecido com o crescimento no país, +5,0%. Estes quatro estados com maior endividamento, assim como os outros estados da federação, tiveram reduções em seus índices. Os índices do Sudeste (1,35) e do Sul (0,63) são os mais altos, enquanto o do Norte (0,08) é o mais baixo.

Tabela 9.4 – Grau de Endividamento (GRE) Regiões, Brasil e Estados Seleccionados – 2024 e 2º quadrimestre de 2025

Estado/Região/País	Estado				Capital		
	2024	2º Quadrimestre 2025	Relação(%) ¹	Var. %	2024	2º Quadrimestre 2025	Var. %
Alagoas	0,76	0,72	103,1	-5,3	0,07	0,01	-85,7
Bahia	0,37	0,33	47,2	-10,8	0,27	0,20	-25,9
Ceará	0,33	0,26	37,2	-21,2	0,35	0,27	-22,9
Maranhão	0,03	0	-	-	0	0	-
Paraíba	0	0	-	-	0	0	-
Pernambuco	0,30	0,23	32,9	-23,3	0,36	0,31	-13,9
Piauí	0,63	0,61	87,3	-3,2	0,38	0,23	-39,5
Rio Grande do Norte	0,40	0,30	42,9	-25,0	0,26	0,64	146,2
Sergipe	0,12	0,02	2,9	-83,3	0,22	0,15	-31,8
Nordeste	0,32	0,24	34,4	-25,0	0,21	0,17	-19,0
Norte	0,12	0,08	11,5	-33,3	0,17	0,01	-94,1
Sudeste	1,43	1,34	191,8	-6,3	0,20	0,13	-35,0
Espírito Santo	0	0	-	-	0	0	-
Minas Gerais	1,63	1,5	214,7	-8,0	0,10	0,01	-90,0
Sul	0,70	0,63	90,2	-10,0	0	0	-
Centro-Oeste	0,12	0,09	12,9	-25,0	0,14	0,10	-28,6
Brasil	0,78	0,71	100	-9,0	0,17	0,10	-41,2

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Tesouro Nacional (2024 e 2º quadrimestre de 2025). 1. Relação entre o índice estadual/capital com o índice nacional, em 2025. 2. Quando o Grau de endividamento é zero, quer dizer que o Estado/Capital tinha recurso em caixa acima de sua dívida consolidada líquida.

O GRE da região Nordeste teve uma variação de -25,0%, em função da redução de -19,5% (variação nominal) em sua DCL, e um aumento em sua RCL de +3,9% (variação nominal). Em 2024, o Nordeste detinha 9,0% da DCL nacional e 22,4% da RCL. No segundo quadrimestre de 2025, esses percentuais passaram para 7,6% e 22,2%, respectivamente. A redução do índice nacional de endividamento (0,78 para 0,71), -9,0%, se deve ao aumento na RCL (+5,0%) e uma redução na DCL (-4,4%), conforme verificado na Tabela 9.3.

Todos os estados na Região tiveram reduções em seus níveis de endividamento. As maiores reduções ocorreram em Sergipe (-83,3%) e Rio Grande do Norte (-25,0%). No primeiro, houve uma queda na DCL (-82,5%) e um aumento na RCL (+10,7%). No Rio Grande do Norte, enquanto a DCL caiu -18,6%, a RCL aumentou +8,1%. Os aumentos nas RCL's de Sergipe e Rio Grande do Norte foram comentados acima.

A redução da DCL de Sergipe é resultado de uma combinação de fatores estruturais e extraordinários. Em fevereiro de 2025, Sergipe assinou contrato com o Banco Mundial para substituir empréstimos antigos e caros por uma nova operação de crédito de US\$ 110 milhões, com juros mais baixos e prazos mais longos. Essa renegociação reduziu drasticamente o custo da dívida, gerando economia de cerca de R\$ 100 milhões já no primeiro ano, sem aumentar o endividamento total. O Estado saiu de uma situação de juros altíssimos (até 29% ao ano) para taxas próximas de 7% ao ano, melhorando o fluxo de caixa e alongando prazos. Em setembro de 2024, Sergipe realizou a concessão parcial dos serviços de água e esgoto, com outorga de R\$ 4,53 bilhões. Parte significativa desses recursos foi usada para amortizar dívidas, reduzindo o saldo líquido consolidado. Em 2025, Sergipe arrecadou cerca de R\$ 40 milhões com recuperação de Dívida Ativa, reforçando o caixa e contribuindo para quitar obrigações financeiras. Essa ação envolveu negociações e programas como o Refis 2025, que incentivou regularização de débitos com descontos em juros e multas. Sergipe evoluiu de capacidade de pagamento D para A, segundo o Tesouro Nacional, permitindo acesso a operações de crédito com garantias da União e condições mais favoráveis. Essa melhoria foi resultado de ajuste fiscal, controle de gastos e aumento da arrecadação, criando espaço para renegociar dívidas sem ampliar o endividamento líquido.

No Rio Grande do Norte, os pontos mais relevantes que atuaram na queda da DCL são o pagamento de dívidas contratuais e empréstimos, utilizando parte do aumento da arrecadação e recursos extraordinários para reduzir o estoque da dívida. Houve renegociação de passivos com instituições financeiras, alongando prazos e diminuindo encargos, o que permitiu amortizações significativas sem comprometer a capacidade de investimento. Em abril de 2025, foi aprovada a Lei de Transação Tributária, criando um canal permanente para negociação de débitos com descontos de até 80%. A expectativa era arrecadar cerca de R\$ 800 milhões com impostos atrasados, reforçando o caixa e contribuindo para amortizações da dívida. Apesar do alto comprometimento da receita com pessoal (56% da RCL), o governo buscou reduzir despesas discricionárias e renegociar precatórios, evitando crescimento da dívida. Em vez de novas dívidas para custeio, as operações de crédito foram direcionadas para reestruturação e investimentos, sem ampliar a DLC. Parte dos recursos foi usada para quitar dívidas mais caras, reduzindo o saldo líquido.

O quadro de endividamento nas capitais, mostra que todas tiveram redução em seus indicadores, à exceção de Natal, que tinha um GRE de 0,26 em 2024, e passou para 0,64 em agosto de 2025. Sua DCL cresceu +153,1% e sua RCL cresceu apenas +1,8%. Com relação a DCL de Natal, parte do crescimento não foi aumento real de endividamento, mas reclassificação contábil de dívidas antigas para longo prazo. Ocorreu, também, que a dívida previdenciária histórica e parcelamentos com Receita Federal foram incorporados à DLC. A maior parte do montante está relacionada à dívida previdenciária com o NATALPREV, acumulada ao longo de décadas. A atual gestão manteve rigor no cumprimento das obrigações mensais e dos parcelamentos, mas a contabilização correta elevou o indicador da DLC. Os programas de refinanciamento aumentaram compromissos parcelados, o Refis 2025, para recuperar Dívida Ativa (R\$ 1,2 bilhão), oferecendo descontos de até 100% em juros e 90% em multas. Embora isso gere receita, também implica novos parcelamentos que entram na dívida consolidada, ampliando o saldo contábil. Estes fatos trouxeram transparência, previsibilidade e melhor gestão fiscal, apesar do salto no indicador.

9.3 Agências Oficiais de Fomento

Esta seção, acompanha a evolução dos empréstimos e financiamentos concedidos pelas agências oficiais de fomento (AFO), na Região Nordeste, até agosto de 2025. São estas as maiores responsáveis pelo investimento produtivo na Região. A avaliação do comportamento das agências oficiais de fomento, se estende até agosto, e permite visualizar o nível de aplicações em todos os estados da Região. A programação para 2025, de empréstimos e financiamentos, efetivamente concedidos, na Região Nordeste, é de R\$ 212,8 bilhões, 9,2% menor que o valor aplicado no ano anterior (R\$ 234,3 bilhões).

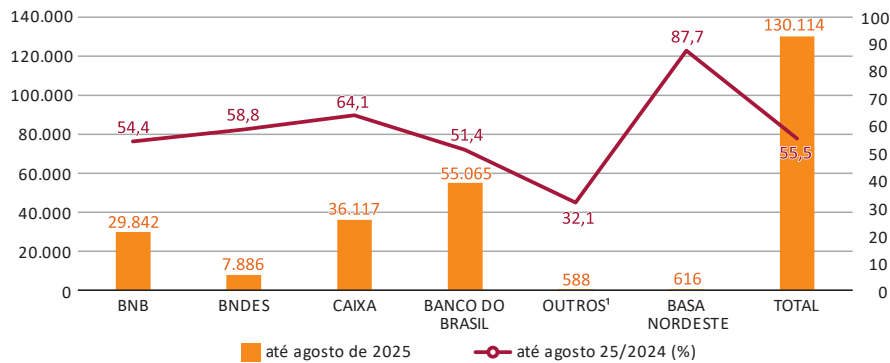
Até o terceiro trimestre de 2025, as Agências de Fomento Oficiais (AFO) aplicaram no Nordeste R\$ 130,1 bilhões que representa 61,1% do valor programado. A participação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) foi 22,9% (R\$ 29,8 bilhões). O valor programado na Lei de Diretrizes Orçamentárias, para 2025, é R\$ 212,8 bilhões, que representa 90,8% do valor realizado em 2024 (R\$ 234,3 bilhões).

A queda não indica falta de recursos, mas sim mudança de estratégia e maior rigor na aplicação, com foco em sustentabilidade, inovação e inclusão produtiva. A expectativa é que, com a maturação dos projetos da Nova Indústria Brasil e ajustes à Reforma Tributária, o ritmo de desembolsos acelere no último trimestre de 2025. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2025 trouxe novas regras para aplicação dos recursos, priorizando projetos ligados a: Sustentabilidade e adaptação climática; energias renováveis; redução de emissões e turismo sustentável. Ao mesmo tempo, vedou financiamentos para empresas inadimplentes, importações com similar nacional e instituições com condenações por práticas ilegais (trabalho escravo, crimes ambientais etc.). Essas restrições reduziram a base de projetos elegíveis, atrasando as liberações. A entrada em vigor da Reforma Tributária (CBS e IBS) em 2025 gerou incertezas para empresas sobre incentivos fiscais, especialmente os estaduais via ICMS. Estados do Nordeste estão adaptando seus modelos para fundos de compensação e desenvolvimento regional, o que atrasou novos contratos e investimentos privados complementares. Programas como Nova Indústria Brasil (NIB) e o Plano de Transformação Ecológica passaram a concentrar recursos em setores estratégicos (hidrogênio verde, bioeconomia, data centers verdes), exigindo projetos de maior porte e complexidade. Isso reduziu a velocidade de contratação, pois muitos empreendimentos ainda estão em fase de estruturação ou análise técnica. As agências direcionaram 62% dos recursos para micro e pequenos negócios, aumentando exigências de garantias e orientação técnica. Embora socialmente positivo, esse foco demanda mais tempo para análise e liberação dos créditos, impactando o volume aplicado até agosto. Apesar da

ampliação do orçamento do FNE para R\$47,3 bilhões (+18,5%), parte dos recursos depende de retorno de operações anteriores e da capacidade de execução dos projetos. A priorização de áreas como semiárido e infraestrutura logística também exige articulação com governos estaduais e PPPs, o que prolonga prazos de contratação.

Enquanto o BNB direcionou 53,0% (R\$ 10,9 bilhões) de seus recursos para o setor rural, o total das AFO aplicaram somente 16,0% (R\$ 15,8 bilhões), isto quer dizer que o BNB representa 88,2% de todas as aplicações neste setor.

Gráfico 9.1 – Valor (R\$ milhões) e Participação (%) de cada agência oficial de fomento nas aplicações no Nordeste – até agosto de 2025



Fonte: Secretaria de coordenação e governança das empresas estatais – SEST. Elaboração BNB/Etene. Nota: 1. Finep e Finame.

O Banco do Nordeste (BNB) é o operador exclusivo do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), criado pela Constituição para reduzir desigualdades regionais. Esse fundo garante recursos volumosos e com condições diferenciadas para custeio, investimento e comercialização no setor rural, especialmente agricultura familiar e semiárido. Por isso, o BNB tem capilaridade e foco regional, com programas como Agroamigo e linhas específicas para pequenos produtores, o que explica sua liderança (88,2% do total aplicado). O BNB possui rede especializada em microfinanças rurais, com agentes de crédito que visitam comunidades e orientam produtores. Essa proximidade operacional é um diferencial frente aos grandes bancos, que operam via agências tradicionais e plataformas digitais, menos adaptadas à realidade rural nordestina.

As aplicações do BNB nos setores industrial, comércio e serviços, representam 46,7% (R\$ 9,7 bilhões) do seu total (R\$ 20,8 bilhões), enquanto nas AFO representa 33,8% (R\$ 27,2 bilhões). As aplicações do BNB representam 35,8% do total das aplicações nestes três setores.

Tabela 9.5 – Empréstimos e Financiamentos Efetivamente Concedidos por Setor pelas AOF no Nordeste – R\$ milhões – até agosto de 2025

Região Nordeste (R\$ milhões)	Total	Rural	Industrial	Comércio	Interme- dição Financeira	Serviços	Habitação	Outros¹
	130.114	17.922	14.419	13.554	1.791	24.229	12.853	45.346
% de cada setor no Nordeste	100,0	13,8	11,1	10,4	1,4	18,6	9,9	34,9
BNB	22,9	88,2	39,2	28,0	-	17,7	-	0,6
BNDES	6,1	3,3	6,5	4,7	47,3	20,1	-	-
CAIXA	27,8	5,1	30,7	23,6	-	48,1	96,3	7,8
BANCO DO BRASIL	42,3	0,5	21,3	43,5	47,5	13,1	3,7	91,5
OUTROS²	0,5	0,3	1,6	0,0	5,2	0,8	-	0,0
BASA NORDESTE	0,5	2,5	0,7	0,2	-	0,1	-	0,1

Fonte: Secretaria de coordenação e governança das empresas estatais – SEST (2025). Elaboração BNB/Etene. Notas: 1. Atividades que não se enquadram nos setores tradicionais. 2. Finep e Finame.

No consolidado das agências, 60,5% (R\$ 78,7 bilhões) foi aplicado em empreendimentos de porte micro. No BNB, este porte representa 8,6% (R\$ 6,8 bilhões) de suas aplicações. A maior participação é do Banco do Brasil (52,7%), seguido pela Caixa Econômica Federal (38,4%). O Banco do Brasil (BB) e Caixa são os principais agentes do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), que prioriza pequenos empreendedores e negócios informais. Essas instituições têm linhas específicas com juros subsidiados, integradas ao Plano Safra e programas sociais, o que atrai grande demanda no Nordeste. A Caixa e o BB possuem ampla rede de agências e correspondentes bancários, especialmente em áreas urbanas e semiurbanas, onde se concentra boa parte dos microempreendedores. A Caixa é fortemente vinculada a programas como Bolsa Família, Auxílio Brasil e FGTS, criando sinergia para concessão de microcrédito a beneficiários. O Banco do Brasil e a Caixa dominam porque têm programas nacionais, capilaridade urbana e integração com políticas sociais. O BNB foca mais em microcrédito rural (Agroamigo), enquanto BNDES atua em projetos maiores, e não no varejo.

No banco, a maior participação em suas aplicações, vem dos empreendimentos de médio porte, 38,9% (R\$ 11,6 bilhões), enquanto no consolidado este porte participa com 12,8% (R\$ 16,4 bilhões) das aplicações. Olhando a participação do BNB no total aplicado pelas AFO no porte médio, ela é de 69,4%, seguido pelo Banco do Brasil, 14,2% (R\$ 2,4 bilhões) e BNDES, 12,1% (R\$ 2,0 bilhões).

Tabela 9.6 – Empréstimos e Financiamentos Efetivamente Concedidos por Porte pelas AOF no Nordeste – R\$ milhões – até agosto de 2025

Região Nordeste (R\$ milhões)	Total	Micro	Pequeno	Médio	Médio Grande	Grande
	130.114	78.701	12.686	16.714	148	21.864
% de cada setor no Nordeste	100,0	60,5	9,7	12,8	0,1	16,8
BNB	22,9	8,6	31,4	69,4	1,4	34,2
BNDES	6,1	0,2	4,6	12,1	-	23,5
CAIXA	27,8	38,4	30,6	2,8	90,5	6,7
BANCO DO BRASIL	42,3	52,7	31,2	14,2	-	33,1
OUTROS ¹	0,5	-	0,8	0,9	8,1	1,5
BASA NORDESTE	0,5	0,2	1,3	0,6	-	1,0

Fonte: Secretaria de coordenação e governança das empresas estatais – SEST. Elaboração BNB/Etene. Nota: 1. Finep e Finame.

O BNB domina porque tem recursos constitucionais, foco regional e estrutura adaptada ao médio porte. O BB e o BNDES aplicam menos por priorizarem outros segmentos e não terem a mesma flexibilidade para empresas médias. O Banco do Nordeste é o gestor exclusivo do FNE, que destina recursos com condições diferenciadas para reduzir desigualdades regionais. Pequenos empreendimentos são prioridade do FNE, com linhas específicas para comércio, serviços e produção rural, garantindo taxas atrativas e prazos longos. Isso dá ao BNB uma vantagem competitiva frente aos demais bancos.

No total das aplicações das AFO, a Bahia tem a maior participação, 28,4% (R\$ 37,0 bilhões), seguido pelo Maranhão, 14,9% (R\$ 19,4 bilhões) e Pernambuco, 14,2% (R\$ 18,4 bilhões). A menor participação é de Sergipe, 3,9% e R\$ 5,1 bilhões. O Ceará ficou quarto lugar, R\$ 17,7 bilhões.

A Bahia é o maior estado do Nordeste em população e PIB, com forte presença industrial (polo petroquímico de Camaçari, setor automotivo, mineração) e agroindustrial. Isso gera maior demanda por crédito para investimentos produtivos e infraestrutura. Pernambuco possui um parque industrial diversificado (complexo portuário de Suape, setor químico, alimentos) e é um polo logístico estratégico para o Nordeste. Maranhão, embora menos industrializado, tem grande peso no agronegócio (soja, milho) e na logística de exportação (porto de Itaqui), além de projetos de infraestrutura energética e transporte. O Ceará tem um PIB relevante no Nordeste, mas menor que o da Bahia e Pernambuco. A economia é mais diversificada em serviços e comércio, com menor peso da indústria pesada e do agronegócio em comparação aos líderes (Bahia e Maranhão). Isso reduz a demanda por grandes financiamentos para projetos de infraestrutura e indústria de base. Embora o Ceará seja forte em logística (Porto do Pecém) e energias renováveis (eólica e solar), os projetos tendem a ser menores em escala do que os

polos petroquímicos da Bahia ou os corredores de exportação do Maranhão. Investimentos em inovação e tecnologia são crescentes, mas ainda não atingem volumes comparáveis aos grandes projetos industriais.

Cabe ainda mencionar as aplicações da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) e do FINAME (Agência Especial de Financiamento Industrial), no valor de R\$ 588 milhões., sendo distribuídos R\$ 259 milhões (FINEP) e R\$ 329 milhões. Exemplo de alguns projetos financiados: Bahia: destaque na chamada Finep-BNDES para PD&I, com seis projetos selecionados, ligados a polos industriais e tecnológicos (Camaçari, Simões Filho, Ilhéus). Empresas como Vipal Nordeste, Nucleon, Digitron, Pontes, Bioma e Amico Saúde estão entre as contempladas, com foco em implantação ou expansão de centros de pesquisa e inovação. Ceará: pelo menos um projeto avançou na mesma chamada, voltado para PD&I, além de participação em programas como Inovacred para crédito à inovação. Pernambuco: também teve um projeto selecionado na chamada Finep-BNDES e foi sede da cerimônia do Prêmio Finep 2025, que reconheceu iniciativas inovadoras apoiadas pela financiadora.

O Finame tradicionalmente financia: Setor Rural: tratores, colheitadeiras, implementos agrícolas, sistemas de irrigação. Indústria: máquinas e equipamentos para modernização de linhas de produção, automação industrial. Serviços: caminhões, ônibus, máquinas para construção civil, equipamentos para energia (geradores, painéis solares), logística. Na Bahia o foco é no agronegócio e indústria leve. No Ceará o destaque é em serviços e indústria, alinhado à expansão logística e energias renováveis. Na Paraíba a concentração em serviços, possivelmente transporte e infraestrutura. No Piauí aplicação também voltada para serviços. Em Pernambuco, prováveis aplicações em equipamentos para polos produtivos.

Nas aplicações do BNB, a maior aplicação, também é na Bahia, 31,0% (R\$ 9,3 bilhões), seguido por Pernambuco, 13,6% (R\$ 4,1 bilhões), Piauí, 12,1% (R\$ 3,6 bilhões) e Maranhão, 11,7% (R\$ 3,5 bilhões). A menor participação é do Rio Grande do Norte, 4,6% e R\$ 967 milhões.

Algumas possíveis razões para essa distribuição: na Bahia a demanda por crédito é muito alta, e os projetos são grandes, exigindo volumes maiores. Pernambuco tem o Complexo de Suape, indústria química, alimentos e logística estratégica. Também concentra projetos de infraestrutura e inovação. Maranhão e Piauí têm grandes projetos agropecuários e de infraestrutura (rodovias, energia), que demandam volumes altos de financiamento.

Tabela 9.7 – Empréstimos e Financiamentos Efetivamente Concedidos por Estado do Nordeste – R\$ milhões – até agosto de 2025

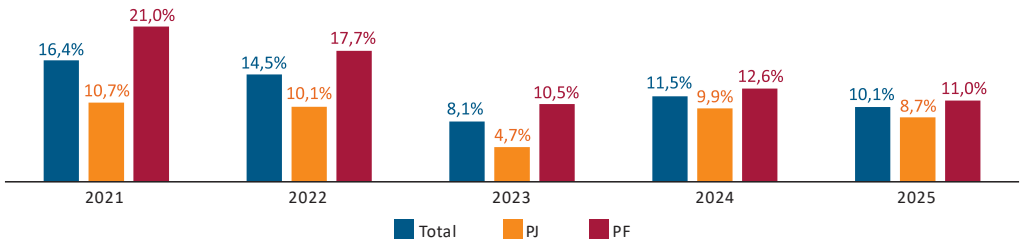
Região Nordeste	BNB	BNDES	Caixa	Banco do Brasil	Outros¹	Basa Nor- deste	Consoli- dado
	29.842	7.886	36.117	55.065	588	616	130.114
Alagoas	2.027	174	1.857	2.146	8	0	6.211
Bahia	9.284	2.894	10.227	14.477	114	0	36.996
Ceará	2.958	827	4.722	8.985	254	0	17.746
Maranhão	3.499	998	5.364	8.922	-	616	19.399
Paraíba	1.686	190	2.447	2.803	94	0	7.221
Pernambuco	4.061	566	6.313	7.406	81	0	18.426
Piauí	3.626	643	1.520	4.434	38	0	10.262
Rio Grande do Norte	1.206	1.462	2.180	3.908	-	0	8.756
Sergipe	1.495	132	1.487	1.983	-	0	5.097

Fonte: Secretaria de coordenação e governança das empresas estatais – SEST (2025). Elaboração BNB/Etene. Nota: 1. Finep e Finame.

10 Intermediação Financeira

O saldo de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) totalizou R\$ 6,84 trilhões em setembro de 2025, representando expansão de 10,1% em relação ao mesmo mês do ano anterior. A trajetória de crescimento continua sendo majoritariamente sustentada pelas operações com pessoas físicas, que registraram elevação de 11,0% em 12 meses. Já as operações destinadas às pessoas jurídicas apresentaram avanço mais moderado, com alta de 8,7% no mesmo período (Gráfico 10.1).

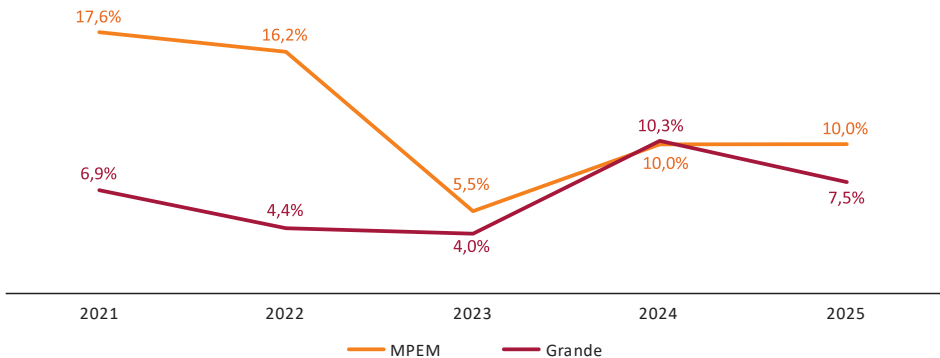
Gráfico 10.1 – Saldo das Operações de Crédito no Brasil - Total, Pessoa Jurídica e Pessoa Física - % de crescimento nos últimos 12 meses - 2021 a 2025



Fonte: Bacen (2025). Elaboração do BNB/Etene.
Nota: 2025 refere-se a setembro, no acumulado dos últimos doze meses

No recorte empresarial, as micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) demonstraram protagonismo no crescimento da carteira, com incremento de 10,0%, enquanto as grandes empresas observaram aumento de 7,5% no saldo de crédito (Gráfico 10.2).

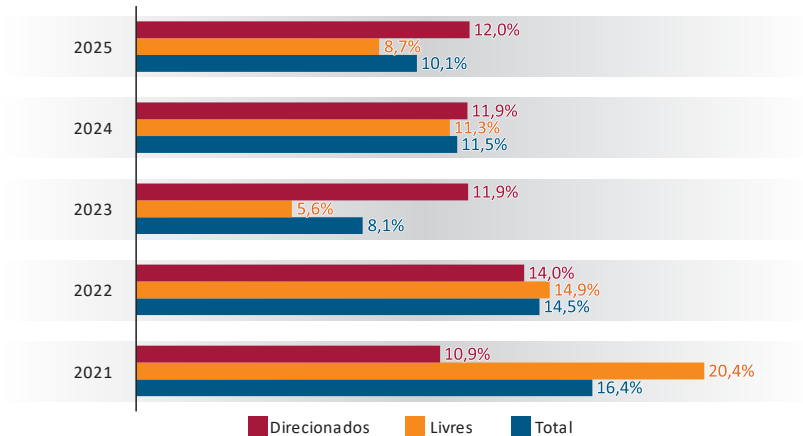
Gráfico 10.2 – Saldo das Operações de Crédito no Brasil - Por Porte - % de Crescimento nos últimos 12 meses - 2021 a 2025*



Fonte: Bacen (2025). Elaboração do BNB/Etene.
Nota: 2025 refere-se a setembro, no acumulado dos últimos doze meses

Entre as fontes de financiamento, os recursos direcionados atingiram a marca de R\$ 2,90 trilhões, com crescimento de 12,0% em relação a setembro de 2024. Estes recursos, regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) ou vinculados a fundos públicos, seguem concentrados em linhas de crédito rural, imobiliário, investimento de longo prazo e microcrédito produtivo orientado. Por sua vez, os recursos livres, voltados a finalidades como capital de giro, cartão de crédito, crédito pessoal e aquisição de bens, alcançaram R\$ 3,93 trilhões, com crescimento de 8,7% no acumulado em 12 meses — ritmo inferior ao observado entre os recursos direcionados (Gráfico 10.3).

Gráfico 10.3 – Saldo das Operações de Crédito no Brasil - Total, Recursos Direcionados e Recursos Livres - % de Crescimento em Relação ao Ano Anterior - 2021 a 2025



Fonte: Bacen (2025). Elaboração do BNB/Etene.
Nota: 2025 refere-se a setembro, no acumulado dos últimos doze meses

A moderação no ritmo de crescimento da carteira de crédito reflete o cenário de juros elevados e seletividade das instituições financeiras na concessão de novos empréstimos. Apesar disso, a expansão do crédito à pessoa física demonstra resiliência, impulsionada pela melhora do mercado de trabalho e aumento da massa salarial.

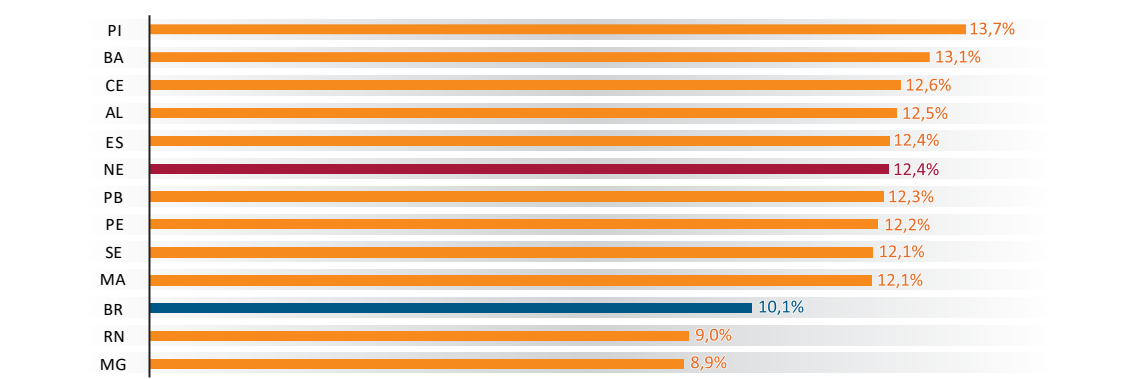
As operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional, sob o lastro de recursos livres e direcionados, encerraram o 3º. Trimestre de 2025 com taxa média de juros de 31,4% a.a., conforme informações publicadas pelo Banco Central. Nos últimos 12 meses, a taxa de juros média avançou 3,9 pontos percentuais, em decorrência da recente mudança da condução da política monetária, via aumento Taxa Selic, que provocou impacto na trajetória de curto prazo dos juros.

O spread bancário, que representa a diferença de juros entre a captação e aplicação de recursos, sendo, em grande medida, a margem de rentabilidade dos bancos, registrou 20,4% no último mês de setembro de 2025, de forma apresentou avanço nos últimos doze meses (+2,1 pontos percentuais). Entre os segmentos, o spread da pessoa jurídica (9,0%) continua mais baixo que o spread da pessoa física (25,7%), fundamentalmente pela menor inadimplência, maior respaldo das operações bancárias com garantias reais, entre outros fatores econômico-financeiros.

10.1 Crédito Regional

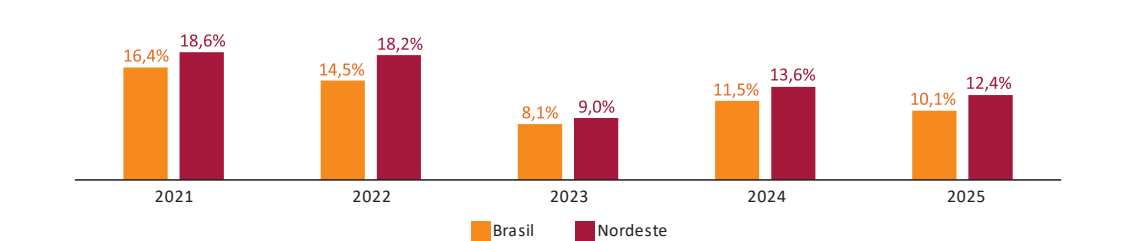
O Sistema Financeiro Nordestino registrou um saldo de operações de crédito de R\$ 967,8 bilhões em setembro de 2025, o que representa crescimento de 12,4% em comparação com o mesmo mês de 2024. O aumento do crédito no Nordeste foi superior ao observado em âmbito nacional, onde este cresceu 10,1% no mesmo período (Gráficos 10.4 e 10.5 e Tabela 10.1).

Gráfico 10.4 – Saldo de crédito do Sistema Financeiro Nacional e Estadual - Área de Atuação do BNB – Crescimento Acumulado em 12 Meses % - setembro de 2025



Fonte: Banco Central (2025). Elaboração: BNB/Etene (2025).

Gráfico 10.5 – Saldo de crédito do Sistema Financeiro Nacional e Nordeste – Em 12 Meses % - 2021 a 2025*



Fonte: Banco Central (2025). Elaboração: BNB/Etene (2025).
Nota: 2025 refere-se a setembro, no acumulado dos últimos doze meses

Tabela 10.1 – Saldo de crédito do Sistema Financeiro Nacional e Regiões – Crescimento Acumulado em 12 Meses % - 2019 a 2025*

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Brasil	6,5%	15,7%	16,4%	14,5%	8,1%	11,5%	10,1%
Centro-Oeste	10,0%	17,3%	17,4%	17,8%	12,4%	11,6%	9,0%
Nordeste	9,0%	12,1%	18,6%	18,2%	9,0%	13,6%	12,4%
Norte	13,2%	17,9%	27,1%	22,8%	14,1%	16,3%	12,2%
Sudeste	4,1%	15,6%	14,9%	10,8%	5,7%	10,8%	10,4%
Sul	8,7%	19,1%	15,6%	16,0%	7,7%	13,0%	9,7%

Fonte: Banco Central (2025). Elaboração: BNB/Etene (2025).
Nota: 2025 refere-se a setembro, no acumulado dos últimos doze meses

A Região Nordeste registrou avanço no crédito, impulsionado pelo crescimento das carteiras de crédito de pessoas jurídicas, que aumentaram 13,2%, e de pessoas físicas, que subiram 12,0%. Ao final do último mês de setembro de 2025, o saldo das operações de empréstimos e financiamentos destinados às famílias representava 70,1% do total, enquanto as empresas respondiam pelos 29,9% restantes.

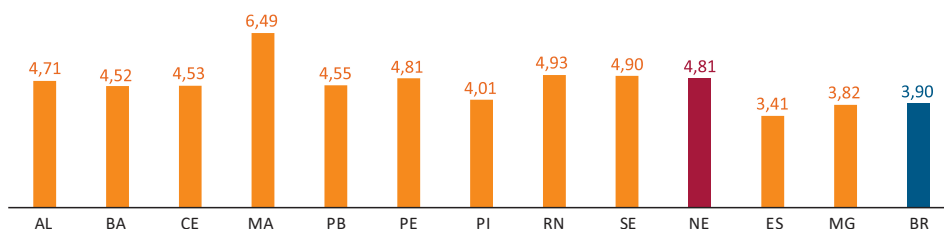
Entre os estados da área de atuação do Banco, as maiores elevações no saldo das operações de crédito ocorreram no Piauí (+13,7%) e Bahia (+13,1%), no mês de setembro de 2025, quando comparado com o mesmo mês no ano de 2024. No montante total de crédito, os principais estados no Nordeste são: Bahia (R\$ 266,3 bilhões), Pernambuco (R\$ 154,5 bilhões) e Ceará (R\$ 151,8 bilhões).

Regionalmente, ao considerar as operações acima de R\$ 1 mil, a maior expansão no saldo de crédito, referente a setembro de 2025, em ritmo anualizado, foi observada na Região Nordeste, com crescimento de 12,4%, que ultrapassou em termos de performance do avanço da carteira de crédito da Região Norte, que anotou expansão de 12,2% na mesma base de comparação.

No cenário prospectivo, a melhora dos indicadores econômicos, como a redução do desemprego, o aumento da renda e da massa salarial, deve colocar o crédito no Nordeste ainda em crescimento em 2025; no entanto, a Taxa Selic no campo restritivo deve atenuar o avanço da carteira de crédito regional.

A taxa de inadimplência do Nordeste registrou 4,81% em setembro de 2025 (Gráfico 10.6), o que representa alta de 0,79 ponto percentual nos últimos 12 meses.

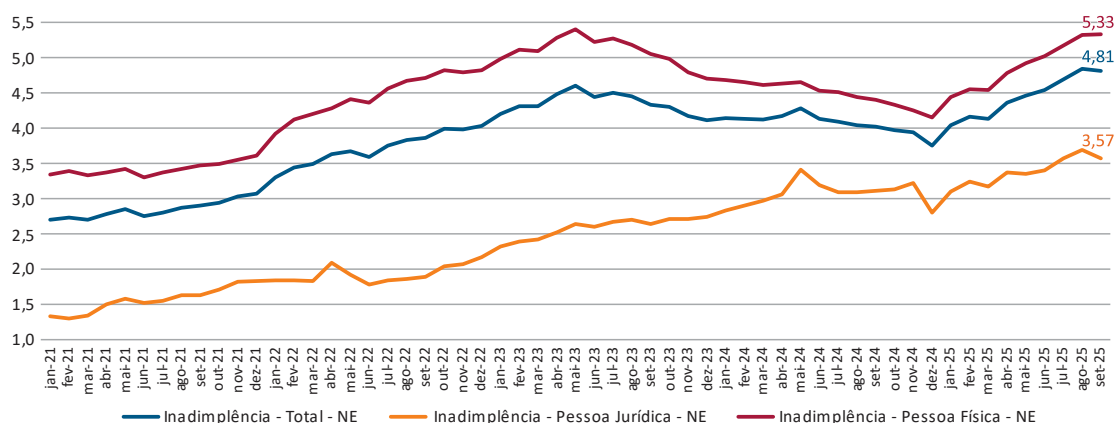
Gráfico 10.6 – Inadimplência – Nacional, Regional e Estados da Área de Atuação do BNB – % – Setembro de 2025



Fonte: Banco Central (2025). Elaboração: BNB/Etene (2025).

O comportamento da inadimplência na região, no ano de 2025 vêm apresentando aceleração, muito em decorrência do desempenho da inadimplência das pessoas físicas (+5,33%), que sente de forma mais clara a política monetária mais restritiva, enquanto a pessoa jurídica apresentou taxa de 3,57%, denotando ainda inadimplência controlada (Gráfico 10.7).

Gráfico 10.7 – Inadimplência – Nordeste - Total, Pessoa Física e Pessoa Jurídica – % Anual – Janeiro de 2021 a Setembro de 2025



Fonte: Banco Central (2025). Elaboração: BNB/Etene (2025).

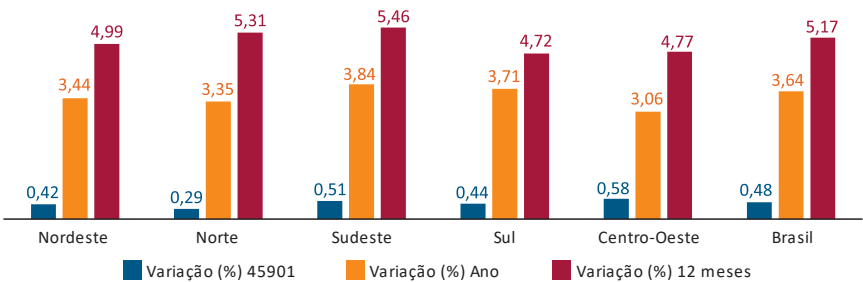
No Nordeste, a inadimplência mais baixa, no final do 3º. Trimestre de 2025, foi observada no Piauí (+4,01%). Entre os estados da área de atuação do Banco, o Maranhão apresentou a maior taxa de inadimplência (+6,49%), seguida por Rio Grande do Norte (+4,93%) e Sergipe (+4,90%). A inadimplência média nacional ficou em 3,90%, inferior à registrada no Nordeste.

11 Inflação

11.1 Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – Nordeste

A inflação do Nordeste, medida pelo IPCA, foi de +0,42% em setembro de 2025, abaixo do IPCA brasileiro (+0,48%) (Gráfico 11.1). São Paulo (+0,57%) carregou 18,4% do índice nacional, enquanto o conjunto das cinco capitais/regiões metropolitanas nordestinas pesquisadas carregaram 13,7%. Nestas, apenas Fortaleza (+0,38%) e Salvador (+0,17%) estão abaixo do índice nacional. São Luís (+1,02) tem o maior IPCA entre as regiões metropolitanas/capitais pesquisadas. Recife (+0,56%) tem o quinto maior IPCA, e Aracaju (+0,52%), o sétimo. Salvador puxou o índice nordestino para baixo, representa 15,4% do índice regional, enquanto Recife e São Luís, carregaram 58,0% do índice, Fortaleza, 18,5%.

Gráfico 11.1 – IPCA (%) – Brasil e Regiões – setembro, ano e 12 meses, terminados em setembro - 2025



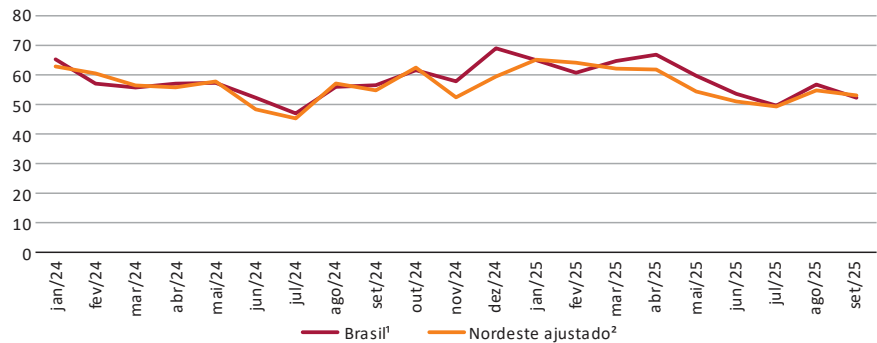
Fonte: IBGE (2025). Elaboração BNB/Etene.

Apenas o Sudeste (+0,51%) e o Centro-Oeste (+0,58%) tiveram variações maiores que o índice nacional (+0,48%). O Sudeste contribuiu com 56,7% do índice nacional, seguido pelo Sul (+0,44%) com 15,1% e o Nordeste (+0,42), com 13,1%. Cabe salientar que o IPCA nordestino está abaixo do índice nacional em qualquer métrica, mês, ano e 12 meses (Gráfico 11.1).

Os dados para o Brasil mostram que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do mês de setembro apresentou variação de 0,48%, 0,59 ponto percentual (p.p.) acima da taxa de -0,11% registrada em agosto. No ano, o IPCA acumula alta de 3,64% e, nos últimos doze meses, o índice ficou em 5,17%, acima dos 5,13% dos 12 meses imediatamente anteriores. Em setembro de 2024, a variação havia sido de 0,44%. No mês, três dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados vieram com variação negativa: Artigos de residência (-0,40%), Alimentação e bebidas (-0,26%) e Comunicação (-0,17%). No lado das altas, as variações ficaram entre o 0,01% de Transportes e o 2,97% de Habitação. Na Região, assim como no Brasil, o principal impacto vem de Habitação (+3,31% e +0,47 p.p.), que representa 112,7% da variação do índice regional, e 93,8% do nacional. Cabe ainda destacar os crescimentos em Vestuário (+0,85) e Despesas pessoais (+0,42%)

O índice de difusão (espalhamento das variações positivas nos itens que compõem o IPCA) é um pouco maior no Nordeste (53,0%) que no Brasil (52,3%). Eles estavam entre 56,0% (Brasil) e 57,0% (Nordeste) em agosto de 2024. Flutuaram até 56,8% (Brasil) e 54,7% (Nordeste) em agosto de 2025, e caíram para os valores acima citados (Gráfico 11.2).

Gráfico 11.2 – Índice de Difusão – Brasil e Nordeste



Fonte: Brasil: Banco Central (2026), estatísticas, código 21379. Nordeste: IBGE (2026). Elaboração: BNB/Etene. Notas: 2. Ajustado porque foram excluídos todos os valores, na métrica 12 meses, que não existem nas capitais nordestinas, mas têm valões no Brasil.

O IPCA é composto por centenas de subitens (alimentos, serviços, bens industriais, energia etc.). O Brasil tem uma memória inflacionária forte: contratos e preços administrados costumam ser corrigidos por índices passados. Isso garante que uma parcela significativa dos itens terá aumento, mesmo que a inflação geral esteja baixa. O índice só considera se o preço subiu ou não, independentemente da magnitude.

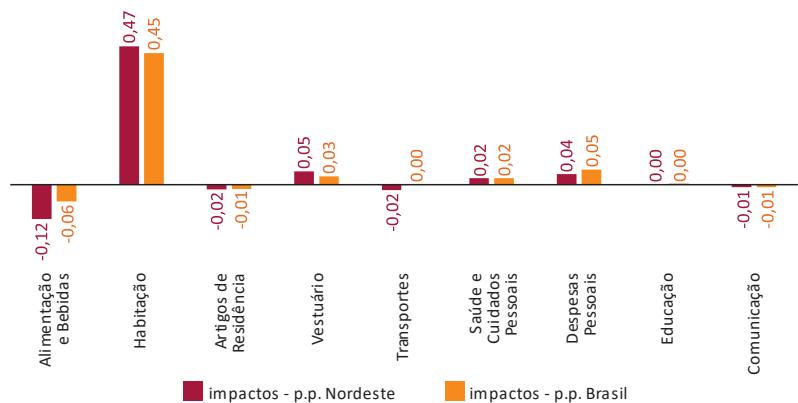
Assim, mesmo com inflação mensal próxima de zero, se muitos itens subirem um pouco e outros caírem bastante, a difusão continua alta.

11.2 IPCA regional no mês – detalhamento das principais variações

Das 16 capitais/regiões metropolitanas pesquisadas no Brasil, todas tiveram variações positivas, entre +1,02% (São Luís) e +0,17% (Salvador). A média das variações foi +0,51% e a mediana, +0,49%, indicando uma baixa dispersão.

No Nordeste e Brasil, os grupos Habitação, Vestuário e Despesas pessoais foram responsáveis por 132,3% do índice nordestino e 110,6% do brasileiro. O destaque no índice nacional e regional é Habitação, que gerou impacto de +0,45 p.p. (Brasil) e +0,47 p.p. (Nordeste) (Gráfico 11.3).

Gráfico 11.3: Impactos dos Grupos do IPCA – Nordeste e Brasil – setembro de 2025



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2025). Nota: p.p. – pontos percentuais (impactos).

No grupo Habitação o principal impacto vem de energia elétrica residencial (+10,1% e impacto de +0,42 p.p.), que é o impacto total no índice regional (+0,42%). É o fator relevante do crescimento em Habitação. O fim do bônus de Itaipu e a bandeira vermelha patamar 2 (acrécimo de R\$7,87 a cada 100 kWh) foram os principais responsáveis pela alta. A energia elétrica tem um peso relevante na composição do IPCA (15,2% - Brasil e 14,3% - Nordeste), então variações bruscas nesse item impactam significativamente o índice geral.

No grupo Vestuário os itens que mais contribuíram para a alta de +0,85% foram: roupa masculina: +0,67%, roupa infantil: +0,85% e roupa feminina: +1,07%. O grupo vestuário tem variações sazonais típicas, com meses de alta e baixa. Em agosto, por exemplo, houve alta de +0,72% (Brasil) e +1,24% (Nordeste), e em julho, queda de -0,54% (Brasil) e -0,3% (Nordeste), mostrando essa oscilação. O Grupo Despesas pessoais foi afetado pelas variações em empregado doméstico (+0,42%), serviço bancário e cabeleireiro e barbeiro (+0,37%, cada) e recreação (+0,75%).

Em recreação, o item pacote turístico, na região, cresceu, +1,4%, cinema, teatro e concertos, +2,4% e hospedagem, +1,1%. A alta nos preços de cinema, teatro e concertos está relacionada ao encerramento de campanhas promocionais, como a “Semana do Cinema”, que havia reduzido os preços em agosto. O aumento nos preços de pacotes turísticos pode estar ligado a uma maior procura por viagens no segundo semestre, com consumidores antecipando férias ou feriados. Serviços como recreação, estética e lazer costumam ter reajustes periódicos, refletindo aumentos de custos operacionais (salários, energia, aluguel etc.), o Gráfico 3 permite visualizar as variações (impactos) no Brasil e Nordeste.

Em Habitação, a principal variação foi de energia elétrica residencial. As variações ficaram entre +7,1% (Salvador) e +27,3% (São Luís). Roupas (+0,9%), a principal variação em Vestuário, oscilou entre -0,8% (São Luís) e +1,5% (Salvador). O item com maior variação em Despesas pessoais, foi cinema, teatro e concertos, +2,4% na região nordestina. Entre as capitais pesquisadas ficou entre -0,9% (Fortaleza) e +10,8% (Aracaju). (Tabela 11.1).

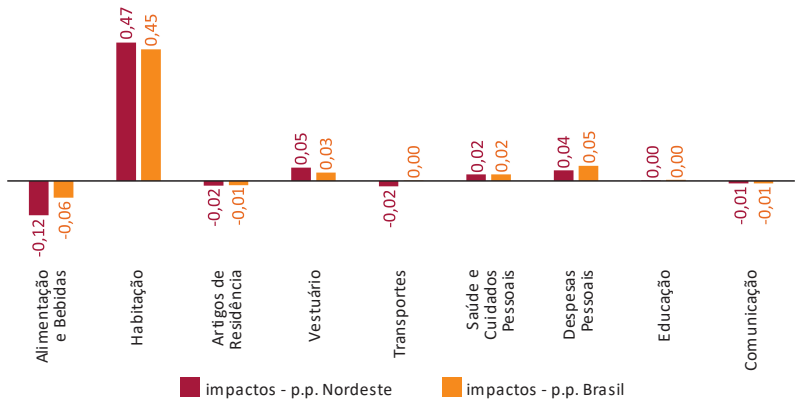
Tabela 11.1 – IPCA (%) – Nordeste e Capitais pesquisadas na Região – setembro de 2025

IPCA - Grupo Pes- quisado	Fortaleza		Recife		Salvador		Aracaju		São Luís		Nordeste		Brasil	
	índice	impacto	índice	impacto	índice	impacto	índice	impacto	índice	impacto	índice	impacto	índice	impacto
	0,38				0,56		0,17		0,52		1,02		0,42	
Alimentação e Bebidas	-0,30	-0,07	-0,36	-0,09	-0,56	-0,13	-0,30	-0,07	-1,06	-0,28	-0,49	-0,12	-0,26	-0,06
Habitação	2,98	0,48	2,65	0,36	2,15	0,30	4,09	0,51	9,37	1,31	3,31	0,47	2,97	0,45
Artigos de Residência	-0,81	-0,03	0,00	0,00	-0,61	-0,02	0,00	-0,00	-0,1	-0,00	-0,41	-0,02	-0,4	-0,01
Vestuário	1,15	0,05	1,00	0,06	1,17	0,06	-0,64	-0,04	-0,33	-0,02	0,85	0,05	0,63	0,03
Transportes	-0,36	-0,07	0,61	0,12	-0,32	-0,06	-0,04	-0,01	-0,49	-0,09	-0,10	-0,02	0,01	0,00
Saúde e Cuidados Pessoais	0,09	0,01	0,22	0,03	-0,01	-0,00	0,38	0,06	0,6	0,08	0,16	0,02	0,17	0,02
Despesas Pessoais	0,29	0,02	0,78	0,07	0,19	0,02	0,63	0,06	0,48	0,04	0,42	0,04	0,51	0,05
Educação	-0,04	-0,00	0,04	0,00	0,07	0,00	0,00	-0,00	0,06	0,00	0,03	0,00	0,07	0,00
Comunicação	-0,33	-0,01	0,17	0,01	-0,32	-0,01	0,01	0,00	-0,52	-0,02	-0,20	-0,01	-0,17	-0,01

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2025). Nota: índice – variação (%); p.p. – pontos percentuais (impactos).

As duas regiões metropolitanas/capitais nordestinas, que tiveram as maiores variações foram Recife (+0,56%) e São Luís (+1,02%). Em termos de grupos com maior impacto, elas convergem como índice regional em dois, Habitação e Despesas pessoais. Em São Luís, o terceiro grupo é Saúde e cuidados pessoais, com um impacto quatro vezes maior que no índice regional. Em Recife, o terceiro grupo é Transportes, que gerou um impacto de +0,12 p.p., enquanto no índice regional, foi -0,02 p.p. (Gráfico 11.3).

Gráfico 3 – Impactos dos Grupos do IPCA – Recife e São Luís – setembro de 2025



Fonte: IBGE (2025). Elaboração BNB/Etene. Nota: p.p. – pontos percentuais (impactos).

As principais variações em Recife são: Habitação – energia elétrica residencial, +7,7% e representa 91,3% da variação do grupo; Transporte – passagem aérea, +5,8% e gasolina, +2,6%, este item representa 130,2% do impacto do grupo; Despesas pessoais – cabelereiro e barbeiro (+2,1%) e cinema, teatro e concertos (+6,6%), que representam 76,1% do impacto do grupo. Em São Luís: Habitação – energia elétrica residencial, +27,3%, que representa 98,0 da variação do grupo; Saúde e cuidados pessoais – produtos farmacêuticos, +0,7% e perfume, 1,7%, que representam 85,5% do impacto do grupo; despesas pessoais – cabelereiro e barbeiro, +1,2% e cinema, teatro e concertos, +4,6%, que representam 71,9% do impacto do grupo.

11.3 IPCA regional no ano – detalhamento das principais variações

No ano, o IPCA regional acumula +3,44%, abaixo do índice nacional (+3,64%). Tem o terceiro menor índice entre as Regiões, acima do índice verificado no Centro-Oeste (+3,06%) e do Norte (+3,35%). O valor das outras regiões são: Sudeste (+3,84%) e Sul (+3,71%). Aracaju (+4,02%) tem o maior índice no ano, entre as capitais nordestinas, e fica na 3ª posição entre todas as regiões metropolitanas/capitais pesquisadas. Recife (+3,67%) está na 7ª posição, seguida por São Luís (+3,65%), 9ª posição, Fortaleza (+3,48%), 10ª posição, e Salvador (+3,12%), 12ª posição, conforme Tabela 11.2.

Tabela 2 – IPCA (%) – Nordeste e Capitais pesquisadas na Região – até setembro de 2025

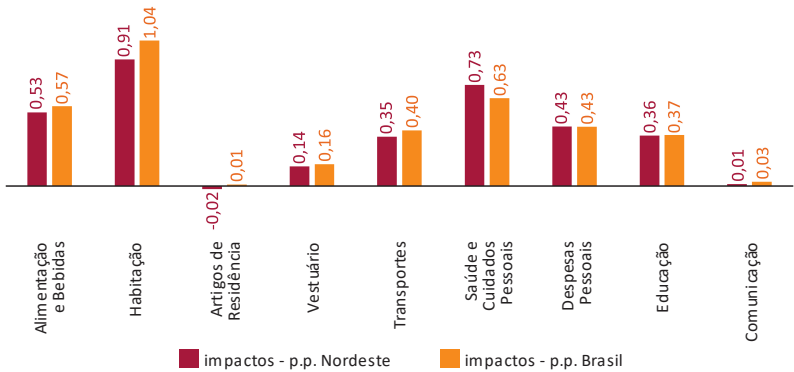
IPCA - Grupo Pes- quisado	Fortaleza		Recife		Salvador		Aracaju		São Luis		Nordeste		Brasil	
	índice	impacto	índice	impacto	índice	impacto	índice	impacto	índice	impacto	índice	impacto	índice	impacto
	3,48		3,67		3,12		4,02		3,65		3,44		3,64	
Alimentação e Bebidas	2,62	0,64	2,21	0,53	2,49	0,56	2,54	0,55	0,54	0,14	2,25	0,53	2,67	0,57
Habitação	4,96	0,80	7,03	0,96	5,17	0,73	7,72	0,96	11,34	1,58	6,39	0,91	6,91	1,04
Artigos de Resi- dência	0,62	0,02	-0,57	-0,02	-2,53	-0,10	3,33	0,10	2,97	0,13	-0,45	-0,02	0,43	0,01
Vestuário	2,04	0,09	3,13	0,18	3,06	0,16	1,46	0,08	2,31	0,15	2,69	0,14	3,48	0,16
Transportes	1,56	0,29	3,88	0,73	0,60	0,11	3,96	0,73	1,49	0,27	1,92	0,35	1,98	0,40
Saúde e Cuidados Pessoais	5,83	0,81	3,97	0,60	4,71	0,73	3,72	0,63	6,21	0,86	4,84	0,73	4,66	0,63
Despesas Pessoais	5,57	0,43	3,94	0,33	5,12	0,52	4,39	0,41	4,25	0,35	4,78	0,43	4,21	0,43
Educação	6,13	0,42	5,60	0,34	6,04	0,37	6,53	0,51	4,36	0,22	5,81	0,36	6,07	0,37
Comunicação	-0,07	-0,01	0,26	0,01	1,17	0,04	1,00	0,04	-0,77	-0,03	0,48	0,01	0,76	0,03

Fonte: IBGE (2025). Elaboração BNB/Etene. Nota: índice – variação (%); p.p. – pontos percentuais (impactos).

No ano, Alimentação e bebidas (+2,25%), Habitação (+6,39%), Saúde e cuidados pessoais (+2,17%) e Saúde e cuidados pessoais (+4,84%) e Despesas pessoais (+4,78%), representam 75,3% da variação regional, e 73,5% no índice nacional. O café (+42,4%), o tomate (+13,6%), o lanche (+8,8%), o biscoito (+7,6%), refrigerante (+5,6%), refeição (+3,5%), carnes e peixes industrializados (+3,5%), pão francês (+3,1%) e aves e ovos (+1,6%), foram os crescimentos mais relevantes no primeiro grupo, e representam

158,6% da variação total do grupo. Energia elétrica residencial (+13,8%) e aluguel e taxas (+3,8%), representam 91,3% da variação do grupo Habitação. Os destaques em Saúde e cuidados pessoais são produtos farmacêuticos (+4,9%), serviços médicos e dentários (+5,3%), planos de saúde (+4,8%), e higiene pessoal (+4,8%). Jogos de azar (+15,7%), hospedagem (+6,7%), cabeleireiro e barbeiro (+6,0%) e cinema, teatro e concertos (+6,0%), recreação (+5,0%) são as variações mais relevantes em Despesas pessoais, o Gráfico 11.4 apresenta os impactos do IPCA para o Nordeste e para o Brasil no terceiro trimestre de 2025.

Gráfico 11.4 – Impactos dos Grupos do IPCA – Nordeste e Brasil – até setembro e 2025



Fonte: IBGE (2025). Elaboração BNB/Etene. Nota: p.p. – pontos percentuais (impactos).

11.4 IPCA regional em doze meses, terminados em setembro de 2025 – detalhamento das principais variações

Em doze meses, o IPCA do Nordeste (+4,99%) é terceiro menor entre as Regiões, fica um acima do Centro-Oeste (+4,77%) e do Sul (+4,72%). O IPCA do Sudeste (+5,46%), carregou 56,0% para o índice nacional, enquanto o Nordeste carregou 15,2%. São Luís (+5,32%) tem a maior variação regional, seguido por Fortaleza (+5,10%) e Aracaju (+5,07%) (Tabela 11.5).

Os mesmos grupos que mais impactaram a variação no país, são os mais importantes na variação em doze meses, terminados em setembro, que representam 74,2% do IPCA nordestino e 73,9% do brasileiro, Alimentação e bebidas, Habitação, Transportes e Saúde e Cuidados pessoais. No primeiro grupo, os impactos do café (+54,6%), do tomate (+47,6%), carnes (+18,1%), óleo de soja (+17,3%), lanche (+11,3%), carnes e peixes industrializados (+10,0%), refrigerantes e água mineral (+7,8%), refeição (+6,6%) e biscoito (+6,0%) representam 127,0% da variação do primeiro grupo. Aluguel e taxas, gás de botijão e energia elétrica residencial, representam 87,9% da variação do grupo Habitação. Transporte público, veículo próprio e gasolina representam 197,5% da variação do grupo Transportes. Produtos farmacêuticos, serviços médicos e dentários, planos de saúde e higiene pessoal, representam 93,7% da variação do grupo saúde e cuidados pessoais.

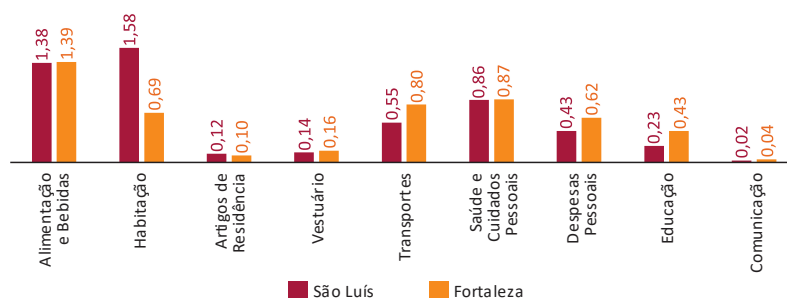
Tabela 11.5 – IPCA (%) – Nordeste e Capitais pesquisadas na Região – 12 meses terminados em setembro de 2025

IPCA - Grupo Pesquisado	São Luís	Fortaleza
Alimentação e Bebidas	1,38	1,39
Habitação	1,58	0,69
Artigos de Residência	0,12	0,10
Vestuário	0,14	0,16
Transportes	0,55	0,80
Saúde e Cuidados Pessoais	0,86	0,87
Despesas Pessoais	0,43	0,62
Educação	0,23	0,43
Comunicação	0,02	0,04

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2025). Nota: índice – (%); p.p. – pontos percentuais (impactos).

São Luís (+5,32%) tem a maior variação na região, superando o índice regional e o nacional, seguido por Fortaleza (+5,10%), que supera o índice regional. Os mesmos grupos que mais impactaram o índice regional e o nacional, são os principais ofensores das duas regiões metropolitanas. Eles representam 82,3% da variação total de em São Luís e 73,5% em Fortaleza (Gráfico 11.5).

Gráfico 11.5 – Impactos dos Grupos do IPCA – São Luís e Fortaleza – 12 meses terminados em setembro de 2025



Fonte: IBGE (2025). Elaboração BNB/Etene. Nota: p.p. – pontos percentuais (impactos).

Os principais impactos em São Luís, são: Alimentação e bebidas: tomate, aves e ovos, carnes e café moído, que representam 122,6% da variação do grupo. Cabe destacar a deflação no arroz (-22,0%). Em Habitação, gás butano (+10,5%) e energia elétrica residencial (+22,7%) representam 85,1% da variação do grupo. Vale ressaltar que as variações nestes dois grupos pouco serão impactadas com a taxa de juros. Dependem do câmbio, clima, safra e política de preços dos bens monitorados pelo Estado.

Os principais impacto em Transportes são transporte por aplicativo (+64,4%) e conserto de automóvel (+14,5%), que representam 79,7% do impacto total do grupo. Produtos farmacêuticos e óticos, serviços de saúde e higiene pessoal, representam 101,1% do impacto total do grupo. Tanto no grupo de Transportes, quanto em Saúde e cuidados pessoais, as variações são pouco incomodadas com a variação da taxa de juros.

12 Cesta Básica

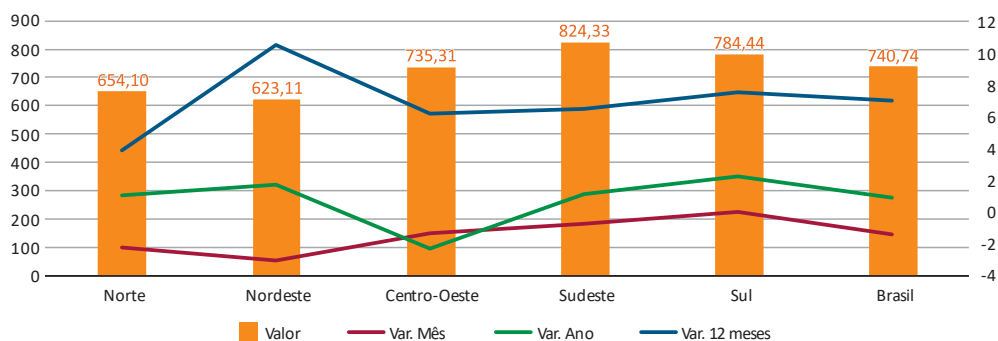
A Cesta Básica é calculada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. Este, firmou parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), e um dos primeiros frutos desta parceria é a ampliação da coleta de preços de alimentos básicos de 17 para 27 capitais brasileiras. Assim, em setembro, o valor da cesta e a variação no mês, nas regiões, calculada pelo BNB, levará em conta todas as capitais brasileiras. Diante da estratificação de renda da população brasileira, a cesta é um instrumento importante para acompanhar a evolução dos preços dos alimentos básicos.

De acordo com os dados do Relatório Anual de Informações Sociais – RAIS, com os dados de 2023, dos trabalhadores cadastrados na Região Nordeste, 57,3 % ganham até dois salários-mínimos. A ampliação do limite para três salários-mínimos, apresenta que 68,0% dos trabalhadores na Região, estão dentro desse limite. Reforçando ainda esta linha de argumento, de acordo com o IBGE (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral), a informalidade no Nordeste e Norte, média de 2013 a 2023, é 52,9% e 55,8%, respectivamente, quando no Brasil é 39,6%. Grande parte do orçamento desse extrato da população, é destinado a alimentação e despesas de subsistência. Vê-se, então, a importância do acompanhamento dos gastos com alimentos básicos.

Cinco capitais tiveram variações positivas, Campo Grande (+1,55%), Curitiba (+0,38%), Vitória (+0,21%), Porto Alegre (+0,04%) e Macapá (0,03%). Fortaleza (-6,31%) tem a menor variação entre as 27 capitais pesquisadas. Todas as capitais do Nordeste tiveram reduções em suas cestas, variando de -3,15% (São Luís) a -0,51% (Maceió). O Nordeste (-3,09%) teve a maior redução entre as regiões. No ano, Recife (+4,6%) ocupa a primeira posição, seguida por Salvador (+3,06% - 4ª posição) e João Pessoa (+0,66% - 5ª posição) e Fortaleza (+0,54% - 10ª posição). Aracaju (-0,26%) e Natal (-1,14%) tiveram variações negativas no ano. O Nordeste (+1,74%), fica em posição intermediária.

Em doze meses, terminados em setembro, o Nordeste (+10,50%) tem a maior variação (Gráfico 12.1). As variações das capitais nordestinas pesquisadas, indicam que todas estão entre as oito primeiras posições, sendo Recife (+15,06%) a maior variação, e Salvador (+8,69% - 8ª posição), a menor;

Gráfico 12.1 – Cesta Básica Valor e variação (%) – Brasil e Regiões – setembro, ano e doze meses terminados em setembro – 2025



Fonte: DIEESE (2025). Elaboração BNB/Etene.

Quatro produtos, carne, tomate, pão e banana, representam 69,6% da cesta nacional e 68,4% da cesta nordestina. Nestes itens, o tomate (var. -12,3% e impacto de -1,2 p.p) foi o principal impacto no Brasil, e no Nordeste (var. -18,9% e impacto de -2,1 p.p.). Estes quatro produtos representam 66,7% da redução nacional, dado que a carne (+0,4%) e a banana (+1,8%) aumentaram de valor. No Nordeste, todos caíram de preço e representam 259,6% da variação total da região.

Fortaleza (R\$ 677,41) tem a cesta mais cara da Região, 8,7% maior que a cesta regional (R\$ 623,11), e 22,6% que a cesta mais barata entre a nove capitais nordestinas, (Aracaju, R\$ 552,64) (Tabela 12.1).

Tabela 12.1 – Cesta Básica (%) – Nordeste e Capitais pesquisadas na Região – Valor e variação no mês, ano e doze meses terminados em setembro - 2025.

Capitais/Região	Valor (R\$ 1,00)	% - Mês	% - Ano	% - 12 meses
FORTALEZA	677,41	-6,3	0,5	10,0
ARACAJU	552,64	-1,0	-0,3	9,2
JOÃO PESSOA	610,92	-1,8	0,7	10,6
NATAL	610,27	-1,9	-1,1	10,2
RECIFE	615,94	-2,1	4,7	15,1
SALVADOR	601,73	-2,3	3,1	8,7
MACEIÓ	593,16	-0,5	-	-
SÃO LUÍS	623,90	-3,1	-	-
TERESINA	645,98	-2,6	-	-
NORDESTE	623,11	-3,1	1,7	10,5

Fonte: DIEESE (2025). Elaboração BNB/Etene.

Todos os produtos, em Fortaleza, caíram mais que na cesta nordestina, mas o maior diferencial foi no tomate, -32,9% em Fortaleza, e -18,9% no Nordeste. No Brasil, caiu -12,3%.

Tabela 12.2 – Variação no mês de setembro e impactos (p.p.) – Brasil e Nordeste

Total da Cesta	Brasil		Nordeste	
	var.%	impacto (p.p.)	var.%	impacto (p.p.)
		-1,41		-3,09
Carne	0,42	0,13	-0,15	-0,08
Leite	-0,27	-0,03	-0,20	-0,05
Feijão	-0,70	-0,04	-1,49	-0,10
Arroz	-2,56	-0,07	-2,70	-0,117
Farinha	-0,11	-0,02	0,14	-0,03
Batata	-8,79	-0,21	-	-
Tomate	-12,28	-1,22	-18,94	-2,09
Pão	-0,17	-0,04	-0,54	-0,121
Café	-0,28	-0,03	0,31	-0,02
Banana	1,81	0,18	-2,73	-0,31
Açúcar	-1,25	-0,04	-1,29	-0,06
Óleo	3,27	0,02	2,08	-0,00
Manteiga	-0,84	-0,07	-1,12	-0,120

Fonte: DIEESE (2025). Elaboração BNB/Etene.

No ano, o Nordeste (+1,74%) tem a segunda maior variação, em que o Sul (+2,25%) tem a maior. As outras são: Norte (+1,05%), Sudeste (+1,10%) e Centro-Oeste (-2,28%). Salvador (+3,06%) carregou 48,3% para o índice regional anual, seguido por Recife (+4,69%), 46,0%. Em doze meses terminados em setembro, o Nordeste tem a maior variação, +10,50%, seguido pelo Sul (+7,48%) e Sudeste (+6,46%). Fortaleza (+9,99%) carregou 27,0% do índice regional, Recife (+15,06%) carregou 25,2% para o índice regional, e Salvador (+8,69%), 23,5%.

No Nordeste (-3,09%), os principais impactos são do tomate (-18,9% e impacto de -2,1 p.p.), banana (-2,7% e impacto de -0,3 p.p.), manteiga (-1,1% e impacto de +0,1 p.p.) e pão (-0,5% e impacto de -0,1 p.p.), que representam 85,2% da variação do índice regional. Agregando-se as variações do feijão (,5%) e do arroz (-2,7%), os produtos citados passam a representar 92,3% da variação total (Tabela 12.3).

No ano, quatro produtos respondem por 280,2% da variação do índice regional, tomate (+16,2% e impacto de +2,1 p.p.), café (46,6% e impacto de +1,4 p.p.), banana (+10,9% e +0,9 p.p.) e o pão (+4,4% e impacto de +0,6 p.p.). Cabe ainda destacar as reduções no arroz (-25,0%), no leite (-6,0%), na carne (-0,8%) e no feijão (-9,3%), que representam 138,7% da variação total.

Tabela 12.3 – Variação no ano, capitais nordestinas, Nordeste e Brasil

CB - Grupo Pesquisado	Aracaju	Fortaleza	João Pessoa	Natal	Recife	Salvador	Nordeste	Brasil
Índice Geral (%)	-0,26	0,54	0,66	-1,14	4,69	3,06	1,74	0,85
Carne - p.p.	-0,30	-0,49	0,32	-0,43	-0,05	-0,67	-0,36	-0,20
Leite - p.p.	-0,67	-0,30	-0,35	-0,52	-0,86	-0,48	-0,48	-0,30
Feijão - p.p.	-0,11	-0,72	-0,59	-0,57	-0,63	-0,44	-0,56	-0,67
Arroz - p.p.	-0,68	-1,00	-1,16	-1,17	-1,15	-0,91	-1,01	-0,76
Farinha - p.p.	-0,02	-0,37	-0,44	-0,44	-0,31	-0,12	-0,28	-0,20
Tomate - p.p.	0,54	2,08	0,86	1,24	2,64	6,28	2,06	2,85
Pão - p.p.	-0,26	0,45	1,05	0,32	0,48	0,57	0,55	0,30
Café - p.p.	1,78	1,13	1,21	1,22	1,26	1,66	1,35	1,56
Banana - p.p.	0,06	0,32	0,11	0,07	3,63	-1,40	0,91	0,10
Açúcar - p.p.	-0,23	-0,23	-0,27	-0,28	-0,29	-0,42	-0,25	-0,22
Óleo - p.p.	-0,26	-0,16	-0,17	-0,23	-0,28	-0,01	-0,22	-0,20
Manteiga - p.p.	-0,10	-0,15	0,10	-0,36	0,26	-0,28	0,02	-0,22

Fonte: DIEESE (2025). Elaboração BNB/Etene. Nota: p.p., pontos percentuais.

Em doze meses, terminados em setembro, a carne (+20,4%), o tomate (+62,5%), e o café (+58,6%) continuam a gerar impactos relevantes, e representam 139,4% da variação do índice regional, no mês, só o café sofreu aumento de preço na região. No sentido inverso, cabe destacar a redução no feijão (-11,6%), arroz (-25,7%) e farinha (-9,1%), que representam 27,5% da variação total.

Tabela 12.4 – Variação em doze meses, terminados em setembro, capitais nordestinas, Nordeste e Brasil.

CB - Grupo Pesquisado	Aracaju	Fortaleza	João Pessoa	Natal	Recife	Salvador	Nordeste	Brasil
Índice Geral (%)	9,18	9,99	10,60	10,16	15,06	8,69	10,50	6,99
Carne - p.p.	5,00	6,65	5,77	5,26	6,15	5,23	5,89	6,42
Leite - p.p.	-0,42	-0,28	-0,35	-0,62	-0,88	-0,61	-0,49	-0,26
Feijão - p.p.	-0,40	-0,96	-1,08	-1,27	-1,33	-0,69	-0,93	-0,80
Arroz - p.p.	-1,09	-1,21	-1,55	-1,77	-1,61	-1,21	-1,33	-0,87
Farinha - p.p.	-0,29	-0,65	-0,77	-1,00	-0,91	-0,44	-0,63	-0,28
Tomate - p.p.	5,89	5,82	8,33	11,90	10,42	6,28	7,37	2,94
Pão - p.p.	-0,47	0,47	0,87	0,06	0,05	0,57	0,40	0,45
Café - p.p.	1,73	1,35	1,19	0,74	1,13	1,66	1,38	1,87
Banana - p.p.	-0,44	-0,50	-0,76	-0,87	3,45	-1,40	-0,26	-0,42
Açúcar - p.p.	-0,49	-0,45	-0,61	-0,90	-0,72	-0,42	-0,52	-0,24
Óleo - p.p.	0,05	-0,03	-0,13	-0,37	-0,22	-0,01	-0,06	0,05
Manteiga - p.p.	0,10	-0,23	-0,30	-0,99	-0,48	-0,28	-0,31	-0,13

Fonte: DIEESE (2025). Elaboração BNB/Etene. Nota: p.p., pontos percentuais.

Políticas públicas de abastecimento e apoio à produção agrícola, conforme destacado pela Conab e DIEESE, têm contribuído para a estabilidade e redução dos preços. A maior oferta de alimentos devido ao avanço das safras, especialmente de hortaliças e grãos, também influenciou a redução. É a quarta deflação consecutiva no grupo “alimentação no domicílio”, o que impacta diretamente famílias de menor renda. Com relação ao tomate, a colheita da safra nacional aumentou significativamente a oferta do produto, o que pressionou os preços para baixo. A queda foi observada em 26 das 27 capitais brasileiras, com destaque para Palmas (-47,61%). Mesmo com uma oferta inferior em agosto, os preços já vinham em queda, tendência que se manteve em setembro. Na banana, apesar de algumas regiões enfrentarem estiagem e estresse térmico (como no norte de Minas e na Bahia), no Nordeste houve melhora na oferta,

o que contribuiu para a queda de preços. A redução nos preços do leite e derivados, como o leite integral, influenciou diretamente o preço da manteiga. A queda nos preços da farinha de trigo e outros insumos pode ter contribuído para a redução do preço do pão. Em Teresina, o pão francês teve queda de -2,42% e -2,75% em Fortaleza.